

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA**

***RELATÓRIO DE
GESTÃO DO MINISTÉRIO
DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO DE 2006***

Março de 2007

Apresentação

O presente Relatório de Gestão do Ministério de Minas e Energia, referente ao exercício de 2006, da Unidade Jurisdicionada Secretaria-Executiva (SE/MME), elaborado em cumprimento às disposições da Decisão Normativa nº 81, de 6 de dezembro de 2006, do Tribunal de Contas da União, e da Norma de Execução nº 3, de 28 de dezembro de 2006, abrange a Secretaria-Executiva, que agrega a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, a Secretaria de Energia Elétrica, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético e a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.

NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA
Secretário-Executivo

SUMÁRIO

	Página
Dados Gerais.....	4
Secretaria-Executiva.....	7
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.....	16
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.....	19
Coordenação-Geral de Recursos Humanos.....	24
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.....	37
Coordenação-Geral de Compras e Contratos.....	80
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.....	115
Resumo dos Relatórios de Auditoria SFCI/CGU E TCU no âmbito da SPOA.....	126
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.....	136
Secretaria de Energia Elétrica.....	160
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético.....	172
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.....	188
Anexos.....	196

DADOS GERAIS

ÓRGÃOS VINCULADORES	UNIDADES JURISDICIONADAS QUE APRESENTARÃO PROCESSOS DE CONTAS
Ministério de Minas e Energia	Secretaria-Executiva: órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, agregando: <ul style="list-style-type: none"> a) a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), que consolida as contas da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e agrega a Coordenação-Geral de Compras e Contratos e a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; b) a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; c) a Secretaria de Energia Elétrica; d) a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético; e e) a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.

1.1 NOME COMPLETO: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA/MME

1.2 NÚMERO DO CNPJ: 37.115.383/0001-53

1.3 NATUREZA JURÍDICA: Poder Executivo Federal

1.4 ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE: Esplanada dos Ministérios, bloco U, Brasília/DF, CEP 70.065-900, telefone: 3319-5555, fac-símile: 3319-5627

1.5 ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: www.mme.gov.br

1.6 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS UTILIZADAS NO SIAFI:

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - 320002 - Executora

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - 320004 - Executora

Coordenação-Geral de Recursos Humanos - 320005 - Executora

Setorial de Contabilidade - 320006 - Executora

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - 320010 - Executora

Secretaria-Executiva - 320011 - Executora

Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - 20012 - Executora

Secretaria de Energia - 320013 - Executora

PRODEEM - 320014 - Executora

Secretaria-Executiva / BIRD - 320015 - Executora

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - 320016 - Contábil

Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis - 320017 - Executora

1.7 NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE: O Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia - MME, publicado no DOU de 10/11/2004, e republicado no DOU de 17/11/2004.

1.8 NORMA QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO SOB EXAME: Decreto nº 5.267, de 9/11/2004, e Portaria Ministerial nº 144, de 26 de junho de 2006, publicada no DOU de 26/6/2006, que aprova os regimentos internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Assessoria Econômica, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Secretaria de Energia Elétrica, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA DO MME

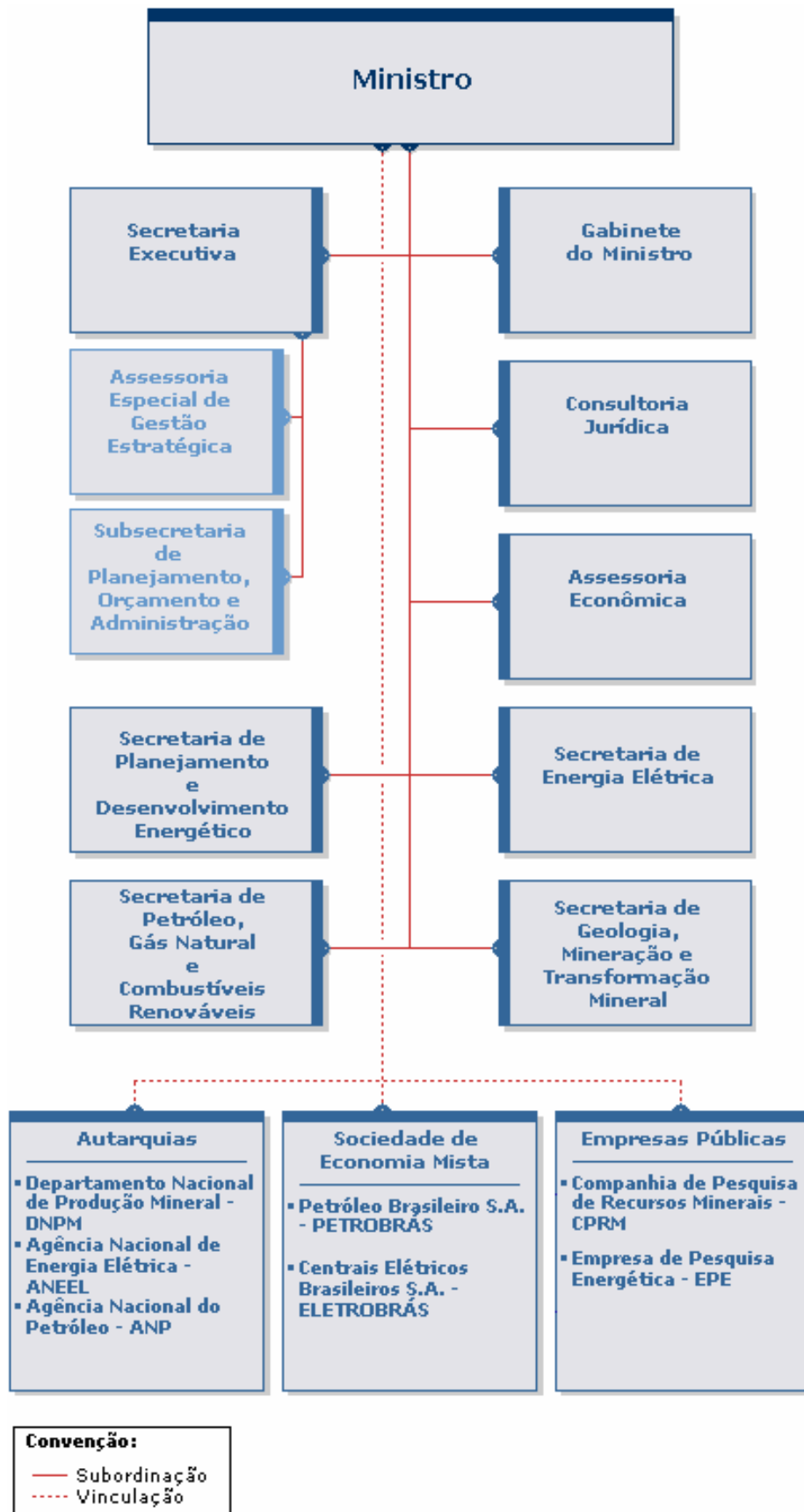
O Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos (art 1º do Decreto nº 5.267, de 2004):

- I - geologia, recursos minerais e energéticos;
- II - aproveitamento da energia hidráulica;
- III - mineração e metalurgia; e
- IV - petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Ministério de Minas e Energia:

- I - energização rural, agro-energia, inclusive eletrificação rural, quando custeada com recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional; e
- II - zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País.

1.9 ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA:



SECRETARIA-EXECUTIVA - SE

2.1 COMPETÊNCIA DA SECRETARIA-EXECUTIVA

I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério;

III - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

IV - coordenar, orientar, supervisionar e consolidar o processo de elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas, promovendo a articulação desses agentes com o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;

V - prestar assistência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE; e

VI - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério. Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

2.2 PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SETOR ENERGÉTICO - ESTAL

O objetivo principal do Projeto **ESTAL**, cuja maioria dos recursos se origina de contrato de financiamento com o Banco Mundial, é prover assistência técnica para dar suporte à implementação e ao desenvolvimento do novo modelo do setor elétrico nacional, mediante contratação de estudos e serviços de consultoria orientados para o fornecimento de subsídios técnicos aos formuladores de políticas públicas.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

1. Desenvolvimento do Mercado de Regulação
2. Acesso à Energia e Tarifas de Baixa Renda
3. Gestão do Meio Ambiente
4. Planejamento de Longo Prazo
5. Apoio Institucional e Coordenação do MME

Durante o ano de 2006 o Projeto **ESTAL** contratou consultorias para auxiliar as Secretarias do MME nos processos de tomada de decisão sobre temas estratégicos (como a avaliação do projeto e do leilão do empreendimento hidrelétrico do Rio Madeira), fortalecimento institucional (como a modernização institucional do DNPM), planejamento (como o suporte à elaboração do Plano Decenal de Energia Elétrica 2006/2015, ou o Plano Nacional de Energia 2030). Destacam-se ainda os trabalhos desenvolvidos nas áreas de regulação (como critérios para a aplicação da tarifa de baixa renda), licenciamento ambiental, estudos visando a implantação de um

sistema de informações executivas, capacitação de agentes multiplicadores para energia elétrica e economia solidária, análise do grau de satisfação para o programa Luz para Todos, levantamento de dados georeferenciados das comunidades isoladas, e a supervisão dos empreendimentos eólicos, de biomassa e de pequenas centrais elétricas do PROINFRA.

TOTAL DE RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

- A) Banco Mundial - BIRD: US\$ 12,12 milhões (60%)
- B) República Federativa do Brasil: US\$ 8,00 milhões (40%)
- C) TOTAL: US\$ 20,12 milhões (100%)

PERÍODO DE EXECUÇÃO

Quatro (4) anos, até dezembro de 2007.

Projeto **ESTAL**

PROJETO ESTAL - 2006

Programa de Trabalho		Fonte	Dotação Autorizada	Empenhos	Liquidado	Valores Pagos
	0273 - LUZ PARA TODOS - SEE		1.000.000		749.322	427.609
25.752.0273.7054.0001 PTRES: 005894	Oferta de Energia Elétrica a Domicílios Rurais de Baixa Renda - Nacional		1.000.000		749.322	427.609
	Contrapartida	1150	200.000		125.602	62.178
	Ingresso	148	800.000		623.721	365.432
	0276 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA - SPE / SEE		2.800.000		2.355.000	2.246.808
25.121.0276.4892.0001 PTRES: 005877	Planejamento dos Setores de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis		200.000		0	0
	Ingresso	148	160.000		0	0
	Contrapartida	1142	40.000		0	0
25.752.0276.8690.0001 PTRES: 005895	Monitoramento do Sistema Elétrico Nacional		150.000		0	0
	Contrapartida	1142	30.000		0	0
	Ingresso	148	120.000		0	0
25.122.0276.2272.0001 PTRES: 005881	Gestão e Administração do Programa		2.450.000		2.355.000	2.246.808
	Ingresso	148	1.960.000		1.928.658	1.843.888
	Contrapartida	1142	490.000		426.342	402.920
	1069 - GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL - SGM		700.000		0	0
22.663.1069.4887.0001 PTRES: 005876	Estudos para o Planejamento do Setor Mineral		700.000		0	0
	Ingresso	148	560.000		0	0
	Contrapartida	1142	140.000		0	0
	Total Geral:		4.500.000		3.104.322	2.674.417

2.2 PROJETO PNUD BRA/01-039 - APOIO À REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO

O objetivo principal do Projeto **BRA/01-039** é apoiar a construção de uma nova Política Nacional de Energia a partir do reordenamento das funções públicas do setor e da modernização dos instrumentos de planejamento e gestão.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

1. Aperfeiçoamento no Modelo de Planejamento do Setor Energético
2. Reavaliação do Modelo do Setor Energético
3. Implementação de Sistemas de Informação e Insumos Técnicos Ambientais
4. Insumos Técnicos de Suporte à Nova Política Energética
5. Modernização dos Instrumentos de Gestão Institucional do MME

TOTAL DE RECURSOS

Recursos MME – US\$ 8.000.512,08 (100%)
- Oriundo dos restos a pagar do ano de 2001 -

PERÍODO DE EXECUÇÃO

Ano de 2002 a 31 de dezembro de 2008

PROJETO PNUD BRA/01/039			
APOIO À REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO			
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO		Posição: 31.12.2006	
FINANCEIRO			
Descrição	Saldo Inicial em 2002	Realizado Total	Saldo atual
Consultores Internacionais	2.777,79	2.777,78	0,01
Pessoal de Apoio Administrativo	9.229,59	9.229,59	0,00
Viagens	693.864,48	365.331,21	328.533,27
Custos e Missões PNUD	11.175,32	3.435,38	7.739,94
Pessoal Técnico Nacional	315.608,97	315.608,97	0,00
Consultoria-Retainer	1.425.682,34	402.079,87	1.023.602,47
Consultoria-Produto	308.798,40	308.798,40	0,00
Subcontratação de Serviços	4.477.988,43	1.263.450,79	3.214.537,64
Treinamento em Grupo	71.878,82	8.485,82	63.393,00
Capacitação em Serviço	229.916,54	129.249,83	100.666,71
Material de Consumo	59.128,54	36.106,61	23.021,93
Material Permanente	126.936,17	126.936,17	0,00
Manutenção de Equipamentos	18.749,99	27,82	18.722,17
Relatórios	8.333,33	0,00	8.333,33
Diversos	7.428,38	1.289,37	6.139,01
Comissão PNUD	233.015,00	86.586,63	146.428,37
TOTAL	8.000.512,08	3.059.394,24	4.941.117,84

2.3 PROJETO DE ERRADICAÇÃO DA EXCLUSÃO ELÉTRICA NO BRASIL - PROJETO BRA 99/011

O objetivo principal do Projeto de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil é Fomentar o Desenvolvimento Sustentável por Meio de Energia Renovável nas Áreas Carentes do Brasil. É um Projeto de apoio logístico e de planejamento estratégico do Programa Luz para Todos. O Projeto tem vigência até 31/12/2008.

OBJETIVOS IMEDIATOS

- 1 - Reforçar a Capacidade de Gestão do Programa Luz Para Todos e do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem.
- 2 – Apoiar a Implementação do Programa Luz para Todos (Decreto 4.873 de 11/11/03).
- 3 – Apoiar Projetos de Energia Renovável para Aplicações Produtivas e os Usos Sócio-Produtivos da Energia Elétrica no Contexto do Programa Luz para Todos.

RESULTADOS

- 1.1 – Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) consolidada.
- 1.2 – Plano de Revitalização e Capacitação (PRC) do PRODEEM implementado.
- 1.6 – Sistemas de planejamento, Informação gerencial e comunicação do PRC - PRODEEM implementados.
- 1.7 – Capacidade Gerencial do Programa LUZ para TODOS fortalecida.
- 2.1 – Modelos de negócios e mecanismos financeiros delineados e testados para diversas realidades regionais.
- 2.2 – Definição de diretrizes e políticas realizadas e agentes capacitados e participantes do mercado de energia renovável e da promoção dos usos produtivos da energia elétrica.
- 2.3 - Arcabouço regulatório elaborado e adaptado.
- 2.4 – Instrumentos de financiamento para energias renováveis e modelos de gestão definidos e adequados.
- 3.1 – Projetos de energia renovável para aplicações produtivas implementados.
- 3.2 – Diretrizes e políticas definidas e projetos de fomento ao uso rural produtivo e de desenvolvimento humano em energia elétrica implementados.

TOTAL DE RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Contribuição da Fonte Externa (BID – FUMIN e JSF)	US\$	3.148.950,00
Contrapartida financeira nacional	US\$	16.316.660,00
Contribuição PNUD	US\$	60.000,00
Contribuição outras partes	US\$	50.044,00
Orçamento Total do Projeto	US\$	19.575.654,00

RECURSOS EXTERNOS

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

A) COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL – BID – ATN/MT-6697-BR – Programa de Desenvolvimento de Modelos de Negócios para Serviços de Energia Renovável

Objetivo: Contribuir para o melhoramento da capacidade de produção e padrão de vida em comunidades isoladas, aumentando a qualidade, eficiência e abrangência dos serviços de energia sustentável baseados em recursos de energia renovável. Em especial, o Programa destina-se a manifestar as virtudes de três modelos de negócios orientados para o setor privado, para prestar serviços de fornecimento de energia renovável a comunidades isoladas no Brasil Para isso, serão executados vários projetos piloto em diferentes regiões do país.

Custo e Financiamento

Custo e Financiamento (em milhares de US\$)					
Categorias	Fumin	Aporte		Total	%
		Beneficiária	Outras Instituições		
1.0 Modelo de negócios tipo ONG	490,000	260,000		750,000	16.7
1. Serviços de consultoria	490,000	80,000		570,000	
2. Atividades de treinamento e Comercialização		140,000		140,000	
3. Serviços gerais e de apoio		40,000		40,000	
2.0 Modelo de negócios tipo multi-produto	510,000	250,000		760,000	16.9
1. Serviços de consultoria	510,000	70,000		580,000	
2. Atividades de Treinamento e comercialização		140,000		140,000	
3. Serviços gerais e de apoio		40,000		40,000	
3.0 Modelo de negócios tipo concessionárias e permissionárias de eletricidade	490,000	270,000		760,000	16.9
1. Serviços de consultoria	490,000	70,000		560,000	
2. Atividades de treinamento e comercialização		150,000		150,000	
3. Serviços gerais e de apoio		50,000		50,000	
4.0 Fundo rotativo	350,000	230,000	860,000	1,440,000	32.0
4.1 Recursos para início de negócios			860,000	860,000	
4.2 Estudos e serviços de consultoria para fundo rotativo	350,000	230,000			
1. Serviços de consultoria	150,000	140,000		290,000	
2. Atividades de treinamento e comercialização	90,000	60,000		150,000	
3. Serviços de consultoria para início das atividades	110,000			110,000	
4. Serviços gerais e de apoio		30,000		30,000	
5.0 Coleta e retroalimentação de informação sobre os modelos	120,000	70,000		190,000	4.2
1. Serviços de consultoria	120,000	30,000		150,000	
2. Treinamento (série de workshops)		20,000		20,000	
3. Equipamentos e serviços correlacionados		15,000		15,000	
4. Serviços gerais e de apoio		5,000		5,000	
6.0 Avaliação dos modelos e do fundo rotativo e divulgação de resultados	140,000	160,000		300,000	6.7
1. Serviços de consultoria	140,000	70,000		210,000	
2. Workshops e propaganda		70,000		70,000	
3. Serviços gerais e de apoio		20,000		20,000	
Avaliação do Programa	30,000			30,000	0.6
Contingências	120,000	150,000		270,000	6.0
TOTAL	2,250,000	1,390,000	860,000	4,500,000	100.0

B) COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL – BID – ATN/JF-6630-BR – Programa para Desenvolvimento de Mercados de Energia Renovável

Objetivo: Aumentar a eficácia do Prodeem na promoção de serviços de energia descentralizados, baseados em energia renovável, de forma a alcançar desenvolvimento sustentado de comunidades isoladas e assim melhorar o seu padrão de vida e capacidade produtiva.

Custo e Financiamento:

Custo e financiamento

(em milhares de US\$)

<u>Categorias</u>	<u>Banco</u>	<u>Local</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
1. Transição e avaliação administrativa do PRODEEM	245.300	43.000	288.300	21,9
1. Serviços de consultoria				
2. Apoio geral e serviços	245.300	22.000 21.000	267.300 21.000	
2. Série de seminários para coordenadores e sócios	305.150	88.000	393.150	29,9
1. Capacitação	213.150	61.000	274.150	
2. Apoio geral e serviços	92.000	27.000	119.000	
3. Projeto experimental do Diretor Regional de Mercado	101.750	157.000	258.750	19,7
1. Serviços de consultoria	101.750	24.000	125.750	
2. Capacitação		76.000	76.000	
3. Apoio geral e serviços		57.000	57.000	
4. Projetos de energia renovável para pequenas e médias empresas	160.000	60.000	220.000	16,7
1. Serviços de consultoria	160.000		160.000	
2. Capacitação		50.000	50.000	
3. Apoio geral e serviços		10.000	10.000	
5. Administração do Programa		27.000	27.000	2,1
SUBTOTAL	812.200	375.000	1.187.200	90,4
1. Auditoria externa		20.000	20.000	1,5
2. Imprevistos	86.750	20.000	106.750	8,1
TOTAL	898.950	415.000	1.313.950	100,0

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE:

1.1 ATO DE CRIAÇÃO: Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, publicado no DOU1 de 10/11/2004, que aprova a estrutura regimental do MME, e Portaria Ministerial nº 144, de 26 de junho de 2006, publicada no DOU1 de 26/6/2006, que aprova o regimento interno da Secretaria-Executiva, à qual a SPOA está subordinada.

1.2 UNIDADE GESTORA - UG: 320016 (contábil)

1.3 COMPETÊNCIA DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa, assim como as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com o órgão central dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério, quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

IV - promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

V - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;

VI - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e

VIII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

1.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SPOA



1.5 ABORDAGEM SITUACIONAL

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, em dezembro de 2005, realizou uma avaliação situacional da gestão financeira, técnico-operacional e de logística do Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de elaborar um plano de ação para sanar, a curto prazo, as inconsistências encontradas.

Assim, foi delineado um “Plano de Ação Imediata - 2006”, com foco na regularização dos vários problemas de infra-estrutura detectados e apontados na documentação abaixo:

- **Relatório de Auditoria/Gestão de 2004**, emitido pelo órgão de controle interno (CGU) e determinações advindas do órgão de controle externo (TCU);

- **Plano Diretor de Tecnologia da Informação/PDTI**, elaborado por empresa contratada, CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações;
- **Notas Técnicas** emitidas pelo Engenheiro do MME;
- **Laudo Técnico** emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- **Relatórios Confidenciais de Análise de Risco**, emitidos pelas equipes técnicas da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e da PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A; e
- **Relatório de Avaliação da Rede Elétrica do MME**, emitido pela equipe de técnicos da ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, a pedido da Subsecretaria.

2. COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CGOF

2.1 UNIDADE GESTORA - UG: 320002 (executora)

2.2 COMPETÊNCIA DA CGOF

I - exercer as atividades de órgão setorial dos sistemas federais de Orçamento, Administração Financeira e de Contabilidade;

II - coordenar e orientar a elaboração das propostas orçamentárias do Ministério, em consonância e articulação com as áreas envolvidas;

III - planejar, coordenar, acompanhar, orientar e controlar as atividades orçamentárias e de programação financeira relativas aos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social no âmbito do Ministério;

IV - elaborar propostas de normas e procedimentos complementares para as atividades de execução, controle orçamentário e financeiro e transferências voluntárias;

V - acompanhar e avaliar a realização da receita, da despesa, dos créditos adicionais, bem como dos instrumentos de co-obrigação e cooperação técnico-operacional celebrados pelo Ministério;

VI - promover a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as demais unidades gestoras;

VII - orientar, acompanhar e avaliar a execução orçamentária dos planos, programas e projetos do Ministério, sem prejuízo das competências regimentais atribuídas a outros órgãos;

VIII - implantar sistemas de avaliação dos processos orçamentários e financeiros setoriais;

IX - coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X - proceder aos registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério; e

XI - instruir, com as informações orçamentárias, os processos de descentralização voluntária de recursos por meio de convênios, fazer os registros no SIAFI e incumbir-se do correspondente acompanhamento da execução financeira.

2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do exercício de 2006 foi prejudicada pela demora na aprovação da Lei Orçamentária Anual, que somente ocorreu no mês de maio, mediante a edição do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006.

Os limites orçamentários foram definidos para o MME como um todo e, posteriormente, foram distribuídos entre as Unidades Orçamentárias, levando-se em conta a dotação aprovada para 2006 e a execução orçamentária em 2005.

Após indeferimento, pela SOF/MP, de vários pedidos de créditos adicionais, necessários para substituição do sistema de ar condicionado central e das instalações elétricas do prédio, em 28/9/2006, foi publicado um Decreto liberando crédito adicional para o MME, suficiente apenas para cobertura das despesas com a locação de aparelhos de ar condicionado “split”.

2.3.1 RECURSOS EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA CGOF/SPOA

ENTIDADE	AÇÃO	PROGRAMA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA R\$	PAGAMENTO		NATU-REZA DA DESPESA
				VALOR R\$	DATA	
Organização Latino-Americana de Energia - OLADE	25.212.0681.0085.0001	Gestão da Participação em Organismos Internacionais	600.000,00	412.437,31	22/06/2006	3380
Grupo Internacional de Estudo do Níquel - GIEN	22.212.0681.002C.0001	Gestão da Participação em Organismos Internacionais	90.000,00	53.312,00	26/10/2006	3380
Capital - Empresa de Pesquisa Energética - EPE	25.846.0909.0C18.0101	Operações Especiais	10.000.000,00	10.000.000,00	27/12/2006	4590

2.3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (*)

Data: 31/12/2006

R\$ 1,00

UNIDADE	LOA 2006 (+ CRÉDITOS)	LIMITE (DECRETO)	EXECUÇÃO		
			EMPENHADO	LIQUIDADADO	EMP / LIM
SPOA	26.032.119	25.411.365	24.694.681	24.694.681	97%
CBEE	590.942	554.718	268.017	268.017	48%
ESTAL	4.500.000	3.104.324	3.104.323	3.104.323	100%
SPE	73.095.380	48.955.051	45.981.276	45.981.276	94%
SGM	4.000.000	3.767.082	3.065.556	3.065.556	81%
SEE	20.998.000	15.838.741	11.770.437	11.770.437	74%
SPG	4.450.000	750.115	550.115	550.115	73%
TOTAL ADM. DIRETA	133.666.441	98.381.396	89.434.405	89.434.405	91%
CPRM	58.397.601	55.964.343	53.731.269	53.731.269	96%
DNPM	37.337.299	33.491.797	31.246.857	31.246.857	93%
ANP	230.138.715	182.863.924	180.417.620	180.417.620	99%
ANEEL	98.000.000	76.017.158	72.938.095	72.938.095	96%
Emenda / Inversão	17.500.000	84.481	0	0	-
Integralização EPE	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	100%
TOTAL MME	585.040.056	456.803.099	437.768.246	437.768.246	96%

Fonte SIAFI

(*) Inclui PPI, Conta Petróleo, Integralização EPE, Auxílios
Exclui Pessoal, Dívida, Subvenção, Subsídio, Doação, Sentenças Judiciais

2.4 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE CONVÊNIO (TCE)

O processo diz respeito ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº. 004/2000-MME, firmado entre o Ministério de Minas e Energia e a Secretaria de Estado de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Rio de Janeiro, Processo nº. 48000.001973/1999-60. O Convênio foi celebrado em 29/05/2000, com prazo de vigência de 12 meses, sendo prorrogado por duas vezes, pelo Primeiro Termo Aditivo, assinado em 29/05/2001, estendendo a vigência por mais 12 meses, e pelo “*de ofício*”, prorrogando a vigência para 29/05/2003.

Unidade Gestora	320013 - Secretaria de Energia Elétrica
Valor Pactuado	R\$ 1.350.000,00
Participação do MME	R\$ 1.060.000,00 - R\$ 1.000.000,00 - valor estimado em equipamentos/materiais. - R\$ 60.000,00 - custo estimado da identificação de micro regiões.
Participação do Conveniente	R\$ 290.000,00

Tendo em vista a não utilização dos recursos na consecução do objeto do convênio no valor de R\$ 60.000,00, foi solicitado o seu recolhimento, devidamente corrigido. O não atendimento, após as diligências efetivadas, motivou a instauração da Tomada de Contas Especial, Processo/MME nº. 48000.000625/2005-11, realizada no exercício de 2005. O processo esteve sob a análise da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU, até 12/12/2006, e posteriormente foi restituído à Coordenação de Contabilidade da CGOF/SPOA, ainda em dezembro de 2006, para adoção das providências solicitadas.

2.5 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TCE, CUJO VALOR SEJA INFERIOR ÀQUELE ESTABELECIDO PELO TRIBUNAL, EM NORMATIVO ESPECÍFICO, EMITIDO PELO SETOR COMPETENTE, CONF. INCISO I DO ART. 7º DA IN TCU Nº 13, DE 4/12/96. (Anexo II - Conteúdo do Relatório de Gestão - Item 15 - Decisão Normativa TCU Nº 81, de 6 de Dezembro de 2006)

Unidade Gestora solicitante das providências: 320005 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Nome do Responsável: Taís Morais Hime Urbano Dias
CPF: 035.346.747-23
Cargo/Função/Matrícula, se o mesmo for servidor público: Coordenadora do MME - DAS 101.3/ Matrícula SIAPE 1362760-Exonerada/Sem vínculo com o Serviço Público.
Endereço residencial, profissional, e nº do telefone do responsável: SRES QUADRA 02 BLOCO “N”, CASA 44, CRUZEIRO NOVO, CEP: 70648-140 Telefone: 061-32331504
Valor original do dano e, se for o caso, das parcelas recolhidas: R\$ 364,43 (valor do dano)
Origem e data das ocorrências: Acerto de Contas em função de Exoneração (Portaria MME nº 146/04 - DOU 26/07/04)
Informação quanto à inclusão ou não no CADIN: Não houve
Inscrição no SIAFI: Tendo em vista que as diligências efetivadas não lograram êxito, foi feita a inscrição da devedora no SIAFI - Diversos Responsáveis, Conta Contábil 112290200, em 22/05/06, 2006NL000001 - UG/Gestão favorecida 320005/00001 - UG emitente: 320006.
Processo/MME nº: 48000.001595/2004-89
Nome do Responsável: Evandro Sérgio Martins Leite
CPF: 358.522.321-49
Cargo/Função/Matrícula, se o mesmo for servidor público: Gerente Administrativo Financeiro do Projeto – ESTAL - Matricula: 1444290 - Contratos Temporários
Endereço residencial, profissional, e nº do telefone do responsável: SMDB Conjunto 28, Lote 3, Casa 02, Lago Sul, CEP: 71680-280 - Telefone: 61-33676894
Valor original do dano /parcelas recolhidas: Valor Original R\$ 3.975,04. Esse valor foi dividido em 7 parcelas, a pedido do interessado, sendo 6 parcelas no valor de R\$ 567,86 e 1 parcela no valor de R\$ 567,88, sendo recolhida apenas a 1ª no valor de R\$ 567,86 ,conforme GRU de 09/06/2006, constante, das fls. 55, do processo nº 48000.001916/2005-26
Origem e data das ocorrências: Acerto de Contas em função de Exoneração (Portaria MME nº 59/05 - DOU 29/07/2005)
Informação quanto à inclusão ou não no CADIN: Não houve inclusão
Inscrição no SIAFI: Tendo em vista que as diligências efetivadas não lograram êxito, foi feita a inscrição da devedora no SIAFI - Diversos Responsáveis, Conta Contábil 112290200, em 28/02/07, 2007NL000001 - UG/Gestão favorecida 320005/00001 - UG emitente: 320006.
Processo/MME nº: 48000.001916/2005-26

Nome do Responsável: Edson Luiz Mees Stringari
CPF: 400.164.129-15
Cargo/Função/Matrícula, se o mesmo for servidor público: Assessor do Consultor Jurídico - DAS 102.4, Matrícula 1506338
Endereço residencial, profissional, e nº do telefone do responsável: Rua Francisco Silva Filho, 44 - Coqueiros, CEP: 88080-116 - Florianópolis/SC
Valor original do dano /parcelas recolhidas: R\$ 10.598,14 (valor do dano)
Origem e data das ocorrências: Acerto de Contas em função da exoneração (Portaria MME nº 57, DOU 14/02/2006)
Inscrição no CADIN: Não houve inclusão
Inscrição no SIAFI: Tendo em vista que as diligências efetivadas não lograram êxito, foi feita a inscrição da devedora no SIAFI - Diversos Responsáveis, Conta Contábil 112290200, em 28/02/07, 2007NL000002 - UG/Gestão favorecida 320005/00001 - UG emitente: 320006.
Processo/MME nº: 48000.000369/2006-42

Unidade gestora solicitante das providências: 320004 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Nome do Responsável: Fábio Ramos (servidor falecido)
CPF: 094.574.889-20
Cargo/Função/Matrícula, se o mesmo for servidor público: Colaborador Eventual no MME (Prof. 3º Grau da Universidade Federal do Paraná - UFPR - SIAPE 340184
Endereço residencial, profissional, e nº do telefone do responsável: <i>Endereço da inventariante Sra. Nara Maria de Araújo Ramos:</i> Rua Padre Anchieta, nº. 1500, Ap. 1.201 - CEP 80730-000 - Telefone: (41) 335-7149 / <i>Endereços da filha do Sr. Fábio Ramos:</i> Rua Fernando Simas , nº 705, 16º. Andar - Curitiba-PR CEP: 80430-190 - Telefone: (41) 363-4833 e Rua Fernandes de Barros, nº. 491, Conjunto 05, Bairro Auto da 15- Curitiba/PR CEP: 80040-200
Valor original do dano /parcelas recolhidas: R\$ 8.687,15 (valor original)
Origem e data das ocorrências: Ressarcimento de Passagens Aéreas (Datas das ocorrências fls. 130 do processo)
Inscrição no CADIN: Não houve inclusão
Inscrição no SIAFI: Tendo em vista que as diligências efetivadas não lograram êxito, foi feita a inscrição da devedora no SIAFI - Diversos Responsáveis, Conta Contábil 112290200, em 07.03.2007, 2007NL000004 - UG/Gestão favorecida 320005/00001 - UG emitente: 320006.
Processo/MME nº: 48000.000457/2007-25

3. COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH

3.1 UNIDADE GESTORA - UG:320005 (executora)

3.2 COMPETÊNCIA DA CGRH

À CGRH compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, e, ainda, as de programação e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral.

3.3 OBJETIVOS E METAS DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA 2006

Título da Ação	4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
-----------------------	--

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação dos servidores do MME com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional através do estabelecimento de diretrizes voltadas à educação corporativa para o Ministério.

Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Beneficiários: 750 servidores capacitados

Título da Ação	2011 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
-----------------------	--

Finalidade: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Beneficiários: 478 servidores beneficiados

Título da Ação	2012 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS
-----------------------	---

Finalidade: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Beneficiários: 533 servidores beneficiados

Título da Ação	2010 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS
-----------------------	---

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 977, de 10/11/1993.

Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 977/93.

Beneficiários: 90 crianças de 0 a 6 anos.

Título da Ação	2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES
-----------------------	---

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Beneficiários: 2.400 pessoas beneficiadas.

Título da Ação	0181 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS
-----------------------	--

Finalidade: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento à disposições contidas em regime previdenciário próprio.

Descrição: Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivos ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.

Beneficiários: 1.856 pessoas beneficiadas.

3.4 PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC

3.4.1 Eventos de Capacitação Realizados

O PAC é produto do Levantamento de Necessidades de Capacitação - LNC levado a efeito, no Ministério de Minas e Energia - MME no último trimestre de 2005, para o ano de 2006.

O enfoque do LNC foi o de atrelar as demandas de capacitação às metas estabelecidas pelas unidades de forma que as ações de desenvolvimento viessem contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.

Do PAC/2006 estavam previstas 996 participações em eventos de capacitação. Entretanto a liberação orçamentária ocorreu na segunda quinzena de maio, permitindo totalizar somente 414 ações, para as quais foi executado 44% do orçamento disponível para implementação do Plano Anual de Capacitação.

Para o exercício de 2006, o Programa de Qualidade de Vida do MME previa 18 ações, destas 12 foram implementadas o que corresponde a 66% do programado. O programa contou com 15.409 participações.

3.4.2 Indicadores de Gestão do PAC

Série Histórica 2002/2006

EXERCÍCIO	CARGA HORÁRIA	EVENTOS REALIZADOS	PARTICIPACIONES	ORÇAMENTO EXECUTADO	MÉDIA HORA CAPACITAÇÃO	MÉDIA EVENTO CAPACITAÇÃO	MÉDIA POR PARTICIPAÇÃO
2002	5.320	101	568	130.137,00	24,43	1.288,49	229,11
2003	5.845	99	441	161.089,00	27,56	1.627,16	365,28
2004	5.003	111	589	288.143,00	57,56	2.595,88	489,21
2005	5.210	90	482	296.204,00	56,85	3.291,10	614,00
2006	5.057	113	414	387.076,00	76,54	3.425,45	939,79

Os dados constantes no período 2002 a 2004 compreendiam resultados do PAC e PQV. A partir do exercício de 2005 os relatórios PAC e PQV foram separados, permanecendo em 2005 e 2006 apenas os resultados do PAC.

3.4.3 Participações dos Servidores em Eventos de Capacitação, Por Unidade - 2006

UNIDADE	Nº DE PARTICIPAÇÕES	%
Gabinete do Ministro (GM)	61	14,98
Secretaria-Executiva (SE)	42	10,39
Secretaria de Energia (SEE)	22	5,56
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE)	23	5,80
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM)	12	3,14
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG)	12	3,14
Consultoria Jurídica (CONJUR)	18	4,35
Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração (SPOA)	14	3,62
Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH)	60	14,73
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)	78	19,08
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF)	30	7,49
Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação (CGTI)	20	4,83
Coordenação-Geral de Compras e Contratos (CGCC)	12	2,90
TOTAL	414	100,00

3.4.4 Orçamento para Capacitação de Recursos Humanos

O Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD definiu o montante de R\$ 707.291,00 (setecentos e sete mil duzentos e noventa e um reais) para “Capacitação de Recursos Humanos”.

<i>DISPONÍVEL PARA A CAPACITAÇÃO</i>	<i>R\$ 707.291,00</i>
REALIZADO	R\$ 312.781,00
DEVOLVIDO	R\$ 394.510,00
SALDO ATUAL	0,00

Foi executado 44% dos recursos disponíveis. O saldo devolvido foi de R\$ 394.510,00 (trezentos e noventa e quatro mil, quinhentos e dez reais), fato que se justifica pelo atraso na liberação orçamentária que inviabilizou a participação dos servidores nos eventos abertos de pós-graduação, entre outros ocorridos somente no 1º semestre de 2007, e ainda pelo adiamento dos projetos de línguas estrangeiras.

3.5 PROGRAMA DE ESTÁGIO

As ações desenvolvidas na área de estágio foram direcionadas para proporcionar o aperfeiçoamento dos estudantes nas diversas áreas acadêmicas.

O quadro de estagiários de 2006 ficou definido da seguinte forma: 17 estagiários de Nível Superior (NS) e 33 de Nível Médio (NM), sendo que 37 estagiaram em período integral, 09 (nove) de nível superior e 28 (vinte e oito) de nível médio, perfazendo um total de 50 estagiários no decorrer do exercício.

3.6 AÇÕES RELATIVAS AO SERVIÇO MÉDICO

O Serviço Médico do Ministério de Minas e Energia realizou 11.068 (onze mil e sessenta e oito) procedimentos/atendimentos nas áreas de Clínica Médica, Odontologia, Clínica Cirúrgica, Psicologia e Enfermagem, conforme tabela abaixo.

3.6.1 Procedimentos/Atendimentos Médicos - 2006

ODONTOLOGIA	1680
PSICOLOGIA	1406
ENFERMAGEM	5867
CLÍNICA MÉDICA	2115
TOTAL	11.068

Foram homologados 593 (quinhentos e noventa e três) atestados médicos, e acompanhados 26 processos encaminhados à Junta Médica do Ministério da Saúde.

3.6.2 Benefícios - Plano de Saúde

ASSISTIDOS	ANOS		
	2004	2005	2006
Titulares em Atividade	332	336	326
Titulares Aposentados	531	519	505
Dependentes	1.319	1.268	1.178
TOTAL	2.182	2.123	2.006

3.7 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.7.1 Pessoal Efetivo, Terceirizado e Estagiários

	SERVIDOR EFETIVO	ESTAGIÁRIOS	TERCEIRIZADO	OBSERVAÇÃO
MME	365 (a)	50	-	(a) Incluídos os 99 cedidos a outros órgãos; (b) Não Incluídos os 99 cedidos a outros órgãos;
ÁREA-MEIO	266 (b)	13	-	
ÁREA-FIM	32	37	-	

3.7.2 Pessoal Cedido / Requisitado

	CEDIDO	REQUISITADO	OBSERVAÇÃO
MME	99	86	Requisitados de Empresas e de outros Órgãos.

3.7.3 Cargos Comissionados, FG e FCT

	CARGOS COMISSIONADOS	FUNÇÕES GRATIFICADAS FG	FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT	OBSERVAÇÃO
MME	372	99	45	-
ÁREA-MEIO	200	97	42	
ÁREA-FIM	172	2	3	

3.7.4 Atos de Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão - 2006

ATO	QUANT.	SERVIDOR
Concessão de Aposentadoria	0	-

ATO	QUANT.	INSTITUIDOR	PENSIONISTA
Concessão de Pensão	17	Antonio Augusto Coelho	Maria Helena da Costa Coelho
		Clair de Souza	Celi Maria dos Santos Souza e Odilea Marcelino Barbosa
		Emília de Sá Mariz	Severino Barbosa Mariz Filho
		Francisco de Paula N. Sayão Lobato	Eloah Saboia Sayão Lobato
		Francisco Fidelis da Silva	Maria Rosalia Gomes da Silva
		Hozano Xavier	Maria Ferreira Xavier
		Ivo Pereira Oliveira	Elcine Aguiar Campos de Oliveira
		Jesus Clarindo Alves	Maria Ophelia Ramos Alves
		João Henrique Contente	Breno Henrique S. Contente e Bruno Henrique S. Contente
		Jose Bandeira Campos	Maria José da Silva Campos
		Josemar Batista Leite	Udissea Lima Batista Leite
		Luiz Pereira da Silva	Luiz Rafael Ramos da Silva
		Waltenir Ribas	Maria de Fátima Querino, Clayton Poncem Ribas e Jordana Querino Ribas

ATO	QUANT.	SERVIDOR
Admissão (judicial)	2	Januário Alves de Oliveira Azevedo
		João Luis de Matos

ATO	QUANT.	SERVIDOR
Desligamento	3	João Henrique Contente (falecimento)
		Waltenir Ribas (falecimento)
		Lívia Aparecida Souza Montalvão (vacância)

3.7.5 Pessoal Cedido - Valores Pendentes de Ressarcimento e Providências Adotadas

Servidor: ANA MARIA RAULINO DE MEDEIROS COLY

Órgão Cessionário: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

Data da Cessão: 01/03/1999

REFERÊNCIA	DOCUMENTO	DATA	VALOR R\$	RESSARCIDO	
				DATA	DOCUMENTO
jan/05 (*)	Of. 20/2005	01/02/2005	182.607,90		
fev/05	Of. 24/2005	04/03/2005	3.874,65		
mar/05	Of. 29/2005	01/04/2005	3.527,87		
abr/05	Of. 39/2005	29/04/2005	Pago	09/ago/05	OB - 900106
mai/05	Of. 41/2005	27/05/2005	Pago	12/set/05	OB - 900119
jun/05	Of. 56/2005	04/07/2005	Pago	07/out/05	OB - 900142
jul/05	Of. 62/2005	11/08/2005	Pago	07/out/05	OB - 900142
ago/05	Of. 68/2005	06/09/2005	Pago	16/nov/05	RA - 000115
set/05	Of. 74/2005	30/09/2005	Pago	06/dez/05	OB - 900177
out/05	Of. 87/2005	08/11/2005	Pago	21/ago/06	RA - 000083
nov/05	Of. 94/2005	12/12/2005	Pago	17/mai/06	RA - 000051
dez/05	Of. 27/2005	08/02/2005	8.069,20		
jan/06	Of. 27/2006	08/02/2006	3.660,95		
fev/06	Of. 15/2006	30/03/2006	Pago	22/set/06	RA - 000101
mar/06	Of. 16/2006	30/03/2006	Pago	16/jun/06	RA - 000059
TOTAL A RESSARCIR			201.740,57		

(*) Referente ao período de março/1999 a janeiro/2005

Fonte: CAPES/CGRH

3.7.6 Quadro de Pessoal do MME

SITUAÇÃO	ANOS		
	2004	2005	2006
Ativo Permanente	269	274	266
Cedidos	110	110	99
Requisitados	46	79	86
Sem Vínculo	124	153	138
Natureza Especial	1	1	1
Excedente a Lotação	0	0	0
Aposentados	1.023	1.003	970
Instituidores de Pensão	685	681	677
Exercício Descentralizado	10	34	45
Contrato Temporário	31	28	26
TOTAL	2.299	2.363	2.308

3.7.7 Despesa Realizada com a Gestão de Pessoal

CLASSIFICAÇÃO	ANOS		
	2004	2005	2006
Pessoal em Atividade	23.538.185,31	29.930.695,31	36.392.167,32
Aposentadorias e Pensões	47.922.753,65	50.045.681,26	49.816.037,28
Plano de Saúde	926.240,00	910.875,00	927.493,00
Auxílio transporte	628.114,89	628.564,41	742.791,50
Auxílio alimentação	872.661,50	951.070,00	911.550,24
Auxílio creche	94.854,75	82.009,67	72.062,25
Treinamento	288.143,34	283.403,19	313.031,95
Ajuda de Custo	100.788,05	334.068,69	163.284,96
Auxílio Moradia	-	-	944.371,52
Estagiários	123.576,27	149.187,79	183.328,06
Contrato Temporário	2.231.016,01	2.497.876,16	2.206.738,89
TOTAL	76.726.333,77	85.813.431,48	92.672.856,97

VALORES EXTRAÍDOS DO SIAFI

3.8 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO (Item 7 do Anexo V DN - TCU/81/2006)

1.

Número do processo:	48000.001458/2006-14			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Número e data do Ato:	Nº: 63/SPOA		Data: 07 / 6 / 2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desaparecimento de Bens Patrimoniais.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório		
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:	Instauração de nova Comissão de Sindicância. (Portaria SPOA nº 38, de 13/3/2007).			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

2.

Número do processo:	48000.002361/2006-11			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Número e data do Ato:	Nº: 93/SPOA		Data: 19/9/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desaparecimento de bem patrimonial em 2002. Processos conexos 48000.001458/2006 e 48000.000411/02-00			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório		
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Local e Data: Brasília , 30/ 3 / 2007.

Assinatura

3.

Número do processo:	48000.002315/2006-11					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 92/06 e 96/06 - SPOA			Data: 15/9/2006 e 4/10/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de faltas de servidor ao trabalho.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 17/11/2006		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:	Encaminhamento e acompanhamento do servidor no Programa de Assistência ao Servidor - PAS, desenvolvido pelo MME.					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

4.

Número do processo:	48000.002204/2005-24					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 75/SPOA			Data: 25/8/2005		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de irregularidade na execução de contrato. (Por orientação da CONJUR/MME, reaberta nova sindicância Processo nº 4800004/2007-07, Portaria SPOA nº 9, de 16/1/2007.)					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 16/3/2007		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Local e Data: Brasília , 30/ 3 / 2007.

Assinatura

5.

Número do processo:	48000.002287/2006-32			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Número e data do Ato:	Nº: 104/06 - SPOA			Data: 8/11/2006
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desaparecimento de bem patrimonial. (Apensado o Processo nº 48000.000038/2007-93).			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 5 / 1 / 2007		<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): 1.790,00		

6.

Número do processo:	48000.001165/2006-29			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Número e data do Ato:	Nº: 59/SPOA			Data: 17/5/2006
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desaparecimento de bem patrimonial.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 16/03/2007		<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): 923,04		

Local e Data: Brasília , 30/ 3 / 2007.

Assinatura

7.

Número do processo:	48400.001001/2004-21			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº:			Data:
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desaparecimento de bem patrimonial no DNPM/ES. Obs.: A Autarquia solicitou a participação do MME na condução desse processo.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório	<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em __/__/____	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Local e Data: Brasília , 30/ 3 / 2007.

Assinatura

4. COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - CGRL

4.1 UNIDADE GESTORA - UG: 320004 (executora)

4.2 COMPETÊNCIA DA CGRL

À CGRL compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria, telecomunicações e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Coordenação-Geral.

4.3 OBJETIVOS E METAS DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS - LEI ORÇAMENTÁRIA 2006

Título da Ação	2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
-----------------------	--

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregados as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico.

Meta Físicas e Financeiras: Não se aplica.

4.4 AÇÕES RELATIVAS A SERVIÇOS GERAIS

Durante o exercício de 2006, foram elaborados e executados os seguintes projetos:

a) Instalação de Elevador de Carga

Conclusão da obra de instalação do elevador de carga localizado no subsolo do Ministério, para facilitar o deslocamento de carga entre o 1º e 2º subsolos, pavimentos onde estão localizados grande parte de depósitos do MME.

b) Reforma em Unidades do MME

Reforma (continuação) em diversas unidades, incluindo substituição de divisórias, pisos, persianas e sinalização visual, além de alteração de layouts dos 6º, 7º e 9º andares e da área de Transportes, com a respectiva substituição do mobiliário antigo por estações de trabalho.

c) Desativação do “pool” de reprografia do MME

Tendo em vista imprescindibilidade dos serviços de reprografia para este Órgão e visando a economicidade, foi feita parceria com o Ministério do Turismo para participação do MME no contrato celebrado por aquele Órgão, via destaque orçamentário, objetivando utilização desses serviços quando envolver grande volume de cópias, incluindo serviços de encadernação.

Assim, em 2006 os serviços de reprodução de grande volume de cópias passaram a ser realizados no pool de reprografia atualmente administrado pelo Ministério do Turismo. Com isso, foram encerrados contratos onerosos firmados anteriormente entre este Órgão e as empresas Xerox e Ricoh.

Já os serviços de reprodução de cópias em pequena quantidade foram abarcados pelo contrato de serviços de impressão corporativa, implantado no início de setembro de 2006.

Essa iniciativa de parceria com o MTur resultou numa economia para o MME da ordem de 62% (sessenta e dois por cento), uma vez que o preço unitário médio pago por força dos contratos anteriormente celebrados para reprodução de apenas 1 cópia era de R\$ 0,87 (oitenta e sete centavos) e, doravante, será de apenas R\$ 0,32 (trinta e dois centavos), em média.

Em consequência desse compartilhamento de serviços foi desativado o núcleo central de reprografia do MME instalado no 1º subsolo e rescindidos os contratos em comento.

d) Serviços de Segurança Contra Incêndio - Brigadista

Ante a gravidade da situação afeta às instalações elétricas do edifício do Ministério de Minas e Energia, a SPOA fez gestão junto à SOF/MP para solicitar abertura de crédito extraordinário destinado a abarcar despesas com a substituição das instalações elétricas, o que foi taxativamente negado.

Tendo em vista a impossibilidade de liberação de crédito orçamentário específico para custear tais despesas, a SPOA, numa ação preventiva, para resguardar a integridade física dos servidores, demais usuários do Órgão e respectivo patrimônio, no caso da ocorrência de sinistros, celebrou contrato para prestação de serviços de segurança contra incêndios.

A execução dos serviços de brigadista, (bombeiro particular) foi realizada de acordo com o disposto na Norma Técnica nº 007/2000 - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

e) Modernização do Distribuidor Geral de Telefonia

Execução dos serviços de modernização do Distribuidor Geral (DG) da telefonia, contemplando as redes do PABX (primária e secundária), objetivando atender às necessidades advindas na nova rede estruturada, cuja obra foi concluída no final do ano de 2006.

f) Instalação de Aparelhos de Ar Condicionado

Em 2005, houve um colapso do sistema de ar condicionado central do MME e, de acordo com a área de obras do Ministério, o problema é de ordem irreversível não permitindo recuperação, mas somente a substituição do mesmo.

Para agravar ainda mais a situação não foi previsto, na Lei Orçamentária Anual de 2006, crédito orçamentário para cobertura das despesas de substituição do referido sistema de ar condicionado central na rubrica de investimento, cujo crédito foi objeto de várias solicitações junto à SOF/MP, entretanto, sem êxito.

Não restando alternativas, e para minimizar a situação de insalubridade principalmente das autoridades do MME, que mantêm freqüentes reuniões com grande número de pessoas provocando maior dissipação de calor e desconforto do ambiente, em prejuízo, inclusive, do rendimento do trabalho e da qualidade dos serviços, deliberou-se inicialmente pela adesão à Ata de Registro de Preços do Ministério do Turismo para locação de 40 aparelhos de ar condicionado do tipo “Split”, incluindo manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de peças.

Tal medida paliativa foi ampliada para os demais servidores do MME no final do exercício de 2006, mediante nova contratação, resultante, por sua vez, de procedimento licitatório levado a efeito por este Órgão com auxílio do Ministério do Turismo (autor do Termo de Referência decorrente), haja vista a impossibilidade de substituição do sistema de ar condicionado por falta de recursos orçamentários.

O contrato decorrente contemplou a locação de 396 aparelhos condicionadores de ar tipo “Split”, incluindo fornecimento, instalação, manutenções preventivas e corretivas e assistência técnica, com fornecimento de peças e materiais de reposição.

Dessa forma, buscando minimizar a situação de insalubridade nas dependências do prédio, e não restando mais alternativas orçamentárias para viabilizar a substituição do sistema de ar condicionado central, optou-se pela locação dos referidos aparelhos, em caráter temporário.

4.5 ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.5.1 Execução Financeira

A execução orçamentária e financeira da área administrativa do MME tem como principais ferramentas de trabalho os Sistemas SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira e SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, para a realização dos registros.

4.5.2 Gastos com Cartões de Crédito

a) Suprido: *Genésio Soares de Oliveira*

2004

O Cartão ainda não era adotado pelo MME

2005

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.000293/2005-74	16/02/05 a 07/05/05	4.000,00	1.344,46	0,00	0,00	-
48000.001165/2005-48	16/05/05 a 13/09/05	4.000,00	3.214,81	360,00	240,00	A gráfica onde foi realizado o serviço não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
					120,00	A gráfica onde foi realizado o serviço não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
48000.002317/2005-20	23/09/05 a 23/12/05	4.000,00	1.760,97	770,00	160,00	A empresa Bazer e Estúdio Fotográfico ITA, onde foi realizado o serviço não trabalhava com cartões de crédito
					20,00	A empresa Eletrônica L. A. Ltda., onde foi realizado o serviço não trabalhava com cartões de crédito.
					190,00	A empresa Socapas Encadernadora Ltda., onde foi realizado o serviço não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
					400,00	A empresa Gráfica e Editora Paranaíba Ltda., onde foi realizado o serviço não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.

a) Suprido: *Genésio Soares de Oliveira* (Cont.)

2006

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.000735/2006-63	21/03/06 a 18/06/06	3.000,00	787,52	70,00	70,00	A empresa Casa Neves Papelaria, onde foi realizada a compra não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
48000.001780/2006-35	18/07/06 a 18/10/06	3.000,00	714,24	0,00	0,00	-

b) Suprido: *Sílvio Fernandes Salet*

2004

O Cartão ainda não era adotado pelo MME

2005

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.000216/2005-14	16/02/05 a 07/05/05	6.000,00	2.632,04	1.320,00	400,00	A empresa Confiança Extintores onde foi realizada a compra não possuía convênio com a operadora do cartão VISA
					340,00	A empresa Fácil Solução em Tecnologia da Informação não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
					99,00	A empresa Loggos Jornais e Revistas não trabalhava com cartões de crédito.
					240,00	A empresa Macedo Decorações onde foi realizada a compra não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
					190,00	A empresa RT Máquinas onde foi realizado o serviço não trabalhava com cartões de crédito.
					51,00	Falhas de conexão impediram a efetivação da compra através da modalidade crédito na empresa Fujioka Cine Foto Som Ltda.
48000.000950/2005-83	28/04/05 a 28/07/05	7.000,00	5.063,70	210,00	15,00	O Instituto Socioambiental onde foi adquirido o mapa da Amazônia Brasileira não trabalhava com cartões de crédito.
					25,00	A empresa Laudromat onde foi realizado o serviço não trabalhava com cartões de crédito.
					170,00	Saque efetuado para pagamento de taxa referente ao emplacamento e licenciamento de veículo oficial junto ao DETRAN/DF.

b) Suprido: *Sílvio Fernandes Salet* (Cont.)

2005

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.002315/2005-31	12/09/05 a 12/12/05	7.000,00	6.634,12	860,00	310,00	Saque efetuado para autenticação de documentos no Cartório 4º Ofício de Notas.
					15,00	A Casa Neves Papelaria onde foi adquirido o Mapa do Brasil (Político, Estatístico e Rodoviário) não trabalhava com cartões de crédito.
					120,00	Saque efetuado para pagamento de guincho à empresa Líder Auto Service que não trabalhava com cartões de crédito.
					300,00	A empresa Atmosfera Movimentação de Ar não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
					15,00	A empresa Time Center não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
					100,00	A empresa PROGRAF Produtos Gráficos não trabalhava com cartões de crédito.

c) Suprido: *Hisao Fujimoto*

2004

O Cartão ainda não era adotado pelo MME

2005

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.001462/2005-93	14/06/05 a 14/09/05	4.000,00	2.965,47	0,00	0,00	-
48000.002183/2005-47	13/10/05 a 30/12/05	4.000,00	2.807,70	360,00	290,00	A empresa onde foi adquirido o material não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.

2006

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.001399/2006-76	29/05/06 a 26/08/06	4.000,00	2.828,20	0,00	0,00	-
48000.002343/2006-39	29/09/06 a 27/12/06	4.000,00	2.573,78	0,00	0,00	-

d) Suprido: *Teomar Andrade Gomes*

2004

O Cartão ainda não era adotado pelo MME

2005

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.000061/2005-16	14/02/05 a 24/04/05	2.000,00	947,95	655,00	200,00	Através de pesquisa de preços constatou-se que a empresa oferecia o menor preço, além da comodidade de entrega expressa.
					215,00	A empresa que tradicionalmente presta serviços para o MME oferece a vantagem de busca e entrega do material no próprio prédio, evitando o deslocamento de carro oficial.
					40,00	A empresa executora dos serviços não trabalhava com cartões de crédito.
					200,00	A empresa suspendera temporariamente o contrato com a operadora de crédito VISA.
48000.000941/2005-92	29/04/05 a 29/07/05	2.000,00	1.499,74	785,00	50,00	O serviço foi realizado pelo prestador que já possuía em seus arquivos a "arte final" e a "programação visual" do serviço contratado, oferecendo assim o melhor preço. A empresa não possuía convênio com a operadora VISA.

d) Suprido: *Teomar Andrade Gomes* (Cont.)

2005

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.000941/2005-92	29/04/05 a 29/07/05	2.000,00	1.499,74	785,00	235,00	A opção pela empresa prestadora dos serviços deve-se ao fato dos seus técnicos já conhecerem os aparelhos e equipamentos do Setor Odontológico, cuja manutenção é realizada com presteza, qualidade e confiabilidade técnica.
					110,00	A opção pela empresa prestadora dos serviços deveu-se ao fato de oferecer o melhor preço, além da agilidade, coleta e entrega dos produtos no Serviço Médico do MME.
					60,00	A empresa prestadora do serviço não trabalhava com cartões de crédito.
					100,00	Saque referente à encomenda de Material Específico solicitado pela Secretaria de Petróleo e Gás, adquirido de empresa que não trabalhava com cartões de crédito.
					230,00	A empresa que ofertou o melhor preço não trabalhava com cartões de crédito.
48000.002194/2005-27	31/08/05 a 30/11/05	2.000,00	1.021,80	110,00	60,00	A empresa fornecedora do material não trabalhava com cartões de crédito.
					50,00	A empresa prestadora do serviço não trabalhava com cartões de crédito.

d) Suprido: *Teomar Andrade Gomes* (Cont.)

2005

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.003354/2005-55	06/12/05 a 31/12/05	1.300,00	883,20	883,20	793,20	A empresa fornecedora do material está situada no estado de Curitiba/PR. O saque foi realizado porque a forma de pagamento possível foi através de depósito em conta corrente.
					90,00	A empresa prestadora do serviço não trabalhava com cartões de crédito.

2006

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.000119/2006-11	09/03/06 a 06/06/06	2.000,00	595,79	220,00	60,00	A empresa fornecedora do material não possuía convênio com a administradora do cartão VISA.
					90,00	A empresa fornecedora do material não possuía convênio com a administradora do cartão VISA.
					70,00	A empresa fornecedora do material não possuía convênio com a administradora do cartão VISA.

d) Suprido: *Teomar Andrade Gomes* (Cont.)

2006

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.001524/2006-48	19/06/06 a 06/09/06	2.000,00	777,20	510,00	330,00	A opção pela empresa prestadora dos serviços deve-se ao fato dos seus técnicos já conhecerem os aparelhos e equipamentos do Setor Odontológico, cuja manutenção é realizada com presteza, qualidade e confiabilidade técnica.
					130,00	O serviço foi realizado pelo prestador que já possuía em seus arquivos a "arte final" e a "programação visual" do serviço contratado, oferecendo assim o melhor preço. A empresa não possuía convênio com a operadora VISA.
					50,00	A opção pelo saque deveu-se ao fato da empresa dispor do material odontológico para pronta entrega, além de não possuir convênio com a administradora do cartão VISA
48000.0002337/2006-81	15/09/06 a 14/12/06	2.000,00	855,73	170,00	110,00	A opção de realização do serviço com a empresa que não possui convênio com a operadora VISA, deveu-se ao fato da mesma possuir a "matriz" do formulário de receita médica, o que minimiza os custos.
					60,00	A empresa fornecedora do material não possuía convênio com a administradora do cartão VISA.

e) **Suprido:** *Dimas Figueiredo Nóbrega***2004***O Cartão ainda não era adotado pelo MME***2005***O Servidor ainda não era suprido***2006**

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.000615/2006-66	13/05/06 a 10/06/06	6.000,00	4.329,52	320,00	320,00	A empresa prestadora do serviço não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
48000.002555/2006-16	17/10/06 a 29/12/06	6.000,00	2.663,95	900,00	600,00	A empresa prestadora do serviço não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.
					300,00	A empresa prestadora do serviço não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.

f) **Suprido:** *Antônio Deodório do Nascimento*

2004

O Cartão ainda não era adotado pelo MME

2005

O Servidor ainda não era suprido

2006

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.001678/2006-30	04/07/06 a 01/10/06	6.000,00	1.573,77	200,00	200,00	A empresa prestadora do serviço não possuía convênio com a operadora do cartão VISA.

g) Suprido: *Pedro Élcio dos Santos*

2004

O Cartão ainda não era adotado pelo MME

2005

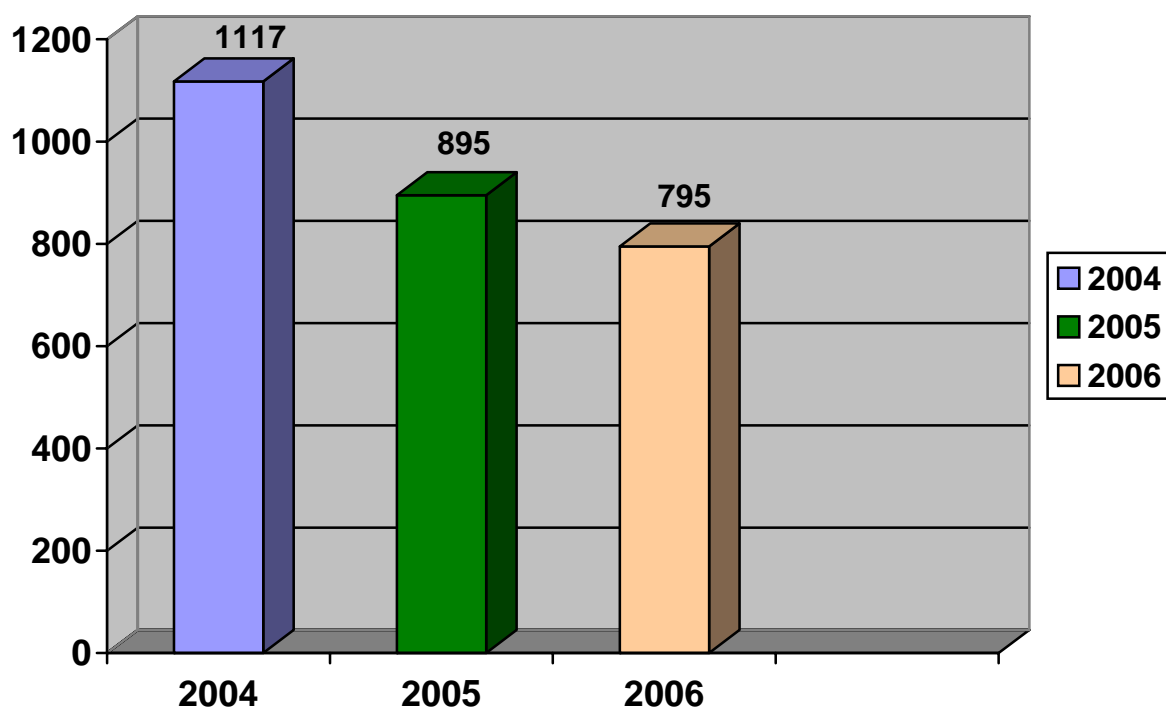
O Servidor ainda não era suprido

2006

PROCESSO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	VALOR CONCEDIDO R\$	VALOR UTILIZADO R\$	TOTAL DE SAQUES R\$	IDENTIF. DOS SAQUES R\$	JUSTIFICATIVA DO SAQUE
48000.000614/2006-11	10/04/06 a 08/07/06	3.000,00	1.830,15	0,00	0,00	-

4.6 MATERIAL E PATRIMÔNIO

4.6.1 Quantidade de Requisições Atendidas pelo Almoxarifado



4.6.2 Distribuição do Consumo de Material - Por Conta Contábil

CONTA	QUANTIDADE DE ITENS
013180107 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	8.332
0113180119 - MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGENS	2.142
0113180121 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	9.048
0113180116 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	33.747
0113180117 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.949
0113180126 - MATERIAL ELÉTRICO	217
0113180122 - MATERIAL LIMP. E PROD. HIGIENIZAÇÃO	1.062
0113180129 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	48
0113180130 - MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	150
0113180111 - MATERIAL QUÍMICO	55
0113180199 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	117
TOTAL	56.867

4.6.3 Consumo de Material por Unidade Requisitante

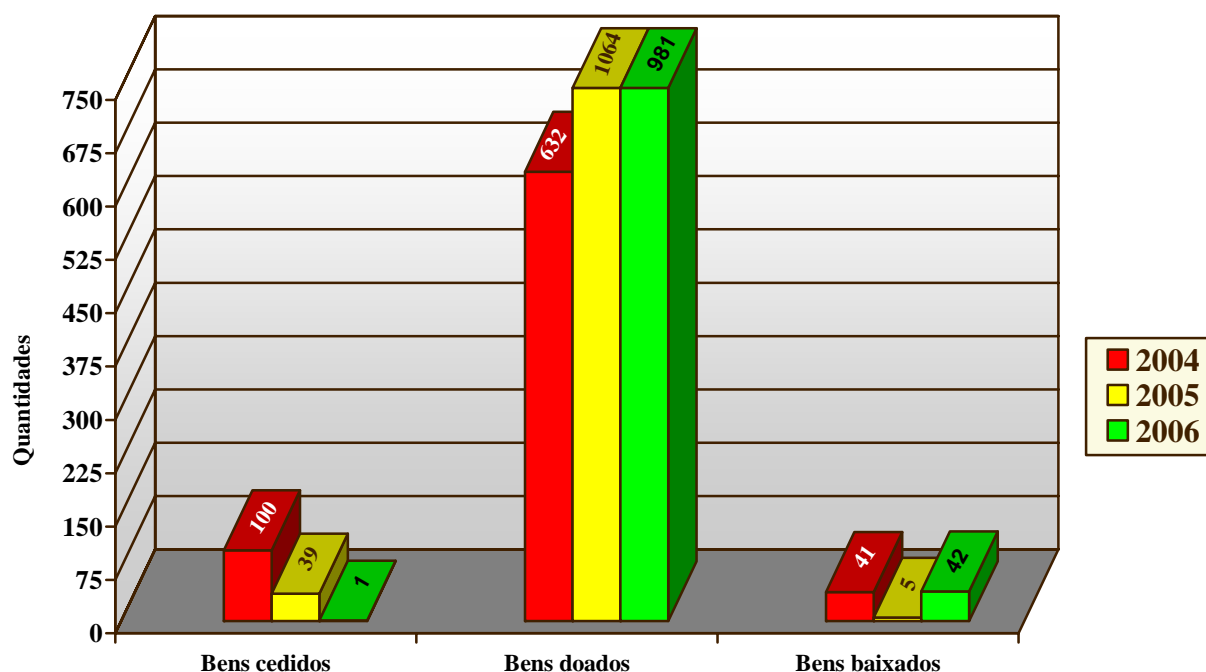
UNIDADE REQUISITANTE - UR	VALOR R\$
1757 - ÁREA DE ALMOXARIFADO	30,14
1881 - ÁREA DE COMPRAS	77,58
1293 - CONSULTORIA JURÍDICA - CONJUR	6.498,33
1447 - COORD. GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI	452,84
1884 - COORD. GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI	868,08
1613 - COORD. GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CGOF	156,28
2067 - COORDENAÇÃO DE ADM. DE MAT. E EXECUÇÃO FINANCEIRA - COMEF	4.862,60
2073 - COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS - CAC	2.002,86
1399 - COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - COAGE	84.611,81
0004 - COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS	610,84
0001 - COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - CMA	2.514,65
2038 - COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS - CGCC	115,06
1581 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CGOF	2.732,09
1728 - COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH	6.079,01
1898 - COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - CGRL	260,77
1484 - COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI	9.273,44
0005 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO	1.291,75
1790 - GABINETE DO MINISTRO - GM	48.100,82
1800 - GABINETE DO MINISTRO1 - GM	6.252,75
0003 - PROGRAMA LUZ PARA TODOS - LPT	5.556,37
2072 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ENERGETICO	1.858,15
1823 - SECRETARIA DE ENERGIA - SEN	3.597,02
1813 - SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE	9.439,22
1869 - SECRETARIA DE GEOLOGIA MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	88,90
1836 - SECRETARIA DE GEOLOGIA MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL - SGM	6.206,64
2114 - SECRETARIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - SPG	6.739,42
0002 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - SPE	11.550,22
2039 - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA	4.128,84
TOTAL	225.956,48

4.6.4 Bens Patrimoniais Cadastrados/Registrados

Até 31/12/2006

CONTA CONTÁBIL	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL EM REAIS
06	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	203	6.790,00
08	Aparelhos e Equip. Med.Odot. Lab. Hospitalar	04	11.820,20
12	Aparelhos e Utensílios Domésticos	31	15.945,00
32	Maq. Equip. Gráfico	02	118,00
33	Equipamento Áudio Vídeo Foto	31	17.346,94
34	Máq.Utensílios e Equip. Diversos	10	3.050,00
35	Equipamentos de Processamento de Dados	557	2.694.185,65
36	Máquinas e Utensílios de Escritório	06	3.286,00
42	Mobiliário Geral	806	550.864,52
48	Veículos Diversos	02	2.680,00
87	Material de uso duradouro	87	7.689,88
TOTAL		1.739	3.313.747,19

4.6.5 Bens Alienados



4.6.6 Processo de Doação de Materiais Inservíveis

O depósito de material ao encargo da Divisão de Gestão de Patrimônio, bem como os corredores do 1º subsolo e parte da garagem do MME encontravam-se abarrotados de bens inservíveis até o primeiro trimestre de 2006.

Após conclusão do competente processo de doação por comissão especialmente designada, observadas as regras de avaliação e classificação do material fixadas no Decreto nº 99.658/90, as referidas áreas foram liberadas e os bens inservíveis descartados do patrimônio do Ministério, mediante doação a entidades filantrópicas sediadas nesta Capital.

ENTIDADES CONTEMPLADAS COM BENS ALIENADOS/CEDIDOS/DOADOS E OUTRAS BAIXAS

DESTINATÁRIO	PROCESSO	VALOR R\$
Prefeitura Municipal de Cerro Corá	48000.000404/2006-33	4.144,01
Centro Espírita Sebastião O Mártir	48000.000404/2006-33	3.793,13
Grupo Força para Vencer	48000.000404/2006-33	68.357,73
Associação dos Deficientes de Brasília	48000.000404/2006-33	330.526,55
Ministério do Turismo	48000.002698/2006-28	2.675,27
Ministério da Defesa	48000.001853/2006-99	25.700,00
Decreto nº 99.658/90, Artigo 16 (Outras Baixas)	Termo de baixa: 2006/023, 2006/025 e 2006/026	2.754,20

4.7 AÇÕES REFERENTES À CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

A gestão de Diárias e Passagens do Ministério foi realizada por meio dos Sistemas:

- Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;
- Sistema Gerencial de Diárias e Passagens - MME, até 03/set/2006;
- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, implantado em 04/set/2006.

Somente em setembro de 2006 foi viabilizada a implementação do SCDP gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. Até então, o controle de concessão de diárias e passagens executado pelo MME era totalmente manual.

Referido Sistema, também em funcionamento em outros órgãos da Administração Pública Federal, permitiu melhorar o controle e a organicidade desse processo, bem como imprimir transparência aos atos decorrentes.

4.7.1 Valores Relativos às Diárias Iniciadas no Final de Semana e (ou) Feriado - Exercício de 2006

Órgão: SECRETARIA EXECUTIVA - SE

1/24

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
CELSO KNIJNIK	0001/SE	Brasília/Caracas/Venezuela/ Brasília	22/01 A 29/01/06	4.768,87	Representar o Ministro de Minas e Energia no Fórum Social Mundial 2006.
NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA	023/SE	Brasília/Moscú/Rússia Brasília	14/03 A 18/03/06	3.115,00	Participar de reunião de Ministro do G8.
NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA	030/SE	Moscú/Rússia/Pequim/ Brasília	17/03 A 25/03/06	3.850,18	Participar da visita Oficial do Vice-Presidente da República à República Popular da China, após a Reunião de Ministro do G8, na Rússia (Prorrogação).
REGINA LUNA SANTOS DE SOUZA	033/SE	São Paulo/Brasília	02/04 A 02/04/06	129,19	Complementação da PVI 031 de 2006.
JOSÉ CARLOS GOMES COSTA	050/SE	Brasília/Nova York/Brasília	30/04/ A 07/05/06	4.916,80	Participar da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (CSD – 14) e de reunião com doadores de projetos correlatos do MME. Negociar a participação brasileira no Estado Global de Energia (GEA).
MARCIA CAMARGO	055/SE	Brasília /Porto Velho/Brasília	05/05 A 06/05/06	230,20	Participar do debate da Usina do Rio Madeira, inauguração das obras de Revitalização da Praça das Três Caixas D'água.
MARCIA CAMARGO	062/SE	Brasília /Palmas/Brasília	17/05 A 21/05/06	615,02	Reunião com os Prefeitos da área de influencia da UHE Lageado e Governador do Estado do Tocantins. Participar de Reunião para início de estudos de complementação da UHE Estreito, marcado para o dia 19, 20 e 21/05.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA	070/SE	Brasília /Imperatriz/Brasília	01/06 A 03/06/06	425,69	Participar de inauguração no dia 02/06, no Município de Grajaú - MA, das obras de eletrificação rural do Programa Luz para Todos, que atenderam mais de 201 famílias, incluindo assentamentos povoados. As comunidades beneficiadas são Alto Brasil, Vera Cruz, Angico, tendo como órgão executor a CEMAR.
MARCIA CAMARGO	071/SE	Brasília/Porto Velho/Brasília	08/06 A 11/06/06	463,84	Atendendo a solicitação do Gabinete do Ministro para participar de Audiência Pública em Porto Velho-Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.
CELSO KNIJNIK	076/SE	Brasília /China /Brasília	09/06/ A 28/06/06	7.128,80	Participar do Seminário para Funcionário Público de Energia e Minas da América Latina.
LUIZ ANTONIO MEDEIROS DA SILVA	092/SE	Brasília/Porto Alegre/Florianópolis/Brasília	13/08 A 22/08/06	1.466,51	Visitar os Municípios da Bacia do Rio Uruguai, para acompanhar consulta pública dos AAI do Rio Uruguai. Reunião no Hotel Lang com MAB/IBAMA/MME, para visitar a comunidade no Município Rio dos Índios/MAB. Reunião coma a MPF/XAP.
MÔNICA DE ARRUDA CÂMARA	007/SE	Brasília /Palmas/Brasília	13/09 A 16/09/06	463,85	Participar da Oficina sobre o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins.
MÁRCIA PINTO CAMARGO	017/SE	Brasília/Palmas/Brasília	13/09 A 16/09/06	463,85	Participação no Seminário de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins.
NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA	204/SE	Brasília /Bolívia/Brasília	27/10 A 29/10/06	1.218,25	Acompanhar negociação do Acordo da Petrobras com o Governo da Bolívia em função da implantação da Lei de Hidrocarbonetos. Reunião com Ministro Villegas para confirmação e congratulação pelo Acordo para assinatura dos contratos para exploração e produção entre a Petrobras e a YPFB.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
CELSO KNIJNIK	215/SE	Brasília /Curitiba/ Cascavel/São Paulo/Brasília	08/11 A 11/11/06	525,08	Participar dos Trabalhos da Comissão Especial do Conselho de Defesa da Pessoa Humana - CDDPH.
LUIZ ANTONIO MEDEIROS DA SILVA	232/SE	Brasília /Florianópolis/Porto Alegre/Brasília	11/11 A 15/11/06	746,76	Reunião técnica para consulta pública de apresentação dos produtos dos estudos da avaliação ambiental integrada da Bacia Uruguai. Dia 3/11/2006, em Florianópolis. Dia 14/11/2006, em Porto Alegre.
TULIO NEIVA RIZZO	259/SE	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	24/11 A 25/11/06	277,66	Participar e acompanhar o primeiro leilão de linhas de transmissão a ser realizado no dia 24 de novembro de 2006, na Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro/RJ.
VIVALDO BELARMINO VALENCA	276/SE	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	24/11 A 25/11/06	264,43	Participar e acompanhar o primeiro leilão de linhas de transmissão a ser realizado no dia 24 de novembro de 2006, na Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro/RJ.
ESTEVÃO NUNES DA CUNHA	258/SE	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	22/11 A 25/11/06	465,84	Participar do Seminário Estudos Energéticos e Sócios Ambientais de aproveitamento Hidrelétricos nas etapas de inventario e viabilidade. Dia 23/11/2006. Participar de Reunião do Grupo Nuclear no CEPEL, relativo a condução do processo de Revisão do Manual de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica. Dia 24/11/06. Dia 24/11/2006.

Órgão: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - SPE

4/24

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
ADRIANO JERONIMO DA SILVA	004/SPE	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	11/01 A 19/01/06	1.316,71	Acompanhamento de simulações do Plano Decenal.
AUGUSTO CESAR CAMPOS S. MACHADO	021/SPE	Brasília /Belém/ Recife/Brasília	02/02 A 04/02/06	481,04	Apresentação detalhada do PROINFA, juntamente com a equipe da Eletrobrás, compreendendo aspectos legais e técnicos (do programa, contratos de compra e venda de energia, garantias, exigências, comercialização e outros) apresentação e diálogos proporcionando no nivelamento das informações.
FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI	060/SPE	Brasília/Cidade do México/Brasília	16/03 A 19/03/06	2.160,90	Participar do IV Fórum Mundial de organização de Conferência Latino-Americana sobre Eletricidade e Desenvolvimento Sustentável.
AUGUSTO CESAR CAMPOS S. MACHADO	069/SPE	Brasília/Porto Alegre/Brasília	23/03 A 25/03/06	426,07	Participar do Fórum de Energia-Futuro da Matriz Energética do Rio Grande do SUL, organizado pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Estado. Neste evento o coordenador irá proferir a palestra.
AUGUSTO CESAR CAMPOS S. MACHADO	117/SPE	Brasília /São Paulo/Brasília	11/05 A 13/05/06	364,22	Participação do MME no lançamento da pedra fundamental do Centro de Excelência em Eficiência Energética - EXCEN.
PAULO ALTAUR P. COSTA	116/SPE	Brasília/Florianópolis/ Brasília	19/05 A 29/05/06	966,20	Participar no SEPOPE - Simpósio de Planejamento e Operação de Sistema Elétrico.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
MARCIO P. ZIMMERMANN	120/SPE	Brasília/Florianópolis/ Brasília	19/05 A 23/05/06	475,12	Participar da Cerimônia de abertura do X Simpósio de especialistas em Planejamento da operação e expansão elétrica - SEPOPE.
IRAN DE O. PINTO	144/SPE	Brasília /Porto Velho/Brasília	09/06/ A 10/06/06	405,44	Participar do roteiro para nortear a intervenção dos representantes dos órgãos federais no processo de consultas públicas relacionado ao plano estratégico de desenvolvimento da Amazônia Brasileira.
MARCIO P. ZIMMERMANN	146/SPE	Brasília/Vitória/ Brasília	06/09 A 10/09/06	307,06	Acompanhar o Senhor Presidente da República na inauguração da primeira solda do gasoduto Cabiúna - Vitória.
IRAN DE O. PINTO	156/SPE	São Paulo/ Caracas/Brasília	24/06 A 29/06/06	3.565,10	Participar de reunião de retomada de trabalhos dos subgrupos do Comitê Ministerial de Trabalho sobre Gasoduto de Integração da América do Sul.
IRAN DE O. PINTO	157/SPE	Brasília/São Paulo	23/06 A 24/06/06	203,41	Participar da reunião de retomada de trabalhos dos subgrupos do Comitê Ministerial de Trabalho sobre Gasoduto de Integração da América do Sul.
MARCIO P. ZIMMERMANN	159/SPE	Brasília/São Paulo/Rio de Janeiro/Florianópolis	23/06 A 28/06/06	287,88	1º Seminário de divulgação sobre Revisão do Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas, realizado no CEPEL.
MARCIO P. ZIMMERMANN	202/SPE	Brasília/Florianópolis/ Brasília	27/07 A 31/07/06	475,12	Participar, como palestrante, no Seminário Regional dos Creas do Sul.
MARCIO P. ZIMMERMANN	203/SPE	Brasília/Florianópolis/ Brasília	04/08 A 07/08/06	643,18	Participar, como palestrante, do evento de Planejamento Estratégico da Associação Brasileira do Carvão Mineral.
IRAN DE O. PINTO	026/SPE	Brasília/RYH/Brasília	17/09 A 22/09/06	3.687,75	Participar da 1ª Conferência Internacional sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na Arábia Saudita.
LAURA CRISTINA DA F. PORTO	025/SPE	Brasília/Belo Horizonte/ São Paulo/Brasília	21/09 A 23/09/06	404,51	Presidir a mesa do Fórum Brasileiro sobre Energias Alternativas e Renováveis na 6ª Conferência Latino Americana sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
IRAN DE O. PINTO	206/SPE	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	02/11 A 03/11/06	270,30	Reunião MME/EPE/CEPEL, sobre Estudos de Estratégia da Expansão da PNE 2030, na EPE.
PAULO ALTAUR P. COSTA	205/SPE	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	02/11 A 03/11/06	277,66	Reunião MME/EPE/CEPEL, sobre Estudos de Estratégia da Expansão da PNE 2030, na EPE.
GILBERTO HOLLAUER	208/SPE	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	02/11 A 03/11/06	270,30	Participar de Reunião de Conclusão e Alinhamento da Matriz Energética-2030, entre o MME/SPE, EPE e CEPEL.
MARCIO P. ZIMMERMANN	209/SPE	Brasília/Rio de Janeiro/ Florianópolis	02/11 A 03/11/06	376,89	Participar da Reunião para Discussão da Estratégia de Expansão, a partir dos primeiros resultados do MELP.
FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI	220/SPE	Brasília / Lima/Cuzco/Lima / Brasília	10/11 A 16/11/06	4.361,00	Representar o Secretário-Executivo e o Secretário da SPDE na 41ª Reunião dos Altos Executivos da Comissão de Integração Energética Regional - CIER.
GILBERTO HOLLAUER	295/SPE	Brasília/GVA/Brasília	27/11 A 02/12/06	1.815,00	Participar de Encontro da UNCTAD.

Órgão: GABINETE DO MINISTRO - GM

7/24

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
SILAS RONDEAU C. SILVA	001/GM	Brasília/São Luís/Brasília	05/01 A 08/01/06	0,00	Participar do programa "Bom Dia Maranhão". Reunião do programa Luz para Todos na CEMAR. Visita ao Governador. Palestra na Associação Comercial do Estado do Maranhão.
ADRIANO MENDONÇA FERNANDES	007/GM	Brasília/Rio Branco/Brasília	20/01 A 21/01/06	307,06	Acompanhar e assessorar o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, em visita com o Presidente da República. Obs.: (o retorno se dará sábado dia 21/01/2006, porque os trabalhos se estenderão até no sábado). Obs.: Não foi possível cumprir o prazo estipulado no Art. 2º da Portaria nº 98/MPOG.
SILAS RONDEAU C. SILVA	031/GM	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	17/02 A 18/02/06	0,00	Participar da reunião de diretoria na CPRM, e no encerramento da reunião tripartite entre Brasil/Venezuela/Argentina, sobre integração energética.
RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA	035/GM	Brasília/Caracas/Venezuela/ Caracas/Brasília	28/02 A 04/03/06	2.790,90	Participar da IV Reunião do Comitê Multilateral de Trabalho sobre o Gasoduto de Integração da América do Sul.
FERNANDO HENRIQUE C. TEIXERENSE	040/GM	Brasília/São Paulo/Brasília	16/03 A 18/03/06	426,07	Participar do curso Assessoria de Imprensa para Políticos, Dirigentes e Pessoas que ocupam cargo público.
RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA	041/GM	Brasília/Moscú/Brasília	14/03 A 18/03/06	2.937,00	Participar de reunião de Ministros do G8.
IVO ALMEIDA COSTA	043/GM	Brasília/Foz do Iguçu/Brasília	16/03 A 18/03/06	222,43	Acompanhar e assessorar o Senhor Ministro na reunião do Conselho de Administração da ITAIPU BINACIONAL.
SILAS RONDEAU C. SILVA	045/GM	Brasília/Foz do Iguçu/Brasília	16/03 A 18/03/06	0,00	Participar de reunião do Conselho de Administração da ITAIPU BINACIONAL.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA	046/GM	Moscou/Xangai/Pequim/ Brasília	17/03 A 25/03/06	3.630,17	Participar da visita Oficial do Vice-Presidente da República a República Popular da China, após a Reunião de Ministro do G8, na Rússia (Prorrogação).
IVO ALMEIDA COSTA	053/GM	Brasília/Madri (Espanha)/ Biobal (Espanha)/Brasília	28/03 A 01/04/06	3.055,80	Assessorar o Senhor Ministro no Fórum de Apresentação de Setor Elétrico Brasileiro, na Confederação Espanhola de Organização Empresarial, destinado a potenciais investidores espanhóis da área de energia e infra-estrutura, bem como fazer visita técnica aos Parques Eólicos de Higuereuela e Cuenca e ao Centro de Operações de Energias Renováveis, na cidade de Toledo.
IVO ALMEIDA COSTA	055/GM	Brasília/Madri (Espanha)/ Biobal (Espanha)/Brasília	02/04 A 02/04/06	730,95	Prorrogação de viagem à Espanha, tendo em vista à necessidade de realizar visitas técnicas às usinas termelétricas.
ELBIA APARECIDA SILVA MELO	067/GM	Brasília/Quito/Brasília	22/04 A 27/04/06	2.414,50	Participar de reunião com os Ministros Árabes e sul-americanos das áreas de Economia e afins, em Quito no Equador.
CLAUDIO OLIMAR INATOMI	068/GM	Brasília/São Paulo / Brasília	26/04 A 29/04/06	415,75	Acompanhar grupo de convidados da OLADE em visita técnica ao Centro de Tecnologia Canavieira e a DEDINI - Indústrias de Base e Usina de álcool em Piracicaba/SP. Obs.: O trecho Brasília/Campinas/Brasília serão por conta do MME. Obs.: Justifica-se o sábado porque a reunião se estenderá na sexta-feira. Obs.: Não foi possível cumprir o prazo estipulado no art. 2º da Portaria nº 98/MPOG, pois a definição da viagem aconteceu no dia 20 de abril de 2006.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA	080/GM	São Paulo/Pequim/Xangai Hong Kong /Rússia/Brasília	02/06 A 10/06/06	6.111,60	Acompanhar o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia p/ assinatura do Acordo de Cooperação na Área de Infra-Estrutura, entre os Governos do Brasil e da República Popular da China, bem como da reunião com o Conselho Nacional de Reconstrução e Desenvolvimento.
IVO ALMEIDA COSTA	081/GM	São Paulo/Pequim (China) / Xangai (China)/Hong Kong(China)/São Petersburgo /São Paulo/ Brasília	02/06 A 11/06/06	6.875,55	Acompanhar o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia p/ o Acordo de Cooperação na Área de Infra-Estrutura, entre os Governos do Brasil e da República Popular da China, bem como da reunião com o Conselho Nacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Na Rússia, acompanhar o Senhor Ministro em visita a fábrica de turbinas com tecnologia equivalente às especificações para as usinas do Rio Madeira.
ANTONIO CARLOS RAMOS B. MELLO	089/GM	Brasília/São Paulo	10/06 A 11/06/06	277,63	Assessorar e despachar assuntos urgentes com o Senhor Ministro, após sua chegada da missão no exterior. Obs.: Não foi possível cumprir o prazo estipulado no Art. 2º da Portaria nº 98/MPOG, pois a definição da viagem para a reunião ocorreu no dia 09/06. Obs.: Justifica-se o sábado e domingo porque as reuniões ocorreram nestes dias.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
SILAS RONDEAU C. SILVA	082/GM	São Paulo/Pequim(China)/ Xangai (China)/Hong Kong (China)/São Petersburgo/ São Paulo/ Brasília	02/06 A 11/06/06	7.292,25	Assinar Acordo de Cooperação de Infra-estrutura, entre os governos da República Federativa do Brasil e da China, bem como participar de reunião com o Conselho Nacional de Reconstrução e Desenvolvimento - NDRC, conhecer o ultimo estágio de tecnologia chinesa no uso de carvão mineral para geração de energia elétrica, e manter encontros com os investidores chineses interessados na apresentação do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica, com destaque para as principais oportunidades de empreendimentos no Brasil, nos segmentos energéticos. Em São Petersburgo, conhecer fábrica de turbinas bulbo, com tecnologia equivalente às especificadas para as usinas do Rio Madeira.
HELENA CLAUDIA DE ALMEIDA CANTIZANO	090/GM	Brasília /Santa Cruz de La Sierra /Bolívia /Brasília	09/06 A 09/06/06	441,75	Em função das reuniões terem se estendido além do horário previsto, foi feito deslocamento para Santa Cruz de La Sierra, que também não dispunha de voo para o Brasil. Assim sendo, fica justificado o trecho Santa Cruz de La Sierra/Brasília no dia 09/06/06.
HELENA CLAUDIA DE ALMEIDA CANTIZANO	092/GM	Brasília /Santa Cruz de La Sierra /Bolívia /Brasília	10/06 A 10/06/06	441,75	Em função das reuniões terem se estendido além do horário previsto, foi feito deslocamento para Santa Cruz de La Sierra, que também não dispunha de voo para o Brasil. Assim sendo, fica justificado o trecho Santa Cruz de La Sierra/Brasília no dia 10/06/06.
CARLO IBERE G. DE FREITAS	094/GM	Brasília/São Paulo/Brasília	23/06 A 30/06/06	277,63	Complemento da PVI nº 93-GM, uma vez que não consegue voo de ida de volta de Brasília/Caracas/Brasília. Obs.: Paga uma diária e meia pois irá pernoitar dia 29/06.

11/24

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
RUY HALLACK DUARTE DE ALMEIDA	099/GM	Brasília/São Paulo/Brasília	23/06 A 30/06/06	240,50	Complementação da PVI nº 98-06, porque não consegue vôo de ida de volta de Brasília/Caracas/Brasília. Obs.: paga uma diária e meia, pois irá pernoitar no dia 29/06 em São Paulo, e chegar no dia 30/06 em Brasília.
SILAS RONDEAU C. SILVA	108/GM	Rio de Janeiro/Brasília	30/06 A 01/07/06	0,00	Participar de reuniões na Petrobras e no NOS.
SILAS RONDEAU C. SILVA	111/GM	São Paulo/Washington/ São Paulo	08/07 A 11/07/06	1.578,50	Participar de reunião no Banco Interamericano de Desenvolvimento e proferir a Conferência sobre as oportunidades de investimentos no setor energético Brasileiro.
IVO ALMEIDA COSTA	112/GM	São Paulo/Washington/ São Paulo	08/07 A 11/07/06	1.488,30	Assessorar o Senhor Ministro em reunião no Banco Interamericano de Desenvolvimento e proferir conferência sobre as oportunidades de investimentos no Setor Energético Brasileiro.
IVONE MARIA DE OLIVEIRA	116/GM	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	13/07 A 15/07/06	426,07	Participar do curso "Finanças para Não-Financeiros". Obs.: Justifica-se a ida em 13/07 porque o evento terá início às 08hs e os vôos partindo de Brasília não chegam a tempo para o início. A volta no dia seguinte é porque, após o evento, haverá rodadas de perguntas e explicações adicionais sem previsão de horário de término.
ANTONIO CARLOS RAMOS B. MELLO	124/GM	Foz do Iguaçu/ Brasília	26/07 A 29/07/06	573,98	Acompanhar e assessorar o Senhor Ministro em reunião bilateral entre o Brasil e o Paraguai.
IVO ALMEIDA COSTA	126/GM	Foz do Iguaçu/ Brasília	26/07 A 29/07/06	573,98	Acompanha e assessorar o Senhor Ministro em reunião bilateral entre Brasil e Paraguai.
SILAS RONDEAU C. SILVA	133/GM	Brasília/Rio de Janeiro	10/08 A 12/08/06	0,00	Participar de reuniões na Eletrobrás e na Petrobras.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
HELENA CLAUDIA DE ALMEIDA CANTIZANO	142/GM	Brasília/México/Brasília	03/09 A 09/09/06	3.620,70	Participar da II Reunião Extraordinária do Comitê Estratégica e Programação, do I Foro de Integração Regional e da XXXVII Reunião de Ministros da Organização Latino Americana de Energia.
RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA	145/GM	Brasília/Trinind e Tobago/Brasília	05/06 A 09/09/06	1.772,00	Participar da Conferência sobre Energia e Competitividade do Caribe, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.
SILAS RONDEAU C. SILVA	146/GM	São Paulo/Miami/México/ São Paulo	05/06 A 10/09/06	3.478,63	Participar da XXXIV Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia - Olade. Os trechos nacionais serão feitos pela FAB.
JOSÉ HENRIQUE DUARTE CAMPOS	147/GM	São Paulo/Miami/México/ São Paulo	05/09 A 10/09/06	3.156,38	Acompanhar e assessorar o Senhor Ministro de Minas Energia na XXVII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia. Os trechos nacionais serão feitos pela FAB.
ANTONIO CARLOS RAMOS B. MELLO	012/GM	Brasília/São Paulo/Brasília	09/09 A 10/09/06	235,04	Despachar e dar conhecimento ao Senhor Ministro de Estado sobre os assuntos referentes à sua participação no RIO OIL e GAS e no seminário Brasil/Uruguai na FIESP/SP.
HELENA CLÁUDIA DE A. CANTIZANO	171/GM	Brasília/Boa Vista/Brasília	22/10 A 28/10/06	2.735,53	Integrar a Missão em conjunto com a PETROBRAS para tratar de assuntos referentes às questões energéticas.
FEDERICO BIAGIOLI	256/GM	Brasília /Recife/Brasília	14/11 A 17/11/06	465,84	Participar do VII ENAU Encontro Nacional dos Advogados da União-III Seminário Nacional sobre Advocacia da União que será realizado no Atlanta Plaza Hotel-Recife-PE.
FERNANDO HENRIQUE C. TEIXERENSE	313/GM	Brasília/Gurupi/Brasília	25/11 A 28/11/06	473,24	Participar dos Preparativos junto a equipe de Furnas Centrais Elétricas da inauguração da Usina Hidrelétrica de Peixe Angelical.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
FRANCISCO IVALDO A. FROTA	354/GM	Brasília/Acra (Gana)/Brasília	07/12 A 15/12/06	4.672,50	Reuniões com o Governo de Gana, visando discutir a situação Energética do País e a elaboração de diagnóstico e indicação de possíveis áreas de cooperação técnica Brasil/Gana, visitas às instalações Termelétricas, indicação de possíveis soluções de modo a resolver a crise energética em curto prazo.

Órgão: SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE

14/24

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
RONALDO SCHUCK	004/SEE	Brasília/Porto Alegre/Brasília	19/01 A 23/01/06	321,88	Inspeção nas inst.da SE N. S. Rita Visita ao Parque Eólico de Osório-Projeto contratado pelo Proinfa.
RONALDO SCHUCK	017/SEE	Brasília/México/Brasília	16/03 A 19/03/06	2.315,25	Participar do IV fórum mundial da Água e de Reunião sobre a organização da “Conferência Latino-Americana sobre Hidroeletricidade e Desenvolvimento Sustentável”.
JOSE BRITO TRABUCO	019/SEE	Brasília/Recife/Salvador/ Brasília	28/03 A 03/04/06	574,51	Participar do IV Internacional WORKSPOT ON POWER TRANSFORMER.
ANDRÉ RAMON SILVA MARTINS	052/SEE	Brasília /Nova York/Brasília	30/04 A 07/05/06	5.568,00	Participar da 14º reunião da comissão de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (CDS-14) e a participação brasileira no Estado Global de Energia (GEA).
ENIO FERREIRA BOCORNY	060/SEE	Brasília /Belo Horizonte/Montes Claros/Brasília	24/05 A 27/05/06	446,66	Visitar a UHE Irapé para inspeção técnica e acompanhamento de obras.
ILDO WILSON GRUDTNER	067/SEE	Brasília/Florianópolis Brasília	05/06 A 12/06/06	611,62	Inspeção Técnica nas Usinas de UHE, Castro Alves, UHE Montes Claros, UHE 14 de julho, UEE Sangradouro e UEE dos Índios.
RONALDO SCHUCK	064/SEE	Brasília /Buenos Aires/Brasília	31/05 A 02/06/06	1.771,25	Participar da reunião do SGT nº. 9 - MERCOSUL.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
RONALDO SCHUCK	075/SEE	Brasília/Montevideú/ Brasília	22/06 A 24/06/06	1.743,75	Acompanhar o Senhor Ministro das Relações Exteriores em Viagem ao Uruguai para entendimentos sobre Cooperação Energética Bilateral, particularmente proposta de Memorando de entendimento sobre Interconexão Elétrica.
RONALDO SCHUCK	081/SEE	Brasília/Berlim/Brasília	07/07 A 12/07/06	6.106,01	Participar da Reunião da Comissão Brasil-Alemanha para Investimento em Infra-Estrutura de Energia e do encontro Econômico Brasil-Alemanha 2006.
MARIA BEATRIZ LAGES F. DE OLIVEIRA CAVALCANTI	086/SEE	Brasília/Recife/Brasília	11/07 A 15/07/06	722,75	VII Assembléia do Comitê Permanente para Questões de Gênero do MME e Empresas vinculadas.
RONALDO SCHUCK	105/SEE	Porto Alegre/Brasília	10/08 A 14/08/06	143,94	Reunião com os Ministros do Brasil e Uruguai.
EDVALDO LUIS RISSO	91/SEE	Brasília/Rio Branco/Brasília	05/10 A 07/06/06	460,46	Participar da 222ª Reunião do CA-SUFRAMA e inspeções técnicas nas instalações da Eletronorte e Eletroacre.
ILDO WILSON GRUDTNER	133/SEE	Brasília/Beirute/Brasília	14/10 A 20/10/06	3.196,05	Representar o Ministério de Minas e Energia, na missão de identificação de áreas de cooperação para reconstrução do Líbano.

Órgão: SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG

16/24

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
GEOGES SOUTO ROCHA	031/SPG	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	03/03 A 07/03/06	722,95	Dias 03 e 04 participar da reunião para apresentação revisão do “Estudo Estratégico Preliminar de Integração da Rede de Gasodutos do Sul. Dias 06 e 07/03/06 participar da reunião na ANP visando à preparação da 8ª Rodada de Licitação de Blocos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.
SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO	004/SPG	Brasília/China/Brasília	16/01/ A 22/01/06	4.877,60	Participar da 5ª reunião do Comitê de Implantação e Ligação (ILC), da Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio (IPHE), a se realizar em Xangai, na China, de 18 a 20 de janeiro, do corrente ano.
JOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO	047/SPG	Brasília Canadá/Brasília	25/03/ A 01/04/06	5.556,38	Participar da 5ª reunião do Comitê Diretor IPHE (SC-IPHE) , a se realizar na cidade de Vancouver.
SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO	046/SPG	Brasília Canadá/Brasília	23/05 A 01/04/06	5.388,00	Participar da 5ª reunião do Comitê Diretor IPHE (SC-IPHE), a se realizar na cidade de Vancouver.
RICARDO DE GUSMÃO DORMELLES	059/SPG	Brasília /Tóquio/Nova York/São Paulo	07/04/ A 13/04/06	5.986,58	Participar da missão brasileira, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com a finalidade de estabelecer mecanismo de comércio entre os dois países, dentro das respectivas áreas de atuação dos Ministérios envolvidos.
RICARDO DE GUSMÃO DORMELLES	081/SPG	São Paulo Pequim/Brasília	20/05 A 28/05/06	6.325,28	Participar da II Expo China e do Workshop sobre as relações Brasil-China na área do Etanol e de Biocombustíveis. Obs.: O trecho para São Paulo será por conta do Conselho Fiscal da Eletrobrás.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO	094/SPG	Brasília/França/ Brasília	07/06 A 14/06/06	5.628,00	Participar do Priority Scorecard Workshop, Evolution Team Meeting e 6th Implementation- Liaison Committee Meeting, eventos da Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio (IPHE).
JOÃO DE JOSÉ DE NORA SOUTO	095/SPG	Brasília/França/ Brasília	07/06 A 13/06/06	5.030,03	Participar do Priority Scorecard Workshop, Evolution Team Meeting e 6th Implementation- Liaison Committee Meeting, eventos da Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio (IPHE)
JOÃO DE JOSÉ DE NORA SOUTO	096/SPG	São Paulo/Caracas / São Paulo	24/06 A 28/06/06	2.916,90	Participar da Reunião de Retomada dos Trabalhos dos Subgrupos do Comitê Multilateral sobre Gasoduto de Integração da América do Sul
SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO	0101/SPG	São Paulo/Caracas / São Paulo	24/06 A 28/06/06	2.837,03	Participar da Reunião de Retomada dos Trabalhos dos Subgrupos do Comitê Multilateral sobre Gasoduto de Integração da América do Sul.
MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA	0102/SPG	São Paulo/Caracas / São Paulo	24/06 A 28/06/06	2.837,03	Participar da Reunião de Retomada dos Trabalhos dos Subgrupos do Comitê Multilateral sobre Gasoduto de Integração da América do Sul.
SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO	0119/SPG	Brasília/ Buenos Aires/ Brasília	24/07 A 27/07/06	2.149,88	Participar de reunião do Subgrupo de trabalho para licenciamento, aspectos ambientais e sociais, do Projeto do Grande Gasoduto do Sul, de Integração Gasífera entre o Brasil, Argentina, Bolívia e Venezuela.
MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA	199/SPG	Brasília/La Paz/Brasília	27/10 A 29/10/06	1.052,13	Participar de Reunião de Trabalho com o Governo Boliviano.

Órgão: SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL - SGM

18/24

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
HENRIQUE LLACER ROIG	006/SGM	Brasília Florianópolis/Brasília	25/01 A 28/01/06	545,63	Participar de Workshop REMPLAC - Score Sul
CASTOR CARTELLE GUERRA (Colaborador PUC/MG)	011/SGM	Brasília/Rio de Janeiro/Belo Horizonte	10/02 A 11/02/06	240,50	Participar, a convite da SGM, conforme Portaria SGM/nº 17/2006, do “Museu de Ciências da Terra - Palácio da História Geológica Brasileira”, proferindo palestra intitulada: “A Experiência do Museu de Ciências Naturais da PUC/MG e discutir propostas para a revitalização de Ciências da Terra”.
LOURIVAL ARAÚJO ANDRADE	012/SGM	Brasília/Marabá/Brasília	31/01 A 05/02/06	735,32	Participar do “I Seminário de Desenvolvimento Sustentável de Serra Pelada” e Reunião Paraopeba.
MARIA JOSE GAZZI SALUM	013/SGM	Brasília /Belo Horizonte/Brasília	31/01 A 04/02/06	722,95	Acompanhamento do Projeto caracterização de baixo impacto na mineração (Projeto PNUD); Reunião c/ os Prefeitos de 12 Municípios do Jequitinhonha sobre os programas do MME; Reunião com os garimpeiros no Sindicato dos Garimpeiros de Coronel Murta e Médio Vale do Jequitinhonha.
CLAUDIO SCLiar	018/SGM	Brasília Imperatriz/Brasília	04/02 A 06/02/06	425,69	Participar de eventos promovidos pelo SINGASP – Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada.
WILSON TEIXEIRA (Colaborador EXPOMUS/SP)	020/SGM	São Paulo/Rio de Janeiro/São Paulo	10/02 A 11/02/06	240,50	Participar a convite da SGM, conforme Portaria SGM nº 17, de 25/01/2006, do workshop: “Museu de Ciências da Terra – Palácio da História Geologia Brasileira”, e discutir propostas para a revitalização do Museu de Ciências da Terra.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
MARIA IGNEZ MONTOVANI FRANCO (Colaborador Expomus/SP)	021/SGM	São Paulo/Rio de Janeiro/ São Paulo	10/02 A 11/02/06	240,50	Participar a convite da SGM, conforme Portaria SGM nº 17, de 25/01/2006, do workshop: “Museu de Ciências da Terra – Palácio da História Geologia Brasileira”, proferindo palestra “Desafios Metodológicos na Implantação e Revitalização de Museus” e discutir propostas para a revitalização do Museu de Ciências da Terra.
FERNANDO FLECHA DE ALKMIM	022/SGM	Belo Horizonte/Rio de Janeiro/Belo Horizonte	10/02 A 11/02/06	240,50	Participar a convite da SGM, conforme Portaria SGM nº 17, de 25/01/2006, do workshop: “Museu de Ciências da Terra – Palácio da História Geologia Brasileira”, proferindo palestra “A experiência do projeto do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto.”
MARCO ANTONIO FONSECA	023/SGM	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	09/02 A 11/02/06	426,07	Participar como Coordenador do workshop: “Museu de Ciências da Terra – Palácio da História Geologia Brasileira”.
OLIVEIRA AMERICO CAVALCANTE	027/SGM	Brasília/Coromandel/ Brasília	08/02 A 11/02/06	432,95	Participar e apresentar palestra no Seminário de Mineração Sustentável de Coromandel, promovido pela SGM, de acordo com a programação em anexo.
ELDER PACHECO	028/SGM	Brasília/Coromandel/ Brasília	08/02 A 11/02/06	360,78	Participar e apresentar palestra no Seminário de Mineração Sustentável de Coromandel, promovido pela SGM, de acordo com a programação em anexo.
HENRIQUE LLACER ROIG	033/SGM	Brasília/Salvador/ Fortaleza/Brasília	14/02 A 18/02/06	777,92	Reunião “Retomada do Mapeamento Geológico”, Resolução dos problemas de integração de dados, com a CPRM envolvendo Geologia geoprocessamento: Fortaleza Workshop “Trabalho do REMPLC” com a participação da CPRM, SGM, UFC, UFPE, UFBA.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
JOSÉ EDUARDO ALVES MARTINEZ	036/SGM	Brasília/Belo Horizonte/Brasília	14/02 A 24/02/06	1.613,59	Cumprir as determinações da Portaria/MME/n ° 60, de 13/02/06, publicada no DOU 14/02/2006.
CLAUDIO SCLiar	037/SGM	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	16/02 A 18/02/06	499,82	Participar de Reunião com o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia e a Diretoria da CPRM; Reunião EPE – Assunto: Contrato EPE X CPRM – Projeto Combustíveis Fósseis no Norte e Nordeste.
JOSÉ EDUARDO ALVES MARTINEZ	043/SGM	Brasília/Belo Horizonte/Brasília	06/03 A 16/03/06	1.613,59	Cumprir as determinações da Portaria/MME/n ° 70, de 01/03/06, publicada no DOU 03/03/2006.
HELDER NAVES TORRES	044/SGM	Brasília/Belo Horizonte	08/03 A 12/03/06	722,95	Visita a Serra da Canastra, conforme agenda em anexo.
HELDER NAVES TORRES	045/SGM	Brasília/Curitiba/ Brasília	15/03 A 18/03/06	545,63	Participar da 47ª Reunião Extraordinária do CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente.
ELDER PACHECO	050/SGM	Brasília/Marabá/ Brasília	11/03 A 13/03/06	312,67	Representar o Secretário da SGM na Assembléia dos Garimpeiros da Cooperativa de Serra Pelada.
CLAUDIO SCLiar	062/SGM	Brasília/Teresina/ Brasília	23/03 A 25/03/06	475,12	Participar do Evento: Contribuição da Geologia, Mineração e Recursos Hídricos para o Desenvolvimento Regional do Estado do Piauí. Pedro II - Projetos das APL'S da Opala.
HELDER NAVES TORRES	066/SGM	Brasília/Manaus/ Brasília	05/04 A 09/04/06	760,07	Participar da reunião do Subgrupo de Trabalho Técnico – Plano de Ação de Prevenção do Desmatamento da Amazônia Legal. Vistoria de Campo na BR 319 objeto desta ALAP II.
HENRIQUE LLACER ROIG	077/SGM	Brasília/Rio de Janeiro /Brasília	19/04 A 21/04/06	426,07	Participar de Reunião para apresentação do Projeto Geoimageamento dos Oceanos, a realizar-se em IEAPM/DHM/FINEP.
CLAUDIO SCLiar	078/SGM	Brasília/Manaus/ Brasília	21/04 A 23/04/06	524,54	Participar do Seminário Projeto Silvinita do Amazonas – Ações do Programa Brasil Um País de Todos.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
JOSE CARLOS DO VALE	093/SGM	Brasília/Belo Horizonte/Brasília	04/05 A 06/05/06	426,07	Participar do Seminário técnico de sensibilização e esclarecimentos aos médicos da região sobre o problema grave da epidemia de Silicone entre os trabalhadores envolvidos na extração e beneficiamento de quartzito na região sul de Minas Gerais.
CLAUDIO SCLiar	094/SGM	Brasília/Manaus/ Brasília	05/05 A 07/05/06	336,71	Participar do Fórum sobre o aproveitamento econômico de silvinita em Itacoatiara.
HELDER NAVES TORRES	096/SGM	Brasília/Salvador/ Brasília	10/05 A 14/05/06	722,95	Participar de reunião de Trabalho - SIG Disponibilidade Hídrica do Brasil.
SAMIR NAHASS	111/SGM	Brasília/Rio de Janeiro/Fortaleza/ Brasília	24/05 A 28/05/06	777,92	Participar de reunião com o pessoal do Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX, para tratar de assuntos relativos às exportações de diamantes brutos no âmbito do Processo de Kimberley. Participar como representante da SGM-MME, da programação de visita do Dr. Irvin Itakovitch, Vice-Ministro do Setor de Ciência da Terra do Ministério de Recursos Naturais do Canadá, a CPRM e a área do Projeto Água Subterrânea do Nordeste do Brasil - PROASNE, objetivando conhecer os resultados obtidos pela cooperação da CPRM - Serviço Geológico do Canadá, discutir e analisar a prorrogação dessa cooperação de acordo com o convite em anexo.
CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR	116/SGM	Brasília /São Paulo/Brasília	26/05 A 27/05/06	240,52	Participar da cerimônia de entrega do prêmio "Mérito Cerâmico 2006".
NORIS COSTA DINIZ	117/SGM	Brasília/Belém/Brasília	31/05 A 03/06/06	574,51	Participar do seminário: Zoneamento Ecológico-Econômico & Instrumentos de Política Pública.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR	126/SGM	Brasília/Teresina/ Brasília	14/06 A 18/06/06	504,41	Participar de Oficina de Trabalho do Projeto APL de Opala do Piauí conforme programação anexa.
CLAUDIO SCLiar	139/SGM	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	14/07 A 15/07/06	321,88	Participar da solenidade de Encerramento do Seminário Nacional – Geociências.
LOURIVAL ARAUJO ANDRADE	142/SGM	Brasília Florianópolis/Brasília	26/07 A 29/07/06	487,92	Participar do VI Seminário Regional de Mineração - CIPAMIN.
CLAUDIO SCLiar	151/SGM	Brasília /Aracaju/Porto Alegre/Brasília	03/09 A 07/09/06	881,03	Participar do XLIII Congresso Brasileiro de Geologia e da Reunião do SGT 15 - Mineração do MERCOSUL; Participar da Oficina de Trabalho - Arranjo Produtivo (APL) de Gemas e Jóias do Rio Grande do Sul/RS.
CLAUDIO SCLiar	153/SGM	Brasília/Belo Horizonte/Brasília	25/08 A 26/08/06	321,88	Acompanhar o Sr. Ministro Silas à FEIMG, reuniões com o Secretário do Desenvolvimento Econômico-MG e a empresa SAMSUL Mineração.

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
HELDER NEVES TORRES	155/SGM	Brasília/Aracaju/Brasília	06/09 A 08/09/06	405,44	Participar da Mesa Redonda 8 - O DNPM, A Mineração e o Meio Ambiente – Discussão dessa Intermediação no XLIII Congresso Brasileiro de Geologia.
CLÁUDIO SCLiar	031/SGM	Brasília/Manaus/ Brasília	14/09 A 16/09/06	511,47	Participar de Audiência Pública com o Presidente da FUNAI, representante do Ministério da Justiça, representantes das comunidades indígenas do Amazonas sobre o Anteprojeto de Lei que institui o regime especial para as atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas de que trata o regime de extrativismo mineral em área indígena, a realizar-se no Plenário "Ruy Araújo", da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, conforme aprovação do Requerimento nº. 1558/2006 de autoria do Deputado Sinésio Campos.
NORIS COSTA DINIZ	073/SGM	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	22/09 A 23/09/06	264,72	Participar de reunião sobre a Revitalização de Postos de Águas Subterrâneas no Semi-Árido - PETROBRAS/RJ (9hs às 12hs). Evento: Divulgação do Mapa Geodiversidade. CPRM/RJ - reunião na CPRM (14hs às 17hs) e solenidade na Barra da Tijuca (iniciando às 18hs).

BENEFICIÁRIO	PCD/PVI PCDP	DESTINO	PERÍODO	VALOR DIÁRIA	OBJETIVO/MOTIVAÇÃO DA VIAGEM
CLÁUDIO SCLiar	083/SGM	Brasília/Rio de Janeiro/Brasília	29/09 A 30/09/06	315,36	Proferir palestra sobre: "Políticas Públicas do Ministério de Minas e Energia para a Geologia e a Mineração", por ocasião do Lançamento da Frente Empresarial da Mineração do Estado do Rio de Janeiro, a realizar-se na FIRJAN. 50º Curso do Programa de capacitação de Gestores de Empresas Mineradoras de Agregados para a Construção Civil, promovido pela SGM e CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais.
CLAUDIO SCLiar	141/SGM	Brasília/ Marabá/ Parauapebas/ Brasília	12/10 A 14/10/06	419,16	Participar do Evento: Agenda 21 Mineral & Telecentro Mineral, a realizar-se em Paraopeba.
CLAUDIO SCLiar	144/SGM	Brasília/Chapecó/ Brasília	18/10 A 21/10/06	648,88	Participar do Evento: Agenda 21 Mineral & Telecentro Mineral, a realizar-se em Natal/RN e Chapecó/SC.
CLAUDIO SCLiar	269/SGM	Brasília /Macapá/ Belém/Brasília	16/11 A 18/11/06	531,86	Reunião com o Governador do Amapá e Diretor Superintendente da FUNDAP/AP. Assunto: Projeto Aerogeofísico AMAPÁ - FASE 1. (Levantamento de detalhes).Reunião com o Secretário de Defesa do Estado do Pará.
CLAUDIO SCLiar	329/SGM	Brasília/Corumbá/ Campo Grande/Brasília	01/12 A 02/12/06	270,87	Participar de reunião na Procuradoria da República no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul. Assunto: Tratar de questões relacionadas à Mineração em Faixa de Fronteira.

5. COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS - CGCC

5.1 COMPETÊNCIA DA CGCC

À CGCC compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade, destinados à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelo SISG - Sistema de Serviços Gerais.

A Coordenação-Geral funciona, ainda, como Unidade Cadastradora, mantendo atualizados os registros cadastrais de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

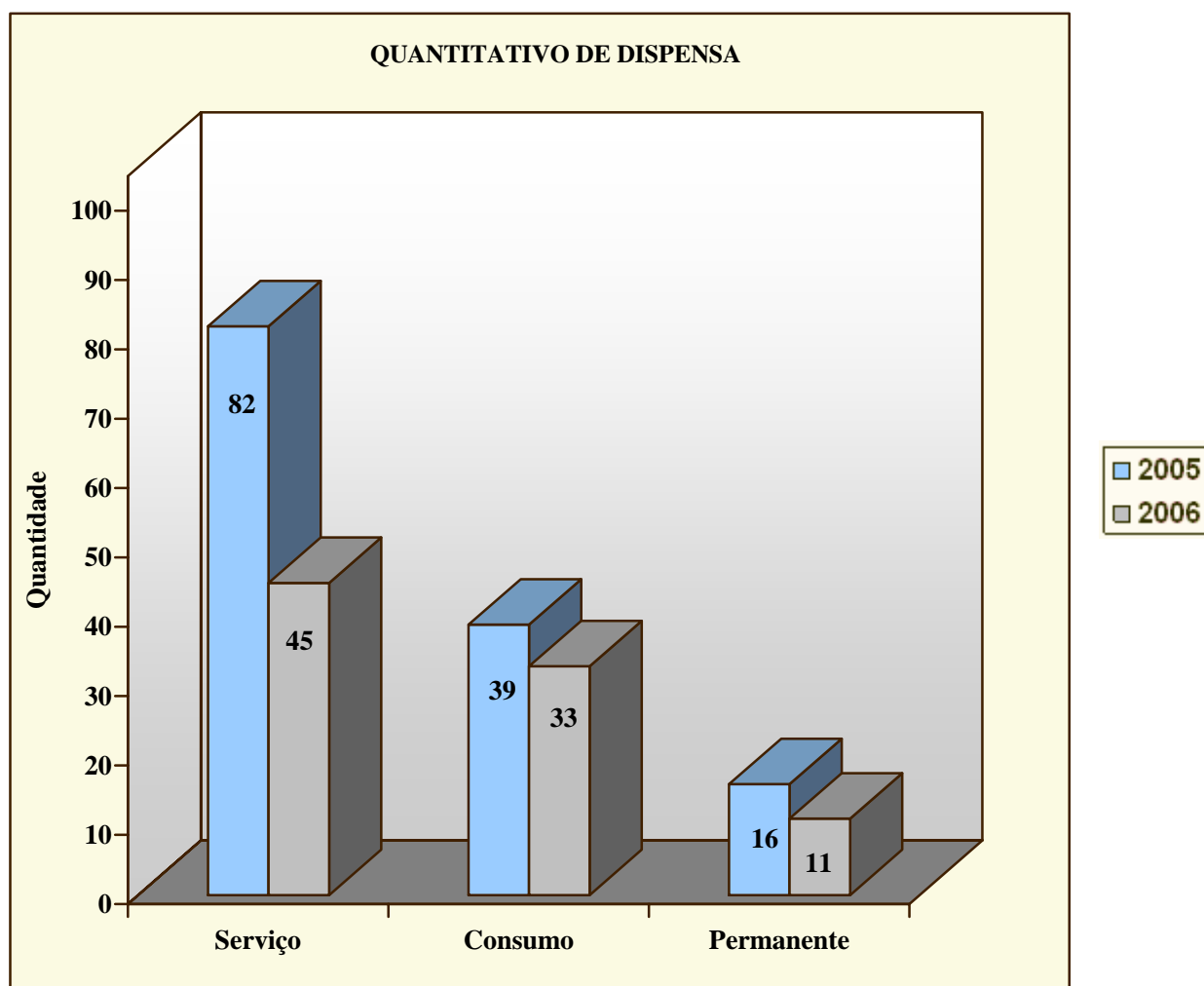
No exercício de 2006, foram realizadas 41 (quarenta e uma) licitações, sendo 40 (quarenta) na modalidade de Pregão, dos quais 07 (sete) destinavam-se a Registro de Preços, e 01 (uma) na modalidade de Convite. A escolha pela modalidade pregão tem a finalidade de propiciar maior competitividade, transparência e redução dos custos de aquisição e (ou) da contratação de serviços. Entretanto, a licitação para manutenção dos veículos deste órgão foi realizada na modalidade de convite, uma vez que o Sistema Comprasnet não está preparado para realizar licitações, cujo critério de julgamento das propostas tenha por base o maior percentual de desconto.

Foram feitas 12 (doze) Adesões a Atas de Registro de Preços realizadas de outros órgãos da Administração Pública, objetivando aquisição de equipamentos e contratação de serviços, especialmente na área de informática.

5.2 ATIVIDADES RELATIVAS A LICITAÇÕES E COMPRAS

5.2.1 Processos Atendidos por Modalidade de Dispensa de Licitação

MODALIDADE	OBJETO	QUALIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Dispensa de Licitação. (Art. 24. da Lei nº 8.666/93 e suas alterações)	Serviço	Processos de Prestação de Serviços	45
	Material de Consumo	Processos de Compras diretas de materiais	33
	Serviço e Consumo	Processos que envolvem compras de bens e prestação de serviços. Ex: Fornecimento e Instalação de Peças	05
	Material Permanente	Processos de Compras de Material que serão incluídos no patrimônio do MME.	11
TOTAL			94



5.2.2 Adesões a Registros de Preços em 2006

1/2

PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO R\$
48000.000201/2006-37	Locação de ar condicionado - tipo split, com instalação, manutenções preventiva e corretiva, assistência técnica e fornecimento de peças.	Liga Engenharia Indústria e Comércio Ltda.	81.048,00
48000.003514/2005-66	Aquisição de Notebooks	SOS Informática	334.200,00
48000.000242/2006-23	Aquisição de Ativos de Rede	Redisul Informática Ltda.	516.629,32
48000.000286/2006-53	Aquisição de solução intrusion prevention system IPS	NCT Informática Ltda.	99.500,00
48000.000379/2006-78	Aquisição de solução Firewall	NCT Informática Ltda.	90.047,25
48000.000304/2006-05	Aquisição de Servidores de Rede	Star do Brasil Informática Ltda.	336.021,50
48000.000304/2006-05	Aquisição de conjunto de servidor blade	Hewlett Packard Brasil Ltda.	399.999,00

PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO R\$
48000.000304/2006-05	Aquisição de Servidores SAN	Hewlett Packard Brasil Ltda.	900.000,00
48000.000571/2006-74	Aquisição de 450 microcomputadores	Hewlett Packard Brasil Ltda.	1.357.164,00
48000.001386/2006-05	Serviços de Impressão Corporativa	CTIS Informática Ltda	645.074,52
48000.002836/2006-79	Licenciamento software e prestação de serviços plataforma Microsoft. Adesão Registro de Preços (lote 1)	Allen Rio Serv. e Com. de Prod. de Informática	503.925,00
48000.002981/2006-50	Aquisição de Ativos de Rede	Redisul Informática Ltda.	323.300,54
48000.002718/2006-61	Tradução de Textos	Diamond Promoções e Eventos Ltda.	109.072,24

5.2.3 Relação de Dispensas - Exercício 2006

1/9

Dispensa N.º	N.º Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
01	48000.002234/2005-31	Contratação de “Mídia Impressa”	39	70.200,00	Radiobrás
02	48000.000041/2006-26	Transporte de mobiliário e bagagem de RJ para Brasília em favor do Sr. Fernando A. F. Lins	39	800,00	Consmopolitan Transportes Ltda..
03	48000.000127/2006-59	Remanejamento das telas de Projetores Multimídias	39	3.080,00	Felix Eletrônica e Informática Ltda.
04	48000.002579/2005-94	Contratação de empresa para serviços postais e telefônicos convencionais	39	210.000,00	ECT
05	48000.000175/2006-47	Empenho Estimativo - gastos com alimentação do Sr. Ministro em viagem oficial em aviões da FAB	39	2.000,00	CAB - Comissaria Aérea Brasília
06	48000.002399/2005-11	Serviço de dedetização para 2006	39	3.440,00	Pontual Desinsetizadora
07	48000.002237/2006-74	Serviço de Mestre de Cerimônia	39	4.900,00	Exemplus Comunicação e Marketing Ltda.
08	48000.00150/2006-43	Transporte mobiliário em favor da Sra. Sandra P. de Oliveira	39	7.600,00	Ariel Transportes e Logística Ltda
09	48000.002459/2005-97	Fornecimento e entrega de carimbos	39	5.918,00	HBL - Carimbos e Placas Ind.e Com. Ltda
10	48000.000202/2006-81	Transporte de mobiliário em favor do Sr. Edson Luiz M.Stringari	39	2.992,00	Ariel Transporte e Logística Ltda.

Dispensa N.º	Nº Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
11	48000.00248/2006-09	Serviço de Conserto de Projetor Multimídia	39	4.578,00	Felix Eletrônica e Informática Ltda.
12	48000.003258/2005-15	Conserto e reparo do sistema de ar condicionado dos veículos do MME	39	1.210,00	Lucena Com. de ar condicionado
13	48000.00278/2006-15	Desmontagem, transferência e montagem de sistema de arquivamento / zornita	39	2.480,00	MMG Conserto e Manutenção de Arquivos
14	48000.00273/2006-84	Aquisição de capas plástica e espiral	30	3.429,30	Papelaria Brito Com. Importação e Rep. Ltda.
15	48000.00234/2006-87	Contratação de empresa serviço regulagem geral sensores ópticas de catraca do MME	39	1.932,00	Control Time Relógios Ltda.
16	48000.002237/2005-74	Contratação de empresa para prestação de serviço de mestre de cerimônia (locutor)	39	4.900,00	Exemplus Comunicação e Marketing Ltda.
17	48000.00459/2006-33	Contratação de Empresa para serviço de execução de ponto de energia elétrica para instalação de ar condicionado	39	14.817,00	Liga Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
18	48000.003162/2005-49	Aquisição de livros internacionais	30	395,46	Livraria Cultura
19	48000.002376/2005-06	Contratação de empresa para fornecimento de gás liquefeito de petróleo	30	7.000,00	Copergás – Distribuidora de Gás e Transporte Ltda.
20	48000.00393/2006-81	Aquisição de materiais para manutenção do sistema de combate a incêndio	30	3.568,00	Extintur Com., Alfa Sist. Cont. Incêndio e Eficaz Inst.

Dispensa N.º	Nº Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
21	48000.00390/2006-48	Aquisição de livros	30	462,25	Edições Vértice Ltda. Livraria Sanaia
22	48000.00335/2006-58	Aquisição de plástico e garra p/ crachá	30	582,50	Idealine Informática Ltda. Plastil Comercio de Plásticos Ltda.
23	48000.00791/2006-06	Aquisição de dicionário	30	138,25	Edições Vértice Ltda.
24	48000.00736/2006-16	Aquisição de livros	30	85,80	Edições Vértice Ltda
25	48000.00911/2006-67	Aquisição de material de informática	30	3.923,50	PFW Solução e Serviço Ltda., Krista Kedes e Informática, Horus Telecomunicações
26	48000.00695/2006-50	Aquisição vacina antigripal	30	7.954,92	Sonofi Pasteur
27	48000.002291/2005-10	Fornecimento de óleo diesel	30	5.610,00	Posto Brasal Ltda.
28	48000.000856/2006-13	Compras e serviços publicações	30	119,37	Edições Vértice Ltda
29	48000.00957/2006-86	Aquisição livro the American Heretoje Digtionoryof the Engles loguage	30	215,37	CPT - Com. Infort. de Livros Ltda.
30	48000.001106/2006-51	Aquisição Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor	30	236,00	Edições Vértice Ltda

Dispensa N.º	Nº Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
31	48000.001078/2006-71	Aquisição de Cartões e Plásticos para acesso a garagem	30	3.420,00	K Plást Com. Rep.Ltda
32	48000.000689/2005-11 48000.000690/2005-46	Aquisição Livro Dams and Development de Planejamento Energético	30	234,50	CPT - Comercial Importadora de Livros e Revistas Ltda.
33	48000.001086/2006-18	Aquisição de Plástico Polaseal para Plastificação	30	548,40	Clips Papelaria – AFL Com. de Papéis Ltda.
34	48000.001099/2006-97	Renovação Assinatura de Revista Licitações e Contratos	39	4.485,00	Zênite Informações e Consultorias Ltda
35	48000.003162/2005-49	Aquisição de livro	30	400,00	Technical Books Livraria Ltda.
36	48000.000775/2006-13	Encadernação de Diário Oficial da União Sessão I e II Boletim de Pessoal e Frequência	39	4.874,00	Star Pripete Gráfica Editora
37	48000.00835/2006-90	Aquisição de peças para montagem de estações de trabalho	30	7.942,50	Ágape Mobiliário e Divisórias Ltda.
38	48000.00988/2006-37	Conserto de guilhotina industrial	39	845,00	Stemaq Comercial e Serviços Ltda.
39	48000.001203/2006-43	Aquisição de bateria e grupo gerador de energia	30	1.020,00	Alves e Camargo Com.Bateria Ltda.

Dispensa N.º	Nº Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
40	48000.001329/2006-54	Materiais p/pintura para determinação de vagas e de sinalização orientações	39	2.239,35	Gerson José de Paula
41	48000.001454/2006-28	Lâmpada para Projetor Multimídia Sanyo	30	5.250,00	Akari Lâmpadas Especiais
42	48000.001610/2006-51	Serviço de Tradução de texto- Inglês/Português.	39	869,50	A. Acrew Emily Trad. Ltda..
43	48000.001646/2006-34	Aquisição de Livro Constituição	30	115,92	Edições Vértice Ltda.
44	48000.001593/2006-51	Serviços de arquitetura	39	7.940,00	Megaenge Construções Com. Ltda.
45	48000.001569/2006-12	Blocos de Notificação de receita azul e Receituário cont. Especial	39	250,00	Gráfica e Editora Suprema Ltda.
46	48000.001609/2006-26	Aquisição de perfurador, grampeador e grampo	30	126,00 358,00	Josihel Andrade S. Junior e Atlante Com. A p/ Escritório
47	48000.001467/2006-05	Conserto de aparelho de Fax	39	505,00	CGF Com. de Produtos de Inf. Esc.
48	48000.001696/2006-11	Fonte de Alimentação para Computador	30	2.109,50	Mult Paper Papelaria
49	48000.001695/2006-77	Aquisição de Plaquetas de Patrimônio	30	3.300,00	Josihel Andrade Silva Junior
50	48000.001085/2006-73	Aquisição de aparelho de Pressão Digital	52	230,00	Pinheiro Mat. Cirúrgico Hospital

Dispensa N.º	Nº Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
51	48000.00887/2006-66	Contratação Projeto Infovia (inciso XVI art.24)	39	251.880,00	SERPRO
52	48000.00644/2006-28	Aquisição de uma cadeira de roda em alumínio	52	915,20	Hospitália Produtos para Saúde S/A
53	48000.001833/2006-18	Revisão e conserto com fornecimento de peças de compressor e bombas	39	1.045,00	Lider Serviços de Manutenção
54	48000.00771/2006-27	Aquisição de Aparelho de Ultrassom	52	4.375,00	Odonto Médica Central Ltda.
55	48000.001726/2006-45	Aquisição de Placa PCMCIA	39	7.630,32	Vivo
56	48000.001813/2006-47	Aquisição Livro Coletânea Legisl. Direito Ambiental	30	33,12	EdiçõesVértice Ltda.
57	48000.001657/2006-14	Conserto de Projetor Multimídia sala Plenário.	39	937,00	Cophecruz Invest. Vepa Equipamento
58	48000.002054/2006-30	Confecção de bandeiras para mesa	30	593,67	Bel Ponto Bordados e confecções
59	48000.002063/2006-21	Recuperação do grupo de geradores de energia elétrica emergencial do MME.	39	4.550,00	Delta Eng. Ind. e Com. Ltda.

Dispensa N.º	Nº Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
60	48000.002169/2006-24	Contratação empresa para configuração e instalação de microcomputadores	39	5.860,00	Hora H Treinamento Infor. Loreno Ltda.
61	48000.002174/2006-37	Aquisição de cadeados mestrados	30	3.033,00	Elétrica Maya Ltda.
62	48000.002183/2006-28	Assinatura do CD-Rom Júris Síntese IOB	39	1.451,52	IOB Informação Objetivas Publicação Jurídica Ltda.
63	48000.001921/2006-10	Assinatura da Publicação Eletrônica Datalegis	39	7.960,00	Direct Rede Legislação Brasileira Ltda.
64	48000.002067/2006-17	Aquisição de utensílios para copa	30	7.096,80	Asa Branca Dist. Ltda. e Copalimpa Prod. Limpeza Ltda.
65	48000.002465/2006-25	Aquisição de um livro - Setor Elétrico	30	37,05	Edições Vértice Editora e Dist. Livro
66	8000.002404/2006-68	Conserto Projetor Multimídia	39	490,00	Link Informática
67	48000.002178/2006-15	Aquisição de Ferramenta www Isis acesso corporativo	39	332,50	Organização Pan Americana da Saúde
68	48000.002036/2006-58	Aquisição de impressora portátil	52	1.601,00	Datagraphics

Dispensa N.º	Nº Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
69	48000.002556/2006-61	Serviço de tradução para língua inglesa	39	1.456,65	Master Language Traduções e Interpretação Ltda.
70	48000.00645/2006-72	Aquisição de eletrocardiográfico portátil	52	6.300,00	Sales Material Médico Hospitalar Ltda.
71	48000.002631/2006-93	Aquisição de caixa coletora de lixo	52	2.680,00	Fiber Glass Fibras
72	48000.002593/2006-91	Serviço Inst. de Piso Elevador S/Central Telefonia	39	7.664,00	Som Decoração Reforma
73	48000.002735/2006-06	Aquisição de açúcar	52	826,00	Comércio de Alimentos PC
74	48000.002686/2006-01	Aquisição de Flip Chart	52	1.100,00	Papelaria Modelo Ltda
75	48000.002533/2006-06	Serviço de engenharia – projeto básico restaurante	39	13.900,00	Sistema Construção Ltda.
76	48000.002731/2006-10	Serviço de tradução língua inglesa	39	7.850,00	Marta Butolli de Santana Repres. e Soluções
77	48000.002638/2006-13	Aquisição do Livro Consolidação da Legislação Mineral e Ambiente	30	110,00	Livraria Cultura
78	48000.002855/2006-03	Confecção de folders	39	7.950,00	Arte Gráfica e Editora Pontual Ltda.
79	48000.002920/2006-92	Aquisição de Cartuchos	30	698,40	Convergência Informática Ltda.

Dispensa N.º	Nº Processo	Assunto	Elemento de Despesa	Valor R\$	Empresa
80	48000.002791/2006-32	Manutenção de 8 Elevadores – Emergencial (art. 24, inciso IV)	39	33.480,00	Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.
81	48000.002948/2006-20	Contratação em cabeamento óptico	39	14.500,00	Rhox Comunicação de Dados Ltda.
82	48000.002758/2006-11	Serviço de lavagem de cadeiras e poltronas	39	3.179,00	Inovar Comércio de Móveis
83	48000.002310/2006-99	Aquisição de projetor Multimídia	39	7.005,56	CTIS
84	48000.003002/2006-81	Aquisição de sistema caixas acústicas	52	849,00	Cine foto GB
85	48000.002922/2006-81	Aquisição de cones	52	525,50	Equimaf S/A Equip. Maq e Rep
86	48000.002911/2006-00	Aquisição aparelhos telefônicos	52	7.695,00	Telis Eletrônico Ltda.
87	48000.003041/2006-88	Colocação de piso elevador sala CPD	39	6.224,40	Sistema Engenharia e Arquitetura Ltda.
88	48000.003038/2006-64	Aquisição e Montagem de pneus	39	1.428,00	HC Peças S/A
89	48000.003066/2006-81	Aquisição quadros elétricos	30	7.800,00	Fiação Representação Comercial Ltda.

5.2.4 Licitação Realizada na Modalidade de Convite

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	MÉDIA ESTIMADA PELO MME (R\$)	EMPRESA CONTRATADA	% DE DESCONTO OFERTADO SOBRE O VALOR ESTIMADO
48000.000518/2006-73	Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças e acessórios de reposição genuína para os veículos pertencentes à frota oficial do MME	Convite N.º 1/2006	Lote 1: 2.307,69 Lote 2: 36.923,04 Lote 3: 4.615,38 Lote 4: 11.538,45 Lote 5: 4.615,38	Pick-up Center Tecnologia em Pick'ups e Caminhões Ltda.	Lote 1: 50% Lote 2: 55% Lote 3: 55% Lote 4: 50% Lote 5: 50%

5.2.5 Relação de Pregões Realizados em 2006

1/8

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	VALOR ESTIMADO PELO MME R\$	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO R\$
48000.002382/2005-55	Contratação de Empresa para Fornecimento de Água Mineral	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 1	Item 01: 95.400,00 Item 02: 1.574,40	Item 01 - Minágua Comércio e Distribuição de Bebidas Ltda. Item 02 - Clara Distribuidora de Bebidas Ltda.	Item 01 - 23.940,00 Item 02 - 1.437,12
48000.0003511/2005-22	Aquisição de Copos Descartáveis	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2	Item 01: 59.497,50 Item 02: 2.991,00	Item 01 - GM Lima Item 02 - DP Comércio de Descartáveis Ltda.	Item 01 - 40.792,50 Item 02 - 1.834,00
48000.002377/2005-42	Contratação de empresa para prestação de serviços de chaveiro	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3	29.097,33	Chaveiro Horizonte	16.648,00
48000.002426/2005-47	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de sinalizações visuais.	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4	54.629,30	P4 Comunicação Visual Ltda.	29.150,00

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	VALOR ESTIMADO PELO MME R\$	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO R\$
48000.002233/2005-96	Contratação de empresa para prestação de serviços de gravação e degravação de fitas.	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 5	12.900,00	Papelaria Reporte Comércio e Serviços de Informática Ltda.	6.204,96
48000.002291/2005-10	Contratação de empresa para fornecimento de Combustível	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 6	Item 01: 74.452,00 Item 02: 39.500,00 Item 03: 5.637,00	Global Distribuidora de Combustíveis Ltda. Obs.: item 03 deserto	Item 01 – 72.240,00 Item 02 – 42.800,00
48000.002236/2005-20	Contratação de empresa para prestação de serviços de fotojornalismo	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 7	27.810,00	Zona Cultural Marketing Informática Ltda	19.999,80
48000.002290/2005-75	Contratação de empresa para manutenções prediais - pisos.	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 8	256.333,30	Pisorama Pisos Revestimentos e Decorações Ltda.	185.400,00
48000.002402/2005-98	Contratação de empresa para manutenções prediais - vidros	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9	126.445,30	GAP Comércio Representação e Serviços de Manutenção	105.099,70

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	VALOR ESTIMADO PELO MME R\$	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO R\$
48000.000342/2006-50	Contratação de empresa para serviços de transporte de mobília	Pregão Eletrônico N.º 10/2006	86.162,41	Asa Transportes Ltda.	45.900,00
48000.001609/2005-45	Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia fixa comutado - STFC na modalidade local	Pregão Eletrônico N.º 11/2006	428.740,24	PREGÃO REVOGADO	
48000.000348/2006-27	Contratação de empresa especializada para prestar serviços de implantação do sistema de cabeamento estruturado no Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia	Pregão Presencial N.º 12/2006	1.964.750,00	Rhox Redes Corporativas	1.046.800,00
48000.000696/2006-02	Aquisição de material médico e medicamentos para o Serviço Médico do MME	Pregão Eletrônico N.º 13/2006	37.224,00	Diversas	11.096,34
48000.000889/2006-55	Subscrição de software e capacitação em ambiente Linux	Pregão Eletrônico N.º 14/2006	95.200,00	Star do Brasil Informática Ltda.	53.057,99

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	VALOR ESTIMADO PELO MME R\$	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO R\$
48000.000766/2006-14	Aquisição de material de expediente	Pregão Eletrônico por Registro de Preços N.º 15/2006	395.804,50	Diversas	222.607,00
48000.000696/2006-02	Aquisição de material médico (repetição dos itens não adquiridos no Pregão Eletrônico n.º 13/2006)	Pregão Eletrônico N.º 16/2006	1.817,45	Simões Boechat Comercial Farmacêutica Ltda.	1.461,16
48000.001622/2006-85	Fornecimento e instalação de uma solução contemplando um Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos (ADSC).	Pregão Presencial N.º 17/2006	1.456.902,81	ANULADO	
48000.000765/2006-70	Aquisição de material odontológico para o Serviço Médico do MME	Pregão Eletrônico N.º 18/2006	34.630,00	Diversas	16.853,03
48000.001390/2006-65	Contratação de empresa para reforma da área de transportes	Pregão Eletrônico N.º 19/2006	36.999,85	REVOGADO. Repetição por meio do Pregão 29/2006.	
48000.001323/2006-41	Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro Total para os veículos da frota deste MME.	Pregão Eletrônico N.º 20/2006	40.689,57	General do Brasil Companhia Nacional de Seguros	19.650,00

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	VALOR ESTIMADO PELO MME R\$	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO R\$
48000.002336/2005-56	Contratação de empresa para prestação de Serviço de Black Berry	Pregão Eletrônico N.º 21/2006	23.099,00	Pregão Deserto. Repetição por meio do Pregão 24/2006	
48000.001526/2006-37	Aquisição de eletrodomésticos	Pregão Eletrônico N.º 22/2006	Valor Global Estimado 49.013,12	Diversas	Valor Global 23.684,72
48000.001428/2006-08	Aquisição de uniformes	Pregão Eletrônico N.º 23/2006	Valor Global Estimado 71.443,93	Diversas	Valor Global 41.146,59
48000.002336/2005-56	Contratação de empresa para prestação de Serviço de Black Berry	Pregão Eletrônico N.º 24/2006	23.099,00	REVOGADO. Repetição por meio do Pregão 27/2006	
48000.001702/2006-31	Contratação de empresa para prestação de Serviços de Manutenção Predial	Pregão Eletrônico para Registro de Preços N.º 25/2006	Item 01 - 1.157.550,00 Item 02 - 47.453,00 Item 03 - 16.930,00 Item 04 - 24.950,00 Item 05 - 153.200,00 Valor Global Estimado 1.400.083,00	item 1 - Sebba Indústria e Comércio de Móveis Ltda. itens 2, 3 e 4 - Construtora Reformil Ltda. item 5 - Engemac - Serviços de Engenharia e Comércio de Materiais de Construção Ltda.	item 1 - 719.500,00 itens 2, 3 e 4 - 55.500,00 item 5 - 112.000,00 Valor Global 887.000,00

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	VALOR ESTIMADO PELO MME R\$	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO R\$
48000.002052/2006-41	Contratação de empresa para confecção do Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico	Pregão Eletrônico N.º 26/2006	21.610,00	Artes Gráficas e Editora Pontual Ltda. - Epp	14.760,00
48000.002336/2005-56	Contratação de empresa para prestação de serviço de Black Berry	Pregão Eletrônico N.º 27/2006	62.237,40	TIM Celular S.A.	50.080,20
48000.000688/2006-58	Aluguel de condicionadores de ar tipo SPLIT System, incluindo fornecimento, instalação, manutenções preventiva e corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças e materiais de reposição (Lote I) e Prestação de serviços de instalações de redes elétricas para suprir a instalação de novos equipamentos de ar condicionado do tipo SPLIT no Ministério de Minas e Energia (Lote II).	Pregão para Registro de Preços N.º 28/2006	Item 01 - 2.460.767,68 Item 02 - 894.660,92 Valor Global Estimado 3.355.428,60	Item 1 - Liga Engenharia Indústria e Comércio Ltda. Item 2 - A Engemil Engenharia Empreendimentos Manutenção e Instalações Ltda.	Item 01 – 1.221.864,05 Item 02 – 895.000,00 Valor Global 2.116.864,05
48000.001390/2006-65	Contratação de empresa para reforma da área de transportes	Pregão Eletrônico N.º 29/2006	36.999,85	Suprema Engenharia e Comércio Ltda.	36.000,00

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	VALOR ESTIMADO PELO MME R\$	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO
48000.002145/2006-75	Solução de Gestão e Gerenciamento de Recursos de Estações de Trabalho e Servidores	Pregão Eletrônico para Registro de Preços N.º 30/2006	581.760,00	IOS Informática Organização e Sistemas Ltda.	304.450,00
48000.001960/2006-17	Licenciamento de Software de análise de riscos e gestão do conhecimento em segurança da informação	Pregão Eletrônico para Registro de Preços N.º 31/2006	399.517,49	Módulo Security Solutions S/A	359.000,00
48000.002148/2006-17	Componente do ambiente servidor	Pregão Eletrônico N.º 32/2006	149.025,43	NT Systems Informática Ltda.	126.000,00
48000.002491/2006-53	Serviços de passagens aéreas	Pregão Eletrônico N.º 33/2006	2.230.125,00	Money Turismo Ltda.	2.115.991,00
48000.002392/2006-71	Prestação de serviço de suporte e atualização do software informática (01 powermat class 2 e 01 metadata xchange)	Pregão Eletrônico N.º 34/2006	83.648,08	STK Consultoria Ltda.	83.499,96
48000.002347/2006-17	Contratação de empresa especializada em serviços de bombeiro particular ou brigadistas e chefe de brigada	Pregão Eletrônico N.º 35/2006	837.788,34	5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda.	578.800,00

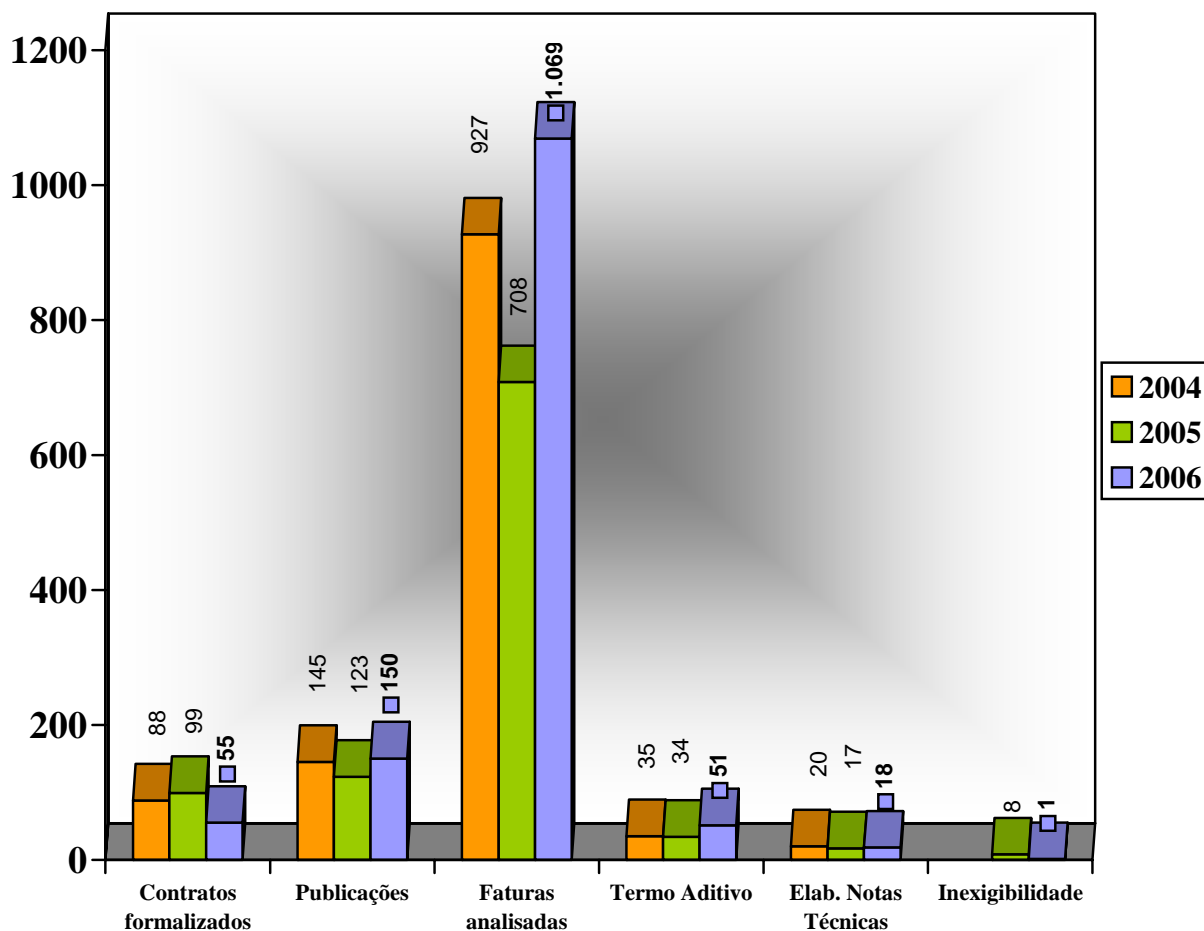
PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	VALOR ESTIMADO PELO MME R\$	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO
48000.001730/2006-58	Licenciamento software e prestação de serviços plataforma Microsoft	Pregão Presencial para Registro de Preços N.º 36/2006	1.553.685,64	Hepta Tecnologia e Informática Ltda.	1.543.000,00
48000.000765/2006-70	Aquisição de material odontológico	Pregão Eletrônico N.º 37/2006	12.718,81 Obs: vários itens foram cancelados.	Itens 3,17 e 18 - Dinâmica Ltda. Itens 11, 15 e 25 - Gutierrez Ltda. Itens 14 e 21 - Emigê Ltda.	Itens 3,17 e 18 – 631,98 Itens 11,15 e 25 – 265,14 Itens 14 e 21 – 404,50 Valor Global 1.301,62
48000.002142/2006-31	Aquisição de sistema de fornecimento ininterrupto de energia - UPS	Pregão Eletrônico N.º 38/2006	150.000,00	Conecta Tecnologia em Sistemas de Comunicação Ltda.	149.000,00
48000.002084/2006-46	Confecção de mapa de geodiversidade do Brasil	Pregão Eletrônico N.º 39/2006	26.015,39	Dupligráfica Editora Ltda.	18.000,00
48000.002446/2006-07	Serviços de modernização do distribuidor geral (DG) contemplando as redes do PABX (primária e secundária)	Pregão Eletrônico N.º 40/2006	53.322,50	REVOGADO	

5.3 ATIVIDADES RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS

Até 31/12/2006

ASSUNTO	QUANTIDADE
Inexigibilidades	01
Contratos	55
Termos aditivos	51
Instrução e análise de processos de pagamento de faturas de contratos de prestação de serviços	1.069
Publicação no DOU de extratos de contratos e termos aditivos, extrato de inexigibilidade, dispensa de licitação.	150
Elaboração de Notas Técnicas relativas a repactuação , alteração de CNPJ, contratação por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, inciso II e outras alterações.	18

COMPARATIVO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DE CONTRATOS



5.3.1 CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS - ANO 2006

1/12

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002399/2005-11	Dispensa de Licitação nº 06/2006 (Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93)	01/2006	Desinsetização, desratização, descupinização e combate a escorpiões.	Pontual Desinsetizadora Ltda		860,00 quadrimestral	3.440,00	31/01/2006 a 31/12/2006
48000.002234/2005-31	Dispensa de Licitação nº 01/2006 (Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93).	02/2006	Mídia Impressa	Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação S/A	1	5.400,00	65.250,00	04/01/2006 a 31/12/2006
48000.002906/2005-16	Inexigibilidade de Licitação nº 08/2005 (Caput do Art. 25 da Lei nº 8.666/93).	03/2006	Prestação de serviços de fornecimento de água tratada e a coleta de esgotos sanitários.	Companhia de Saneamento do Distrito Federal.		21.032,00	252.384,00	02/02/2006 a 01/02/2007
48000.002301/2005-17	Registro de Preço nº 33/2005	04/2006	Aquisição de café torrado	Fino Sabor Indústria e Comércio Ltda		2.989,09	32.880,00	10/02/2006 a 31/12/2006
48000.002301/2005-17	Pregão nº34/2005	05/2006	Aquisição de adoçante dietético líquido	S. F. R. P. Distribuidora de Materiais de Escritório e Informática Ltda.		227,27	2.500,00	09/02/2006 a 31/12/2006

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002459/2005-97	Dispensa de Licitação nº 09/2006 (Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93).	06/2006	Fornecimento de carimbos de borracha com base de madeira e em estojos.	HBL Indústria e Comércio Ltda.		538,04	5.918,50	31/01/2006 a 31/12/2006
48000.002579/2005-94	Dispensa de Licitação nº 4/2006 (Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93.)	07/2006	Serviços postais telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional.	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.		17.500,00	210.000,00	25/01/2006 a 24/01/2007
48000.002494/2005-14	Pregão nº 46/2005	08/2006	Fornecimento de Jornais e Revistas.	Loggos - Jornais e Revistas e Publicações Ltda.	2	3.575,80	42.909,60	01/08/2006 a 24/01/2007
48000.000201/2006-37	Pregão nº 19/2005	09/2006	Prestação de serviços de aluguel de condicionadores de ar, tipo SPLIT.	Liga Engenharia Indústria e Comércio Ltda	1	141.375,00 (parcela única) 12.750,00 (valor mensal)	294.375,00	13/02/2006 a 12/02/2007
48000.002186/2005-81	Pregão nº 47/2005	10/2006	Serviço de Clipping Eletrônico televisivo e Banco de dados.	Clip & Clipping Publicidade e Produções Ltda.	1	7.118,75	85.425,00	14/02/2006 a 13/02/2007

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002237/2005-74	Dispensa de Licitação nº 16/2006 (Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93).	11/2006	Serviço de mestre de cerimônia (Locutor) para realização de solenidades e eventos do MME.	Exemplus Comunicação & Marketing Ltda.	1		6.125,00	30/08/2006 a 31/12/2006
48000.002377/2005-42	Pregão nº 03/2006	12/2006	Serviços de Chaveiro com fornecimento de materiais.	Chaveiro Horizonte - Adeir Feitosa Porto - Me		1.664,80	16.648,00	10/03/2006 a 31/12/2006
48000.002382/2005-55	Pregão nº 01/2006	13/2006	Serviço de fornecimento de água mineral.	Mináguas Comércio e Distribuição de Bebidas Ltda.		2.394,00	23.940,00	10/03/2006 a 31/12/2006
48000.002426/2005-47	Pregão nº 04/2006	14/2006	Serv. manut. de programação, com fornec. de placas, textos, vínculos e todos elementos necessários p/ realização do trabalho.	P4 Comunicação Visual Ltda.		2.915,00	29.150,00	21/03/2006 a 31/12/2006
48000.002233/2005-96	Pregão nº 05/2006	15/2006	Prestação de serviços de gravação e degravação de fitas.	Papelaria Report - Comércio e Serviços de Informática Ltda		620,49	6.204,96	16/03/2006 a 31/12/2006

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002382/2005-55	Pregão nº 01/2006	16/2006	Fornecimento de água mineral gaseificada.	Clara Distribuidora de Bebidas Ltda		143,71	1.437,12	17/03/2006 a 31/12/2006
48000.002376/2005-06	Dispensa de Licitação nº 19/2006, Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93	17/2006	Fornecimento de gás liquefeito de petróleo GLP.	Copergás Distribuição de Gás e Transportes Ltda.		583,00	7.000,00	27/03/2006 a 31/12/2006
48000.002236/2005-20	Pregão nº 07/2006	18/2006	Serviço de fotojornalismo.	Zona Cultural Marketing Informática Ltda.		1.666,00	19.999,80	29/03/2006 a 28/03/2007
48000.002290/2005-75	Pregão nº 08/2006	19/2006	Prestação de serv. de recuperação de pisos e fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários.	Pisorama Pisos, Revestimentos e Decorações Ltda.		15.450,00	185.400,00	06/04/2006 a 31/12/2006
48000.002291/2005-10	Pregão nº 06/2006	20/2006	Fornecimento de combustível.	Global Distribuidora de Combustíveis Ltda.		9.586,66	115.040,00	06/04/2006 a 31/12/2006

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002402/2005-98	Pregão nº 09/2006	21/2006	Serviços para instalação de vidros e correlatos, com fornecimento de materiais e acessórios necessários.	Gap Comércio Representação e Serviços de Manutenção Predial Ltda.		8.758,25	105.099,70	26/04/2006 a 31/12/2006
48000.000425/2006-49	Registro de Preços nº 27/2005 (adesão - Controladoria Geral da União)	22/2006	Confecção e instalação de armários e estantes para o MME.	Interior Indústria e Comércio de Artefatos de Madeira Ltda.		5.052,08	60.625,10	05/06/2006 a 05/12/2006
48000.002291/2005-10	Dispensa de licitação nº 27/2006	23/2006	Fornecimento de óleo diesel.	Posto Brasal Ltda.		467,50	5.610,00	24/05/2006 a 31/12/2006
48000.000342/2006-50	Pregão nº 10/2006	24/2006	Prestação de serv. de transp. rodoviário interestadual p/ remoção de mobiliário em geral.	Asa Transportes Ltda.		3.825,00	45.900,00	12/05/2006 a 11/05/2007
48000.001002/2006-46	Inexigibilidade de licitação, Art. 25 Lei nº8.666/93.	25/2006	Prestação de serviços de publicações de matérias de interesse do MME no Diário Oficial da União.	Imprensa Nacional		29.166,00.	350.000,00	29/05/2006 a 28/05/2007

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000286/2006-53	Registro de Preços nº 121/2005 (adesão - TST)	26/2006	Aquisição de IPS	NCTt Informática			99.500,00	01/06/2006 a 21/06/2007
48000.000242/2006-23	Pregão 162/2005 (adesão ao Registro de Preço TJ/DF)	28/2006	Aquisição e Instalação de Elementos ativos de rede para o Ministério de Minas e Energia	Redisul Informática Ltda		516.629,32	24 meses a partir da sua assinatura	
48000.000518/2006-75	Convite nº 01/2006	29/2006	Prestação de serv. de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças e acessórios de reposição genuína p/ os veículos do MME.	Pick-Up Center Tecnologia em Pick-Up's e Caminhões Ltda.		4.999,99	59.999,94	14/06/2006 a 13/06/2007
48000.000348/2006-27	Pregão 12/2006	30/2006	Implantação do sistema de cabeamento de rede lógica	Rhox Comunicação de Dados Ltda	1		1.308,342,00	24/10/2006 a 22/06/2007
48000.003514/2005-66	Pregão 42/2005 (adesão ao Registro de Preço da Eletrobrás)	31/2006	Aquisição de notebooks	S.O.S Informática Ltda			334.200,00	17/07/2006 a 21/11/2007

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000304/2006-05	Adesão ao Registro de Preços n.º 14/2006 - TRF	32/2006	03 (três) Switch , 03 (três) Console com teclado, monitor TFT e mouse, 10 (dez) IBM x-séries 346, 12 (doze) GB de memória SDRAM, 05(cinco) discos de 72 GB 15.000 rpm, 04 (quatro) placas de rede Gigabit e dual, 10/200/ 1.000 Mbps.	Star Brasil Informática Ltda	1		336.021,50	18/07/2006 a 16/10/2009
48000.001386/2006-05	Registro de Preços 04/2005 (adesão - PRODAM -SP)	33/2006	Prestação de Serviços para Impressão Departamental	CTIS Informática Ltda		53.756,21	645.074,52	27/07/2006 a 26/07/2007
48000.000889/2006-55	Pregão 14/2006	34/2006	06 subcrições do red hat enterprise linux as standad com 01 ano de suporte ao produto, na modalidade premiun.	Star Brasil Informática Ltda			53.057,99	21/07/2006 a 20/07/2007
48000.000887/2006-66	Dispensa de Licitação nº 51/2006 (Art. 24, Inciso XVI, da lei nº 8.666/93)	35/2006	Prestação serviços de tecnologia da informação e de gerenciamento de conexões à Infovia Brasília.	Serviços Federal de Processamento de Dados - Serpro.		20.990,00	251.880,00	02/08/2006 a 01/08/2007

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001711/2006-21	Inexigibilidade de licitação, Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.	36/2006	Contratação instituição de ensino superior para ministrar curso de Pós-Graduação	Fundação Universa			11.511,24	17/08/2006 a 17/02/2008
48000.001711/2006-21	Inexigibilidade de licitação, Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.	37/2006	Contratação instituição de ensino superior para ministrar curso de Pós-Graduação	Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda			77.624,90	06/09/2006 a 06/09/2008
48000.001725/2006-45	Dispensa de Licitação nº 55/2006	39/2006	Serviço móvel pessoal (SMP) p/ prest. de serviço de comunicação de dados via rede móvel digital, através de fornecimento de 02 placas tipo PCMCIA em regime de comodato.	Tele Centro Oeste Celular Participações S/A.		635,86	7.630,32	14/09/2006 a 13/09/2007
48000.000304/2006-05	Pregão Eletrônico nº 124/2005, do Tribunal Superior do Trabalho	40/2006	Solução de infra-estrutura SAN com subsistema de armazenamento e subsistema de <i>backup</i> e serviços associados	Hewlett - Packard Brasil			900.000,00	01/09/2006 a 01/09/2007

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000304/2006-05	Pregão Eletrônico nº 124/2005, do Tribunal Superior do Trabalho	41/2006	2 servidores Blade, associado à garantia de assistência técnica	Hewlett - Packard Brasil			399.999,00	01/09/2006 a 30/10/2006
48000.002326/2005-56	Pregão 14/2006	42/2006	Serviço móvel (SMP) pós-pago, mediante a disponibilização de aparelhos cp, tecnologia blackberry.	TIM CELULAR S.A			50.080,20	13/11/2006 a 12/11/2007
48000.001702/2006-31	Registro de Preços nº 25/2006-MME	43/2006	Prestação de serviços de manutenção predial, incluindo serviços em marcenaria, com o fornecimento de ferramentas, equipamentos e material.	Sebba Indústria e Comércio de Móveis Ltda.		59.950,00	719.500,00	14/11/2006 a 13/11/2007
48000.001702/2006-31	Registro de Preços nº 25/2006-MME	44/2006	Prestação de manutenção predial, incluindo serviços de forro, serralheria e alvenaria, com fornecimento de ferramentas e material.	Construtora Reformil Ltda		4.625,00	55.500,00	17/11/2006 a 16/11/2007

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001702/2006-31	Registro de preços nº 25/2006-MME	45/2006	Prestação de manutenção predial, incluindo serviços de acabamento, com o fornecimento de ferramentas, equipamentos e material.	Engemac - Engenharia e Comércio de Materiais de Construção Ltda.		9.333,00	112.000,00	17/11/2006 a 16/11/2007
48000.000688/2006-58	Pregão 28/2006	46/2006	Aluguel de condicionadores de ar tipo SPLIT System, incluindo fornecimento, instalação, manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica. Com fornecimento de peças e materiais de reposição.	Liga Engenharia Indústria e Comércio Ltda.		106.525,00	1.111.700,00	29/11/2006 a 28/11/2007
48000.000688/2006-58	Pregão 28/2006	47/2006	Prestação de serviços de instalações de redes elétricas p/ suprir a instalação de novos equipamentos de ar condicionado do tipo SPLIT.	Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda.			895.000,00	29/11/2006 a 29/03/2007

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001960/2006-17	Registro de Preços nº 31/2006	48/2006	Serviços de fornecimento de licença de uso de software de análise de riscos e gestão.	Módulo Security Solutions S/A			359.000,00	01/12/2006 a 30/11/2007
48000.002836/2006-79	Adesão ao Registro de Preços do Ministério da Defesa - Pregão nº 58/2006	49/2006	Subscrição p/ cessão de direito de uso softwares aplicativos, sistemas operacionais p/ estações de trabalho.	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.			503.925,00	15/12/2006 a 14/12/2007
48000.002791/2006-32	Dispensa de Licitação nº 80/2006	50/2006	Engenharia mecânica p/ manutenções preventivas e corretivas e mensais continuadas, com fornecimento de todas as peças.	Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.		5.580,00	33.480,00	12/12/2006 a 11/06/2007
48000.002145/2006-75	Pregão Eletrônico nº 30/2006	51/2006	Serviço de implantação de uma solução integrada p/gestão e gerenciamento de estações de trabalho e servidores	IOS Informática Organização e Sistemas Ltda.			304.450,00	27/12/2006 a 26/12/2007

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	Nº TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002392/2006-71	Pregão Eletrônico nº 34/2006	53/2006	Suporte e atualização software informática	STK Consultoria Ltda.			83.499,96	26/12/2006 a 26/12/2008
48000.002491/2006-53	Pregão 33/2006	54/2006	Reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas e ou terrestres nacionais e Internacionais.	Money Turismo Ltda.		176.332,58	2.115.991,00	28/12/2006 a 27/12/2007
48000.002491/2006-53	Adesão ao Registro de Preços do TRF Seção.1ª Região/DF - Pregão Presencial nº 97/2005-Ata de Registro de Preços nº 15/2005	55/2006	Equipamentos e acessórios para atualização tecnológica da rede de comunicação de dados do MME	Redesul Informática Ltda			306.194,44	26/12/2006 a 25/02/2007

6. COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI

6.1 COMPETÊNCIA DA CGTI

À CGTI compete planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação e, especificamente:

I - orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério, incluindo a segurança das informações eletrônicas;

II - proporcionar aos órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis;

III - dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de “software” e de novas tecnologias, bem como aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério;

IV - manter articulação com os órgãos central, setoriais e seccionais do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática;

V - definir as necessidades orçamentárias para tecnologia da informação;

VI - promover a manutenção do “site” do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro; e

VII - coordenar e promover a fiscalização da execução dos contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação, a cargo da Coordenação-Geral.

6.2 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As ações, projetos e iniciativas executados pela SPOA, na área de tecnologia da informação, estão aderentes aos programas previstos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, elaborado e aprovado em 2003, quais sejam:



I - Arrumando a Casa

- Infra-estrutura de Rede (switches, cabeamento e help desk)
- Reorganização da Gestão dos Recursos de TI
- Desenvolvimento de Aplicativos Transacionais (Sistema de controle do acesso e login)
- Capacitação do Capital Humano

II - Trabalhando em Grupo

- Sistema de Apoio à Decisão (BI)
- Gestão do Conhecimento
- Automação do Acompanhamento de Processo (gestão de TI)

III - Servindo à Cidadania

- Comunicação Institucional
- Capacitação Virtual
- Cadastramento Integrado

Em 3 de setembro de 2003, o Ministério de Minas e Energia contratou o CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações, visando à prestação de serviços de consultoria e informática, para realização de parte das ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, incluindo os seguintes itens (Contrato nº 17/2003):

- Infra-estrutura de rede, subdividida nos seguintes projetos: Configuração de Local Area Network, Manutenção e Suporte de Aplicativos, Operação e Suporte de Help-Desk, Operação e Suporte à Rede;
- Reorganização da Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação, subdividida nos seguintes projetos: Inventário/Ficha Técnica de Recursos, Inventário de Aplicativos de Gestão, Padronização de Atividades/Procedimentos, Definição do Perfil dos Quadros Técnicos, Escolha da Metodologia de Manutenção/Desenvolvimento, Desenho/Modelagem dos Aplicativos de Gestão;
- Desenvolvimento de Aplicativos Transacionais do MME com o projeto de Especificação dos Sistemas Transacionais do MME;
- Sistemas de Apoio à Decisão, subdivididos nos seguintes projetos: Desenvolvimento/Implantação Usuários do Sistema de Apoio à Decisão (SAD) e Capacitação de Técnicos SADS;
- Automação do Acompanhamento de Processos, subdividido nos seguintes projetos: Mapeamento de Processos e Treinamento de Técnicos/Usuários no Ambiente "Work-Flow";
- Gestão do Conhecimento, subdividida nos seguintes projetos: Desenvolvimento/Implantação de Bases de Conhecimento e Desenvolvimento/Implantação da Internet Interativa;
- Segurança da Informação, subdividida nos seguintes projetos: Mapeamento do Projeto de Segurança e Implantação do Projeto de Segurança;

- Comunicação Institucional, subdividida nos seguintes projetos: Elaboração do Plano de Comunicação Institucional e Desenvolvimento/Implantação do Site MME Interativo; e
- Capacitação Virtual, com projeto de Elaboração do Programa de Capacitação Virtual.

Sobre o Contrato nº 17/03, o próprio Tribunal de Contas da União, durante os trabalhos de inspeção realizados neste Ministério, apontou diversas irregularidades na sua formalização, tais como:

- a) dispensa indevida de licitação, com base no artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93, para contratação de serviços e consultoria em informática, que não se enquadram como de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, conforme demanda o dispositivo legal;
- b) ausência de projeto básico, em desacordo com o previsto na Lei 8.666/93, art. 6º, inciso IX, e 7º, uma vez que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação não atendia aos requisitos previstos nos dispositivos citados; e
- c) celebração de contrato do tipo "guarda-chuva", sem o devido parcelamento em partes economicamente viáveis, em desacordo com o previsto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93.

Em que pesem as justificativas apresentadas pela área técnica à época, aquela Egrégia Corte de Contas determinou ao Ministério de Minas e Energia que não prorrogasse mais o Contrato em questão, bem como *“adotasse providências imediatas e necessárias à licitação de todos os serviços de tecnologia da informação”*, conforme disposto no **Acórdão nº 1.342/05**.

Entretanto, embora o objeto do aludido contrato contemplasse várias ações para desenvolvimento e implementação dos programas previstos no PDTI, dos itens contratados, poucos foram, de fato, executados.

Vale salientar, nesse ponto, que os softwares ETL (Informática) e OLAP (Business Object), necessários à extração, transformação, carga e disponibilização de dados aos usuários deste Ministério, não foram devidamente licenciados.

Assim, com o objetivo de dar continuidade à execução de alguns itens e ações constantes do extinto contrato do CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações, foi celebrado o Contrato nº 73/06, entre este Ministério e o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, também com dispensa de licitação, abarcando:

- Infra-estrutura de rede, subdividida nos seguintes projetos: Configuração de Local Area Network, Manutenção e Suporte de Aplicativos, Operação e Suporte de Help-Desk, Operação e Suporte à Rede;
- Desenvolvimento de Aplicativos Transacionais do MME;
- Sistemas de Apoio à Decisão, subdivididos nos seguintes projetos: Desenvolvimento/Implantação Usuários do Sistema de Apoio à Decisão (SAD) e Capacitação de Técnicos SADs;

Posteriormente, em atendimento a solicitação advinda do Órgão de Controle Interno (CGU), nos primeiros meses de 2006, esta Subsecretaria fez gestão junto à diretoria do CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações, na tentativa de ultimar a execução dos serviços pendentes, sem custos adicionais.

Todavia, para consecução das atribuições inerentes à área de Tecnologia da Informação, o contrato firmado com o SERPRO mostrou-se insuficiente, quer seja na sua abrangência ou no dimensionamento e qualificação dos profissionais alocados para prestação dos serviços.

Em conseqüência, esta Subsecretaria, não só para concretizar as ações previstas no “Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI”, mas também para cumprir suas atribuições regimentais, se obrigou a instruir vários outros processos administrativos visando o alcance desse mister no que pertine:

- à infra-estrutura de rede;
- à reorganização da Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação;
- ao desenvolvimento de Aplicativos Transacionais do MME;
- aos sistemas de Apoio à Decisão;
- à automação do Acompanhamento de Processos;
- à gestão do Conhecimento;
- à segurança da Informação;
- à comunicação Institucional; e
- à capacitação Virtual.

Nesse contexto, foram elaborados muitos projetos básicos na área de tecnologia de informação os quais nortearam procedimentos licitatórios, com vistas à contratação e (ou) aquisições diversas de equipamentos e produtos, de modo a permitir a consecução de ações de infra-estrutura básica de TI, tais como:

✓ **Aquisição de microcomputadores**

Sobre o parque computacional do Ministério o PDTI apontou a existência de máquinas defasadas, tecnologicamente, obsoletas e com alto custo de manutenção, carecendo de imediata atualização, conforme demonstrado no quadro a seguir:

MICROCOMPUTADORES				
Fabricante	Processador	Clock	Quantidade	Percentual
Atualizadas			332	45,42%
Intel	Pentium IV	1.6 Ghz	13	
Intel	Pentium IV	1.8 Ghz	167	
Intel	Pentium IV	2.0 Ghz	1	
Intel	Pentium IV	2.2 Ghz	1	
Intel	Pentium IV	2.8 Ghz	150	
Defasadas			399	54,58%
Intel	MMX	200 Mhz	1	
Intel	Pentium II	270 Mhz	8	
Intel	Pentium II	400 Mhz	62	
Intel	Pentium III	500 Mhz	39	
Intel	Pentium III	866 Mhz	13	
Intel	Pentium III	933 Mhz	276	
Total			731	100,00%

Essa situação, aliada à falta de equipamentos para reserva técnica, destinados a suprir eventuais máquinas defeituosas ou em processo de manutenção, assim como o aumento do número de servidores, ensejou a aquisição de novos microcomputadores.

Assim, para continuidade das ações de modernização da área de tecnologia da informação foi instruído processo para aquisição de 450 microcomputadores de última geração e, considerando a oportunidade, a conveniência e comprovada a vantagem dos preços para Administração, foi concretizada a adesão ao Registro de Preços do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG.

A aquisição em tela mostrou-se plenamente adequada, além das relacionadas ao aspecto financeiro, por razões de ordem técnica, como, por exemplo, o nível de serviço ofertado para suporte aos equipamentos durante o período de garantia de três anos (*on-site*), que é extremamente vantajoso para o Ministério.



Equipamento defasado



Equipamento novo

✓ **Aquisição de notebooks** - adesão à Ata de Registro de Preços da Eletrobrás, para aquisição de 40 notebooks da marca Sony Vaio SZ-240.

✓ **Aquisição de servidores, storage e backup library** - adesão à Ata de Registros de Preços do TRF 1ª Região, do TRT 9ª Região e do TST:

A CGTI elaborou estudos relacionados ao ambiente servidor do MME, no tocante à obsolescência, confiabilidade e disponibilidade do parque de equipamentos existentes. Caracterizada a gravidade da situação e a urgência de solução, a Coordenação-Geral buscou aferir informações sobre possível existência de Registros de Preços vigentes em outros órgãos da Administração Pública Federal, que pudessem atender as necessidades do MME, sob o aspecto técnico, considerando o projeto de rede lógico em implementação.

Dessa forma, foram identificadas as seguintes atas de registro de preços, às quais o Ministério buscou aderir para ultimar a aquisição de servidores, storage e backup library:

- I - Ata de Registro de Preços nº 14/2006, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1;
- II - Ata de Registro de Preços nº 9/2006, do Tribunal Regional Federal do Trabalho da 9ª Região - TRT;
- III - Ata de Registro de Preços nº PE-124/2005 - Anexo 03, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

✓ **Aquisição de Componentes Avulsos para Servidores de Rede** - contratação de empresa de informática especializada no fornecimento de componentes do Ambiente Servidor e de Armazenamento (Storage):

Apesar da excelência dos servidores e storage adquiridos, tornou-se imprescindível a aquisição de componentes adicionais do tipo *fibre channel* para promover a interconexão entre os referidos equipamentos, sem o quê seria impossível colocá-los em produção.

✓ **Serviços de Impressão Corporativa** - adesão ao Registro de Preços do Processamento de Dados do Município de São Paulo - PRODAM:

Em levantamento realizado pela CGTI, verificou-se que o parque de equipamentos de impressão do MME contemplava 34 (trinta e quatro) modelos de impressoras diferentes, o que gerava complexidade e alto custo de logística, além de onerar bastante o processo de compra de suprimentos, devido à grande variação de preços na aquisição de pequenas quantidades, impedindo a economia de escala, sem considerar a obsolescência e a falta de padronização, conforme demonstra o quadro a seguir:

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VARIEDADE DE MODELOS	VOLUME MENSAL DE PRODUÇÃO
Jato de Tinta	82	15	84.380
Multifuncionais	7	6	13.200*
Laser Mono	65	12	271.000
Laser Color	1	1	6.500
TOTAL	155	34	375.080

Além dos custos relacionados ao processo de impressão, foram considerados aqueles relacionados à área de reprografia. A soma das despesas desembolsadas com o processo de impressão e com aqueles da área de reprografia era muito elevada.

Para suprir tal deficiência a SPOA optou por aderir à Ata de Registro de Preços do Processamento de Dados do Município de São Paulo - PRODAM, pois na contratação feita pelo referido órgão foi prevista a prestação dos serviços de impressão corporativa com fornecimento de 1.304 impressoras multifuncionais, o que possibilitou significativo ganho de escala com a oferta de preços extremamente vantajosos, quando comparados aos praticados pelo mercado.

Além disso, foi detectada a necessidade de se prover todos os andares do MME com equipamentos capazes de fazer fotocópias de documentos, haja vista que os contratos de reprografia celebrados com as empresas Xerox e Simpress não seriam renovados, devendo a demanda por esse tipo de serviço ser facilmente resolvida com a utilização dos equipamentos disponibilizados na contratação, por se tratar de equipamentos multifuncionais.



Impressora defasada



Impressora disponibilizada no serviço de Impressão corporativa

✓ **Contratação de Equipamento No-Break** - aquisição de 01 (um) sistema de fornecimento ininterrupto de energia (UPS), estático, de alta eficiência, com capacidade mínima de 40KW de conformação paralela redundante ou de conformação individual modular redundante, em configuração N+1, incluindo a unidade de distribuição de energia (PDU):

O equipamento *no-break* anteriormente em uso no MME encontrava-se, tecnologicamente defasado e encontrava-se, ainda, desprovido do *software* de gerenciamento, de um sistema para troca de baterias e de módulos de potência *hot-swap*, bem como do sistema de *shutdown* automático dos servidores.

✓ **Aquisição de Ativos de Rede** - adesão ao Registro de Preços do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT:

Ante a realidade do MME e buscando solucionar parte dos problemas existentes, coube à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação analisar o parque de ativos de rede (switches e hubs) existente, no que pertine ao seu quantitativo e com relação a sua obsolescência.

Devido aos graves problemas existentes na rede lógica do Ministério ela foi substituída, com acréscimo de diversos pontos, mediante a implantação de *hubs* diretamente nas salas, além da utilização de cabos Y, para sanear o problema de cascadeamento de *hubs* e *switches* feitos de forma indevida.

Assim, identificou-se a Ata de Registro de Preços do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, à qual o Ministério aderiu em parte para aquisição dos ativos de rede.

✓ **Fornecimento e Instalação de Cabeamento Estruturado** - procedimento licitatório instaurado na modalidade de Pregão, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada na implantação do sistema de cabeamento estruturado no edifício do MME.

O cabeamento lógico do MME encontrava-se sem qualquer possibilidade de expansão nos seus principais pontos de concentração. Assim, o presente contrato viabilizou a substituição de todo o cabeamento lógico horizontal existente, bem como do *backbone* de dados e voz, por outro sistema de cabeamento, capaz de suportar uma taxa de transmissão de dados Gigabit e proporcionar uma estrutura expansível e totalmente gerenciável, com garantia de alto padrão de qualidade e confiabilidade.

✓ **Contratação da Infovia junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados/SERPRO** – a contratação do SERPRO foi feita por dispensa de licitação, objetivando a prestação dos serviços especializados em Tecnologia da Informação e Gerenciamento de Conexões à INFOVIA BRASÍLIA, estruturada sobre uma malha de cabeamento de fibra ótica de propriedade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

Os benefícios esperados com essa contratação são: (a) utilização dos serviços para atendimento às políticas públicas de governo e às necessidades específicas de cada órgão participante; (b) racionalização e redução dos custos, possibilitando melhoria na gestão e no desempenho; (c) interconexão das redes locais dos órgãos participantes, tornando viável a implementação de políticas específicas de acesso, segurança, privacidade e uso das informações; (d) padronização de soluções tecnológicas e fomento do desenvolvimento e da implantação de novas aplicações e serviços; (e) possibilidade de integração de dados, voz e imagem para os órgãos participantes.

✓ **Aquisição de Licenças e Serviços Microsoft** - visando à regularização das licenças instaladas e em uso no Ministério e da prestação de serviços em ambiente Microsoft.

Em levantamento realizado pela CGTI foi verificado que o parque de softwares do MME, além da falta de padronização, visto a existência de estações utilizando diversas versões de sistema operacional e de suíte de automação de escritório, apresentava divergência entre o número de licenças existentes e o número de equipamentos em uso (em torno de 700 microcomputadores).

Como é sabido, a falta de licenciamento para os softwares em uso é vedada pela Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

✓ **Aquisição de Licenças Linux** - visando a complementação das licenças deste Ministério foram adquiridas, no exercício anterior, 6 (seis) licenças do sistema operacional Linux Red Hat Enterprise Server, mediante regular processo licitatório.

✓ **Aquisição de Solução Cluster Firewall** - adesão deste Órgão à Ata de Registro de Preços do Tribunal Superior do Trabalho - TST:

Identificou-se a Ata de Registro de Preços do TST (PE nº 123/2005), cujo objeto atendia integralmente às necessidades deste Órgão e abarcava um item com Cluster Failover de Firewalls com dois nós, marca Check Point e Nokia - 01 appliance com solução Check Point.

✓ **Aquisição de Ferramenta IPS - Intrusion Prevention System** - adesão à Ata de Registro de Preços do Tribunal Superior do Trabalho - TST, para aquisição de um Sistema de Prevenção de Intrusão Proventia G400 + Site Protector:

Em ambientes críticos, como o existente na área de TI do MME, onde, a princípio, são mantidas informações de alta importância para a esfera governamental e para a sociedade brasileira, espera-se que o Órgão tenha dispositivos que garantam a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade dessas informações.

Apesar da pertinência das soluções outrora contratadas, uma suíte de gerenciamento de segurança necessita, inequivocamente, de outros componentes, entre eles destaque-se a utilização de ferramentas de prevenção de intrusão denominadas Intrusion Prevention System - IPS, que tem por objetivo monitorar o tráfego de rede, mediante análise de todo o tráfego IP, de forma a detectar ataques ou tráfegos não-autorizados, provenientes da rede externa ou interna do MME, e proteger os computadores.

✓ **Aquisição de Ferramenta Gestão de Risco** - o ambiente de tecnologia da informação, conforme já foi verificado, torna-se cada vez complexo e mais heterogêneo. Em consequência, crescem as ameaças (fraudes eletrônicas, acessos indevidos, vírus, programas mal intencionados, spam, spyware, hacker e phishing), além do processo de regulamentação e a legislação estarem cada vez mais complexas e exigentes no tocante à segurança da informação.

Assim, foi contratada uma empresa especializada em fornecimento de software de Análise de Riscos e Gestão do Conhecimento em Segurança da Informação, com a finalidade de dar autonomia ao Ministério para uso próprio em ambiente de tecnologia da informação, em conformidade com a NBR ISO/IEC 17799.

✓ **Aquisição de Ferramenta de Gerenciamento de Servidores e Estações de Trabalho** - a utilização de uma plataforma de gerenciamento permitirá ao corpo técnico do MME gerir efetivamente os recursos computacionais do órgão, aumentando o nível de disponibilidade da rede e garantindo um nível de serviço adequado às necessidades dos usuários. Dessa forma, efetuou-se contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de gerenciamento.

✓ **Treinamento Avançado de Pessoal para Manutenção da Solução de Business Intelligence - BI** - a contratação do CPqD para fornecimento de solução de Business Intelligence - BI, com foco nos 4 (quatro) segmentos finalísticos do MME (Luz para Todos, Produção Mineral, Monitoramento do Setor Elétrico e Monitoramento Econômico-Financeiro do Setor Elétrico), contemplou um workshop técnico, com duração de um dia, para o repasse de informações básicas à equipe da CGTI, o qual mostrou-se insuficiente na capacitação dos servidores incumbidos de administrar o referido sistema.

Dessa forma, identificou-se no Brasil, e com sede na cidade de São Paulo, as empresas Business Objects do Brasil Ltda e STK Consultoria Ltda - Softtek, como sendo, a primeira, a única subsidiária da Business Objects S/A no País e, a segunda, a única distribuidora master da Informática Corporation S/A na América Latina, estando ambas devidamente autorizadas a oferecer treinamentos relativos aos programas de Business Intelligence - BI e Power Center, respectivamente.

Por tal razão, foi instruído o processo de contratação, com fundamento no art. 25, combinado com o art.13 da Lei nº 8.666/93, **por inexigibilidade de licitação**, de modo a proporcionar treinamento operacional avançado para oito técnicos do Ministério, a ser ministrado no MME, em Brasília, em 6 módulos (10 dias), com fornecimento de todos os materiais didáticos necessários.

Nesse contexto, foi adquirido o **Licenciamento de Ferramenta ETL** - instrumento destinado à extração, transformação e carga de dados provenientes de diversos órgãos vinculados ao MME, assim como de sistemas transacionais deste Órgão, que integra a solução de Business Intelligence - BI implantada pelo CPqD. Assim, a CGTI somente procedeu à contratação dos serviços de manutenção evolutiva e de suporte para a ferramenta de informática já de propriedade do MME.

E ainda, a CGTI atuou junto aos programas de cooperação internacional, como o ESTAL e o PNUD, para desenvolvimento do projeto a seguir:

- **Segurança da Informação - PNUD:** prestação de serviços técnicos especializados destinados à elaboração de Projeto de Segurança da Informação do Ministério de Minas e Energia - MME, compreendendo os seguintes subprojetos: I - Análise de Riscos; II - Modelo de Gestão de Segurança da Informação; III - Plano Diretor de Segurança da Informação; IV - Política de Segurança da Informação; V - Plano de Recuperação de Desastres; e VI - Divulgação e Treinamento.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 Regimento Interno do MME - aprovado pela Portaria Ministerial nº 144, de 23/06/2006, publicado no DOU de 26/06/2006 - instrumento normativo que detalha a estrutura das unidades organizacionais, estabelece as competências das unidades e define as atribuições dos respectivos titulares.

Não obstante a edição do Decreto n ° 5.267, em 9/11/2004, o qual aprovou a nova estrutura regimental do Ministério de Minas e Energia e fixou o prazo de 90 dias para publicação dos regimentos internos decorrentes, o Órgão ficou à mercê das atribuições inseridas no regimento anterior por um longo período - nov/2004 a jun/2006.

Entretanto, em atendimento à recomendação expressa da equipe de auditoria da Secretaria Federal de Controle, a Coordenação de Modernização Administrativa da Subsecretaria consolidou as propostas de regimentos internos, com a participação das diversas Unidades Organizacionais do MME, documentos, até então, pendentes de aprovação, bem como procedeu às alterações propostas, com foco na urgente atualização desse normativo, para compatibilidade da nova estrutura com as atribuições pertinentes.

7.2 Portaria nº 56 SPOA/SE/MME, de 10/05/06 - tem como objetivo fixar critérios para circulação de veículos na garagem e para distribuição e uso de vagas reservadas às autoridades do MME e do MTur (sistema de cotas por unidade).

7.3 Norma Operacional - NO SPOA nº 001, de 15/2/2006 - Uso de Recursos de Tecnologia da Informação - tem como objetivo disciplinar o acesso à rede interna do MME; a administração e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação - TI; e orientar os usuários com perfis cadastrados e login habilitados quanto ao uso racional e responsável desses recursos, e ainda, estabelecer sanções para caso de uso indevido ou inadequado dos recursos disponibilizados.

7.4 Norma Operacional - NO SPOA nº 002, de 17/11/2006 - Estabelece procedimentos para regulamentar a coleta, o tratamento, a guarda e a disseminação das publicações oficiais, bem como a aquisição de material bibliográfico de natureza técnica e informativa no âmbito do Ministério.

7.5 Portaria SPOA nº 114, de 11/12/2006, publicada no BP Especial nº 39, de 15/12/2006, – estabelece o uso de formulário “Desligamento de Servidor” (Antecedentes) e os procedimentos para execução desse processo.

7.6 Portaria SPOA nº 118, de 18/12/2006 - publicada no BP Especial nº 40, de 22/12/2006, estabelece os procedimentos referentes à instauração de processo administrativo disciplinar, a serem observados no âmbito do Ministério.

7.7 Elaboração da minuta de Norma Operacional - Uso de Veículos Oficiais - tem como finalidade disciplinar o uso dos veículos oficiais do MME, em observância às regras ditadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP - IN nº 8/95-MARE, a qual prevê a utilização de veículos oficiais exclusivos somente por autoridades ocupantes de cargo de natureza especial (Ministro de Estado e Secretário-Executivo). Com a aprovação desse ato, será viabilizado o atendimento dos serviços de transporte mediante a implantação do “**Sistema de Pool**”.

7.8 Elaboração da minuta de Norma Operacional - Administração e utilização dos serviços de telefonia - Estabelece diretrizes e procedimentos para disciplinar a utilização dos serviços de telefonia de rede fixa e móvel celular no âmbito do MME.

7.9 Elaboração da minuta de Norma Operacional - Administração de Bens Patrimoniais - estabelece os procedimentos referentes ao uso, à guarda, à conservação e ao controle de bens patrimoniais (incorporação, registro, distribuição, movimentação, responsabilidade pela carga, apuração de irregularidades, baixa, alienação e outras formas de desfazimento de material).

7.10 Suporte Administrativo-Operacional à Extinta CBEE

A SPOA, na forma do Decreto nº 5.826, de 29/6/2006, que dispõe sobre o processo de inventariança da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, empreendeu esforços necessários a propiciar apoio administrativo, operacional e financeiro para o desempenho das atividades da Inventariança da extinta CBEE em suas ações administrativas, no que diz respeito ao pagamento da folha de pessoal, à prestação de serviços de postagem de correspondências, à publicação de matérias no DOU e ao fornecimento de combustível.

E ainda, a Subsecretaria subsidiou o processo de negociação entre a extinta CBEE e a Eletronorte visando à celebração de Contrato de Dação em pagamento, de modo a permitir o desenvolvimento das atividades de inventariança no mesmo local da antiga sede (no prédio da Eletronorte), com compartilhamento dos serviços de terceiros relativos ao condomínio e respectiva liquidação, mediante cessão de benfeitorias prediais realizadas e de alguns bens móveis da extinta empresa.

8. RESUMO DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO - SFCI/CGU

1/5

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERTINENTES À ÁREA DE ATUAÇÃO DA SPOA		
Unidade Gestora: 320011 - SPOA MME		
Tipo de Auditoria: Avaliação da Gestão		
Período examinado: 1º de jan a 31 de dez de 2005		
CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS
<p>Relatório de Auditoria nº 175.843/SFCI/CGU.</p> <p>- Item 3.1.1.1 (005): Portaria designativa do pregoeiro vencida à data de realização do pregão.</p>	<p>- Observar o prazo e a composição das portarias designativas de pregoeiros e equipe base, de modo a alternar a periodicidade e membros/pregoeiros designados, atendendo aos ditames legais.</p>	<p>Resposta por meio do Memo. nº 139/SPOA/MME, de 20/10/06, encaminhado ao Chefe de Gabinete da SE/MME, informando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os atos de designação dos novos pregoeiros do MME e da respectiva equipe de apoio foram refeitos no início do corrente exercício (fev/2006) por ação desta Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (Portaria SPOA nº 14, de 10/02/06, publicada no DOU2, de 21/02/06, e Portaria SPOA nº 15, de 20/02/06, veiculada no Boletim de Pessoal Especial nº 07, de 24/02/06). ✓ A vigência dos referidos atos é de um ano, conforme reza a legislação regente (art. 10, § 3º do Decreto nº 5.450/05 e art. 51, § 4º da Lei nº 8.666/93).
<p>Relatório de Auditoria nº 175.843/SFCI/CGU.</p> <p>- Item 3.2.1.1 (001): Não aplicação de multa contratual por atraso no reembolso de passagens não utilizadas.</p>	<p>- Que seja realizado o levantamento de todos os reembolsos efetuados nos períodos da execução do contrato, assim como os cálculos das multas a serem aplicadas conforme previsto no Contrato nº 071/2004.</p> <p>- Que se apure a responsabilidade pelo não cumprimento da Cláusula contratual.</p>	<p>Resposta por meio do Memo. nº 139/SPOA/MME, de 20/10/06, encaminhado ao Chefe de Gabinete da SE/MME, informando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ A Coordenação de Material e Execução Financeira desta Subsecretaria está concluindo o levantamento dos reembolsos das passagens emitidas pela contratada e não-utilizadas pelo MME, para posterior cálculo e aplicação das multas devidas. ✓ O reembolso será feito por meio de recolhimento (GRU) à Conta Única do Tesouro. ✓ Segundo informações constantes do Memorando nº 19 - DIPAS / COMEF / CGRL / SPOA / MME tal procedimento se deveu à anuência da Administração na gestão anterior. ✓ Todos os bilhetes emitidos e não-utilizados foram devidamente ressarcidos ao MME, sendo que o descumprimento do aludido contrato nesse quesito não causou maiores prejuízos à Administração. ✓ O Sistema Eletrônico de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP propiciou automatização dos procedimentos anteriores, melhorando o controle das devoluções de bilhetes não-utilizados e dos respectivos ressarcimentos.

CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS
		<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Contrato nº 071/04, embora suas bases tenham sido fixadas dentro das prerrogativas estabelecidas na legislação vigente, não oferece vantagens reais para a Administração, a exemplo da aplicação do percentual de desconto de 8% que não incide sobre as passagens promocionais, além de apresentar falhas na redação de suas cláusulas, o que dificulta o entendimento e, em consequência, o acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços (a cláusula ora questionada, que fixa o prazo de 15 dias para ressarcimento, é exemplo dessa situação, visto que não indica o referencial para sua contagem). ✓ Considerando a finalização da vigência do Contrato em comento - 28 de outubro/2006, esta gestão optou por formalizar nova contratação, de modo a aferir vantagens reais para o MME, mediante instauração de outro procedimento licitatório, com reformulação total das cláusulas anteriores (Processo nº 48000.002491/2006-53).
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 175.834/2005. - Item 3.1.1.2 (003)</p>	<p>- Que o setor competente, ao conceder Suprimento de Fundos oriente os servidores, para que seja observado o procedimento administrativo quanto à aplicação e à comprovação dos recursos, bem como proceder a uma análise no processo, antes de encaminhá-lo para aprovação.</p>	<p>Resposta à SFCI/CGU, mediante Ofício nº 96 SPOA/SE/MME, de 28/3/2007, encaminhando o Memorando nº 027/CGRL/SPOA/SE/MME, de 27/3/2007, que informa:</p> <p>Itens 3.1.1.2 (003) e 3.1.1.2 (004)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Há mais critério na concessão de suprimento de fundos, excluindo os servidores que tiveram problemas com a prestação de contas anteriores, até que eles estejam capacitados para administrar os recursos pertinentes, com fiel observância aos preceitos legais vigentes.
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 175.834/2005. - Item 3.1.1.2 (004)</p>	<p>- Os gestores devem observar que todos os bens e serviços recebidos ou prestados devem ser conferidos e devidamente atestados, conforme estabelecido no item 2.1.6.2 Macro função 2.11.21 do Manual do SIAFI, aprovado pela IN STN nº 05/96. Recomendamos que a Unidade adote as providências necessárias para sanar a ocorrência apontada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incluído no Plano Anual de Capacitação do MME para o ano de 2007, a cargo da CGRH, cursos específicos que contemplem a legislação em foco, a gestão eficiente dos recursos públicos e a responsabilidade fiscal. ✓ A CGRL busca sempre orientar os servidores com respeito aos procedimentos destinados à aplicação e comprovação dos recursos concedidos mediante suprimento de fundos. ✓ O resultado positivo dos procedimentos acima adotados já reflete no exercício de 2006, haja vista a ausência de questionamentos, por parte da Equipe de Auditoria, quanto à existência de irregularidades nos processos de concessão de suprimentos no referido ano.

CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 175.834/2005. - Item 5.1.1.1 (008)</p>	<p>- Estabelecer critérios rígidos de planejamento e controle, de modo formal e sistematizado, e apurar responsabilidades.</p>	<p>Itens 5.1.1.1 (008) e 5.1.2.1 (005)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ A medida foi adotada pelo fiscal do contrato, em caráter preventivo (no final do exercício de 2005), motivado pelas usuais dificuldades orçamentárias no início de exercícios vindouros. O fiscal tencionava assegurar um estoque satisfatório de combustível para atendimento das necessidades do MME no início de 2006, ou seja, até a conclusão do contrato seguinte. Assim, ele antecipou o último pedido por conta do contrato então vigente, cuja entrega ocorreu quando o tanque não estava totalmente vazio (o frete somente comporta pedidos de, no mínimo 5.000 litros de combustíveis). ✓ Dessa forma, cremos que não cabe a afirmação de que a entrega futura, prevista nas notas fiscais correspondentes, “caíra no esquecimento”, conforme registrado no relatório n.º 175.834 (fls233). ✓ Através das Notas Fiscais (natureza remessa) n.º 041674 e 043277, cópias anexas, cumprindo justificativa apresentada às fls. 236 do citado relatório, os 5.000 litros de álcool foram devidamente entregues neste Ministério em 26/04/2006 e os 5.000 litros de gasolina entregues em 27/06/2006, procedimentos acompanhados pessoalmente pelo Sr. Antônio Alves Assunção, atual fiscal do contrato, conforme comprovam as fotografias anexadas à presente resposta. ✓ Considerando que não ficou caracterizado prejuízo ao Erário e, tão pouco, houve má fé na atitude do fiscal, já exonerado do cargo em comissão (servidor não efetivo), entendemos não haver motivos para abertura de processo administrativo destinado à apuração de responsabilidade. ✓ Os critérios de planejamento e controle de armazenamento e requisições de combustível foram reforçados junto à área competente. O quantitativo a ser requisitado, de acordo com o estabelecido no contrato, somente poderá ocorrer quando for possível armazenar 5.000 litros de combustíveis, ou seja, baseia-se no estoque existente no tanque. Cabe ressaltar que o transporte de combustível é realizado mediante veículo com capacidade para 5.000 litros, ou mais. ✓ Para aprimorar as orientações aos servidores do MME, foi solicitado, para 2007, cursos de capacitação pertinentes à fiscalização de contratos.
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 175.834/2005. - Item 5.1.2.1 (005)</p>	<p>- Que seja efetuado ressarcimento aos cofres públicos dos valores pagos e não recebidos (R\$ 11.700,00). Que o fiscal do contrato seja solicitado a justificar o atesto do recebimento do produto, quando este não havia sido entregue; e, que os fiscais designados sejam orientados para o exercício de sua função, por meio de treinamento.</p>	

CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 175.834/2005.</p> <p>- Item 6.1.1.2</p>	<p>- Informar se foi feita a apuração de responsabilidade pelo extravio dos processos dos convênios nº 368.086, nº 291.179 e nº 341.301.</p>	<p>Resposta à SFCI/CGU, mediante Ofício nº 96 SPOA/SE/MME, de 28/3/2007, encaminhando o Memorando nº 024/CGOF/SPOA/SE/MME, de 26/3/2007, que informa:</p> <p>a) Convênio nº 291.179 Processo nº 48000.002784/99-22 - Convênio nº 003/2000-MME Conveniente: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás Unidade Responsável: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE</p> <p>✓ Durante o processo de análise financeira da prestação de contas final desse convênio, a CGOF emitiu a Nota nº. 100/CGOF/2006, de 18/07/06 (cópia anexa), solicitando diversas informações, esclarecimentos e providências. Entretanto o item 5 da mencionada Nota, que solicitava a apresentação de diversos documentos obrigatórios na composição da prestação de contas, não foi atendido, razão pela qual foi emitida a Nota nº 170/CGOF/2006, de 09/11/06 (cópia anexa), solicitando a apresentação de tais documentos, sem os quais a CGOF estaria impossibilitada de emitir qualquer pronunciamento.</p> <p>Obs.: O convênio nº 003/2000 foi requisitado pela Equipe de Auditoria/CGU (mar/2007).</p> <p>b) Convênio 368.086 Processo nº. 48519.000237/98-00 - Convênio nº 061/1997-MME Conveniente - Companhia de Engenharia Rural do Estado da Bahia - CERB Unidade Responsável: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral</p> <p>✓ Durante o processo de análise financeira da prestação de contas final desse convênio, a CGOF emitiu a Nota nº 066/CGOF/2006, de 25/05/06 (cópia anexa), solicitando diversas informações e esclarecimentos, assim como a apresentação de diversos documentos, sem os quais esta Coordenação-Geral estaria impossibilitada de emitir qualquer pronunciamento.</p> <p>Obs.: O processo foi reconstituído pela SGM/MME e encontra-se atualmente na CGOF para análise financeira da prestação de contas e de documentos recentemente juntados aos autos.</p>

CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS
		<p>c) Convênio 341.301 Convênio nº. 001/97 - DMME/ES Conveniente: Extinta Delegacia do Ministério de Minas e Energia do Estado do Espírito Santo - DMME/ES (1998). Unidade Responsável Atualmente: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Unidade Gestora - 320004, receptora do saldo contábil do convênio, quando da extinção da Delegacia do Espírito Santo do Ministério de Minas e Energia.</p> <p>✓ O Convênio não foi vinculado à análise financeira desta CGOF e se encontra atualmente na situação de “a comprovar”, não tendo sido feito o registro de baixa, pela extinta Delegacia, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.</p> <p>Obs.: A SPOA formalizará novos contatos com o CIEE/ES, na tentativa de viabilizar a baixa do saldo do referido convênio.</p>

9. DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - 2006 (Anexo II da DN-TCU nº 81/2006, item 14)

1/4

DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO DO TCU	PROVIDÊNCIA/SPOA
<p>Proc. TCU/TC nº 012.041/2005-7 (Acórdão nº 1.531/05)</p>	<p>- Determina a reabertura do prazo da Concorrência nº 01/05 por edital, conforme o disposto no art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93. - Recomenda ao MME que, ao realizar alterações em editais de licitação, atente para o prazo constante do art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93.</p>	<p>- Encaminhado, ao TCU, Ofício nº 02/06 - SPOA/SE/MME, de 10/01/06, com informações sobre a revogação da Concorrência nº 01/05 e a instauração e revogação do Pregão Eletrônico nº 42/05, que substituiu a referida concorrência. - Encaminhado ao TCU-SECEX 1ª, em 03/02/06, Ofício nº 18/06 - SPOA/SE/MME, em aditamento ao Ofício nº 02/06 SPOA/SE/MME, com informações sobre a não-realização do Pregão nº 42/05, ao tempo em que comunica adesão do MME à Ata de Registro de Preços nº 23/05 - TJDFT.</p>
<p>Proc. TCU - TC nº 019.701/2005-1</p>	<p>- Solicita informações sobre o Pregão Eletrônico nº 28/05, motivado por representação impetrada contra o MME - contratação de empresa para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva na central telefônica do MME, com fornecimento de peças e componentes.</p>	<p>- Encaminhada resposta ao TCU - Ofício nº 58/CGRL/SE/MME, em 21/02/06, com informações sobre o Pregão Eletrônico nº 28/05, que não obteve sucesso em razão da inabilitação da maior parte dos licitantes, pela não-confirmação da proposta e não-apresentação dos documentos de habilitação pelo único proponente vencedor, situação que motivou o cancelamento do item no Comprasnet.</p>
<p>Proc. TCU/TC nº 009.910/2004-8 (Ofício nº 756/06-TCU/SECEX 1ª, de 08/06/06)</p>	<p>- Encaminha cópia do Acórdão nº 1.240/06 para conhecimento. - Recomenda adoção de medidas com vistas à melhoria dos controles e acompanhamento patrimonial no âmbito do MME. - Recomenda baixa dos valores inscritos nas contas que menciona. - Recomenda cientificar os responsáveis da gestão anterior, acerca da publicação do Acórdão em questão.</p>	<p>- Encaminhada resposta ao TCU - Ofício nº 138/SPOA/SE/MME, em 22/06/06, com cópia do Memorando-Circular nº 31/SPOA/SE/MME à CGRL e CGTI, em 21/06/06, solicitando adoção de ação conjunta para melhoria do processo de controle e acompanhamento de bens patrimoniais. - Encaminhado Ofício nº 136 e Ofício nº 137/SPOA/SE/MME aos responsáveis pela gestão anterior, para conhecimento do Acórdão nº 1.240/06.</p>

DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO DO TCU	PROVIDÊNCIA/SPOA
<p>Proc. TCU/TC nº 010.809/2006-2</p> <p>(Ofício nº 757/06 TCU/SECEX/RJ - 3ª DT, de 06/06/06)</p>	<p>- Solicita informações e documentação sobre o Programa de Trabalho 25.752.0296.1C65.0033 - Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE Termorio, no prazo de 2 dias.</p>	<p>- Encaminhado Ofício nº 122/06 - SPOA/SE/MME, em 09/06/06, ao TCU/SECEX/RJ - 3ª DT solicitando prorrogação do prazo para resposta, uma vez que a execução do programa em questão não está ao encargo da SPOA. Anexada a Nota Técnica da CGOF nº 072/06.</p> <p>- Encaminhado Memorando nº 87/SPOA/SE/MME à Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE/SE, em 28/06/06, solicitando informações a respeito, tendo em vista sua atribuição regimental.</p> <p>- Encaminhada resposta ao TCU/SECEX/RJ - 3ª DT - Ofício nº 142/SPOA/SE/MME, em 28/06/06, em aditamento ao Ofício nº 122/06 - SPOA/SE/MME, com os documentos e informações prestadas pela AEGE/SE.</p>
<p>Proc. TCU/TC nº 009.510/2004-8</p> <p>(Of. nº 870/06 - TCU/SECEX 1ª, de 03/07/06)</p>	<p>- Acusa o recebimento do Ofício nº 138/SPOA/SE/MME.</p> <p>- Informa que as ações implementadas no âmbito da SPOA com vistas à melhoria dos controles e acompanhamento patrimonial serão auditadas futuramente.</p> <p>- Solicita empenho para localização dos documentos relativos aos valores inscritos nas contas que menciona, objetivando a respectiva baixa dos saldos “a comprovar” (extinta Delegacia do MME-PR), e considera a questão não-resolvida.</p>	<p>- Pendente. A CGRL solicitou orientação ao Assessor Especial de Controle Interno do MME, para proceder a baixa dos saldos em questão, uma vez que falta a documentação comprobatória da execução dos convênios (extinta Delegacia do MME-PR/1998).</p> <p>- Encaminhado Ofício nº 199/06-SPOA/SE/MME, em 27/10/06, dirigido à 1ª SECEX/TCU, informando sobre a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (Portaria SPOA nº 93/06) e, ainda, a localização do equipamento denunciado como “desaparecido”, o qual deverá ser reintegrado ao Patrimônio deste Órgão, com posterior inserção em processo de desfazimento de material.</p>

DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO DO TCU	PROVIDÊNCIA/SPOA
<p>Proc. TCU/TC nº 009.059/2004-1</p> <p>(Ofício nº 3.038/06 - TCU/SECEX 1ª, de 06/07/06)</p>	<p>- Encaminha o Acórdão nº 1.604/06 para conhecimento.</p> <p>- Recomenda solicitar crédito suplementar para concessão de recursos à CPRM, com vistas ao pagamento de débito à ANEEL.</p>	<p>- Encaminhado Ofício nº 150/06 – SPOA/SE/MME à CPRM, em 13/06/06, com cópia do acórdão em questão para conhecimento, e sugere o envio de expediente à SOF para solicitar o crédito suplementar necessário ao pagamento do débito pendente junto à ANEEL.</p> <p>- A solicitação de crédito adicional, no valor de R\$ 1.000.000,00, foi encaminhada para a SOF/MP, via SIDOR, por meio do Ofício nº 098/CGOF/2006, de 14/09/2006, e aprovada por meio da Lei nº 11.411, de 15 de dezembro de 2007.</p> <p>- Encaminhado resposta ao TCU - Ofício n 180/SPOA/SE/MME, em 15/09/06, com cópia da solicitação de crédito correspondente (Ofício nº 098/CGOF/2006, gerado por meio do SIDOR e dirigido à SOF/MP).</p>
<p>Proc. TCU/TC nº 005.275/2006-4</p> <p>Ofício nº 3.106/06 - TCU-SECOB, de 30/10/06</p>	<p>- Determina que a SPOA encaminhe cópia do demonstrativo contendo a relação dos projetos de grande vulto, conforme definido no art. 3º, da Lei nº 10.933, de 11/08/04.</p>	<p>- Encaminhado Ofício nº 208/SPOA/SE/MME, de 07/11/06, com a informação de que este Órgão não possui projetos de obras de grande vulto na forma estabelecida na mencionada lei.</p>
<p>Proc. TCU/TC nº 013.007/2005-4</p> <p>(Aviso. Nº 1.937-SGS/TCU - Plenário, de 08/11/06)</p> <p>(Ofício nº 853/06 - TCUSECEX 1ª)</p>	<p>- Encaminha, ao Ministro de Minas e Energia, cópia do Acórdão nº 2.043/2006-TCU/Plenário para ciência.</p> <p>- Encaminha cópia do Acórdão nº 996/06 para conhecimento.</p> <p>- Determina a conclusão do procedimento licitatório com vistas à contratação dos serviços de assistência à saúde dos servidores.</p>	<p>- O TCU deliberou por não conhecer o expediente (Ofício nº 1.134/SE-MME, de 31/06/06 SE/MME) encaminhado com explicações sobre as razões que ensejaram o não-cumprimento de determinação daquela egrégia Corte no que pertine à conclusão de processo licitatório para contratação dos serviços de assistência à saúde dos servidores.</p> <p>- Encaminhada resposta ao TCU - Ofício nº 1.134/06 - SE/MME, em 31/06/06, com informações a respeito da não-contratação dos serviços de assistência à saúde dos servidores por meio de procedimento licitatório, tendo em vista a edição da Lei nº 11.302/06, que permite a contratação de empresas de autogestão para prestação desse tipo de serviço.</p>

DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO DO TCU	PROVIDÊNCIA/SPOA
<p>Proc. TCU/TC nº 026.170/2006-4 (Ofício nº 3.347/06-TCU/SECEX-1ª, de 28/11/06)</p>	<p>- Solicita ao Secretário-Executivo, informações/esclarecimentos sobre a situação atual da assistência à saúde dos servidores do MME.</p>	<p>- Despachado ao Sr. José Carlos, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva, em restituição, com informações sobre o expediente elaborado pela CONJUR (Nota Técnica a ser enviada ao TCU por Aviso do Ministro), que atende à solicitação em questão e entra com recurso contra o Acórdão nº 996/06.</p>
<p>Proc. TCU/TC nº 017.812/2006-0 (Ofício nº 3.101/06 - TCU/SECEX 1ª, de 14/08/06) (Ofício nº 3.413/06, TCU/SECEX-1ª, de 14/12/06) (Ofício nº 3.415/06 - TCU/SECEX-1ª, de 14/12/06)</p>	<p>- Requer a suspensão do Pregão nº 17/06, para análise de Representação impetrada contra o MME.</p> <p>- Requer informações acerca dos procedimentos adotados por este MME no Pregão nº 17/06, destinado à contratação de empresa para fornecimento e instalação de uma solução contemplando um Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos (ADSC).</p> <p>- Encaminha cópia do Acórdão nº 2.392/06 - TCU/Plenário, para ciência e adoção de providências do Sr. Secretário-Executivo.</p> <p>- Solicita adoção de providências por parte deste MME, no prazo de 15 dias, para anulação do Pregão nº 17/06-MME.</p> <p>- Encaminha cópia do Acórdão nº 2.392/06 - TCU/Plenário, para ciência do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração.</p> <p>- Solicita adoção de providências por parte deste MME, no prazo de 15 dias, para anulação do Pregão nº 17/06-MME.</p>	<p>- Encaminhada resposta ao TCU - Ofício nº 165/SPOA/SE/MME, em 15/08/06, com informações a respeito da pretensa contratação e documentação comprobatória.</p> <p>- Encaminhado o Memorando nº 169/SPOA/SE/MME ao Sr. Secretário-Executivo, em 20/12/06, com informações a respeito da anulação do Pregão nº 17/06-MME.</p> <p>- Encaminhado Memorando nº 168/SPOA/SE/MME à Coordenação-Geral de Compras e Contratos/CGCC, com cópia do Acórdão nº 2.392/06 para conhecimento das informações pertinentes.</p> <p>- Encaminhada resposta ao TCU - Ofício nº 240/SPOA/SE/MME, em 19/12/06, com informações sobre a anulação do Pregão nº 17/06 e cópia do ato decorrente.</p>

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desempenho de suas funções regimentais, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração atuou na dinâmica dos segmentos que a integram, aderentes aos sistemas federais de Administração de Recursos Humanos, de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática e de Serviços Gerias, e, ainda, dos processos relativos à organização e modernização administrativa.

Nos resultados alcançados no exercício de 2006, buscou-se imprimir maior eficácia e eficiência ao atendimento dos usuários dos serviços prestados pela SPOA, espelhando, dessa forma, os esforços do corpo funcional da Subsecretaria, que muito contribuíram para o cumprimento das competências do Ministério.

MARCELO CRUZ

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e
Administração

MAX LOPES BEZERRA

Coordenador-Geral de
Orçamento e Finanças

SÉRGIO LUIZ BARBOSA

Coordenador-Geral de
Tecnologia da Informação

ANA SOARES DOS SANTOS OLIVEIRA

Coordenadora-Geral de
Recursos Humanos

**ANDREA CRISTINA ANDRADE
SANTOS CARVALHO**

Coordenadora-Geral de
Recursos Logísticos

SIMONE MÁRCIA BORGES

Coordenadora-Geral de
Compras e Contratos

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL - SGM

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) desenvolve suas ações em dois Programas: PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL E GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS. A implementação dos programas é feita por meio de execução própria e convênios com entidades públicas e privadas nacionais. A SGM tem como objetivo a formulação e o acompanhamento das Políticas Públicas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, sejam realizadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, ou pela própria Secretaria.

4.1 PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL (1069)

Este Programa conta com duas ações principais: Estudos para o Planejamento do Setor Mineral e Capacitação para a Mineração Sustentável.

4.1.1 Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

4.1.1.1 Estudos para a criação do Conselho Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – CONAGEM

A mineração brasileira sempre demandou um fórum onde todos os atores envolvidos possam compartilhar suas experiências e contribuir na formulação das políticas do setor. Este espaço já havia sido pensado, pois em 1994 foi criado o Conselho Nacional de Recursos Minerais, presidido pelo Presidente da República. Por muitas razões, este Conselho, na prática, não chegou sequer a se instituir.

No ano de 2006, SGM, a partir da realização de reuniões com diversos órgãos representativos dos governos federal, estaduais e municipais, empresários, trabalhadores e setor acadêmico, definiu-se proposta de decreto para a criação do CONAGEM. O fórum será um órgão consultivo subordinado ao Ministério de Minas e Energia, tendo como objetivo a proposição de políticas e ações para o setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. A proposta já tramita internamente no MME e deve ser encaminhada à Casa Civil nos primeiros meses de 2007.

4.1.1.2 Plano de Cargos, Carreira e Salários do DNPM

A aprovação do Plano de Carreira do DNPM, após sanção da Lei nº 11.046/2004, possibilitou a recomposição do quadro da autarquia com a abertura de 300 novas vagas (sendo 97 finalísticas) em 2006. Estas novas contratações realizadas, depois de quase 20 anos sem a realização de concursos foram um marco significativo na história da autarquia, possibilitando agora a implantação efetiva de novos processos e métodos mais eficientes de controle e gestão da mineração brasileira.

4.1.1.3 Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM

A política de modernização do DNPM tem sido implementada por meio de um conjunto de ações que incluem a revisão dos macro-processos da autarquia e a implantação de novos processos baseados na tecnologia da informação.

Uma segunda ação diz respeito à depuração da base de dados, que possibilitou a eliminação de inconsistências e a unificação da própria operação do Cadastro Mineiro. Com mais de 132.207 processos depurados em 2005, tal ação é fundamental para garantir a segurança operacional do sistema a ser implantado.

Os estudos de modernização da gestão do DNPM contaram com a parceria do consórcio Fundação Instituto de Administração, IDS - SCHERR e Memora e com recursos do Projeto ESTAL. Tal contrato objetivou garantir para DNPM o pleno exercício de suas funções de estado na gestão dos recursos minerais brasileiros com base nos seguintes propósitos:

- a. desburocratizar os processos e procedimentos de gestão técnica-operacional e administrativa;
- b. desenvolver novas bases conceituais de gestão institucional;
- c. aperfeiçoar o exercício das funções de estado, aprimorando os sistemas de sanções à inadimplência e cobrança de dívidas;
- d. modernizar e simplificar rotinas e procedimentos;
- e. estabelecer procedimentos para o planejamento da ação institucional otimizando os aspectos orçamentários e financeiros, de forma a garantir o alcance de resultados positivos ao desenvolvimento da produção mineral brasileira;
- f. definir uma estrutura organizacional compatível com a missão e os desafios a serem enfrentados;
- g. revisar e aperfeiçoar normas e procedimentos relativos às rotinas e gestão.

Os estudos foram concluídos e seus resultados, contidos em 20 relatórios técnicos e quatro relatórios finais, foram apresentados para a SGM e para a diretoria do DNPM.

4.1.3.4 O Plano de Capacitação do DNPM

A SGM/MME, com o apoio da SE/MME e do DNPM, sintonizados com o que preceitua a Lei nº 11.046, de 2004, especialmente em seus artigos 10º, 11º e 13º, bem como o Decreto nº 5.707, de 23/02/06, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional iniciaram a prática de estabelecimento de PLANOS PLURIANUAIS DE CAPACITAÇÃO – PPC, no âmbito do DNPM, reforçado pelo Levantamento de Necessidades de Capacitação, realizado em 2005, com vigência para o biênio 2006/2007.

4.1.1.5 Plano de Carreiras, Cargos e Salários da CPRM

A SGM encaminhou e vem acompanhando os pleitos da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM-SGB) junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG, relativos à implantação de um novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários, assim como do Plano de Desligamento Incentivado. As propostas estão sendo analisadas pelo Departamento

de Controle das Estatais, com perspectivas de aprovação e implantação no primeiro semestre de 2007.

4.1.1.6 Reestruturação Organizacional da CPRM / PNUD

O desenvolvimento e a implementação de um Projeto de Reestruturação Organizacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é hoje uma necessidade clara. Para tanto, tal reestruturação foi prevista no Projeto de Cooperação Técnica BRA/01/039 – Apoio à Reestruturação do Setor Energético firmado entre o Ministério de Minas e Energia na qualidade de Beneficiário, o PNUD e o Governo brasileiro. Neste sentido, foi aberto edital internacional para submissão de propostas técnicas em atendimento ao Edital PNUD nº 40-9125/2006, que visa a contratação de Consultoria Especializada.

Em fins de dezembro de 2006, o processo de contratação estava na fase de avaliação técnica das propostas apresentadas por 10 empresas de consultoria que atenderam ao edital.

4.1.1.7 Suplementação Orçamentária para SGM, DNPM 2006

A SGM apresentou, em conjunto com o DNPM, uma proposta de suplementação orçamentária. Para a SGM, a suplementação, no valor de R\$6.000.000,00, iria permitir a realização de novos convênios com instituições de pesquisa, universidades e com o Fundo Mineral, ampliando o escopo de ações previstas no PPA 2003-2007. No entanto, tal suplementação não se concretizou, pois não foi aceito o cancelamento previsto em aumento de receita. Para o DNPM, a suplementação viabilizou recursos para capacitação (R\$1.050.000,00), gestão (R\$6.805.498,00) e fiscalização (R\$2.200.000,00), totalizando R\$10.055.498,00.

4.1.1.8 Outorga Mineira

A SGM analisa e instrui os processos de direitos minerários para efeito de portaria de lavra, portaria de indeferimento de lavra, portaria de caducidade de lavra, nulidade de portaria de lavra, portaria de retificação de lavra, portaria de desmembramento de lavra, portaria de lavra de englobamento de área e portaria de aditamento de novas substâncias. Para o aperfeiçoamento da gestão deste processo, foram avaliados procedimentos de melhoria para otimizar o fluxo processual de direitos minerários quanto ao cumprimento da legislação vigente e de procedimentos (IN/DNPM).

O quadro abaixo sintetiza a natureza e volume de processos acompanhados pela SGM em 2006:

OUTORGAS DE LAVRA 2006	PORTARIAS RETIFICADAS	INDEFERIMENTOS	CADUCIDADES	RECURSOS HIERÁRQUICO
436	09	21	3	74

4.1.1.9 Projeto de Lei da Outorga em tempo real.

A modernização dos procedimentos de outorga do DNPM tem como objetivo garantir uma gestão mais eficiente, transparente e segura da outorga dos títulos minerários no Brasil. A outorga de títulos em tempo real, portanto, mais do que um novo processo, se configura como um novo paradigma para o setor mineral brasileiro.

Para a viabilização desta mudança, é necessário definir um conjunto de mudanças legais de suporte. Tais mudanças estão previstas na forma de um Projeto de Lei, elaborado por um Grupo de Trabalho (DNPM/SGM) e amplamente discutido pelos setores competentes. Após análise pela SGM e DNPM, o texto final foi validado pela CONJUR/MME e foi enviado à Casa Civil, para ser enviado ao Congresso Nacional.

4.1.1.10 Projeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas

As terras indígenas correspondem a 12% do território nacional e a 25% da Amazônia. Nestas terras, os títulos minerários encontram-se sobrestados desde a promulgação da Constituição de 1988, que acolheu a possibilidade de mineração nestes locais, desde que condicionada à regulamentação em lei específica.

Para a regulamentação do Art. 231 da CF foi elaborado um anteprojeto de Projeto de Lei por Grupo Interministerial, formado pelo Ministério de Minas e Energia, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Nacional do Índio - FUNAI e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI, coordenado pelo Ministério da Justiça. Em 2006 a proposta do PL foi consolidada e está recebendo sugestões das Comunidades Indígenas e o Setor Mineral, para então ser encaminhado à Casa Civil e Congresso Nacional.

4.1.1.11 Projeto de Lei de Mineração em Faixa de Fronteiras

A legislação brasileira impede o exercício da mineração em faixa de fronteira por empresas cuja composição de capital seja majoritariamente internacional. Esta faixa corresponde a uma região fronteiriça com 150 km de largura. Considerando a extensão da fronteira brasileira, que atinge 16.886 Km, esta restrição reduz o investimento para o uso produtivo de uma área de 27, 30% do território nacional. Para resolver estas questões, o MME coordenou ampla discussão com os ministérios competentes, que resultou na elaboração de um projeto de lei que altera o artigo da lei de fronteira referente à mineração. Este projeto autoriza a mineração nesta zona por empresas com mais de 51% de capital internacional, desde que acompanhada de projetos que agreguem valor ao produto mineral.

4.1.1.12 Projeto de Lei - Estatuto do Garimpeiro

Em atendimento à demanda apresentada por entidades do setor, a SGM auxiliou na elaboração de um instrumento legal, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, apresentado como projeto de lei, para resolver os impasses causados pela Lei nº 7805, de 1989, que desconsiderou os efeitos do término da matrícula garimpeira. Consolidado após a realização de reuniões com lideranças garimpeiras, o Projeto de Lei nº 7505/2006, foi encaminhado ao Congresso Nacional em dezembro de 2006.

4.1.1.13 Diagnósticos do Setor Mineral dos Estados

A necessidade de interação entre governo federal e órgãos estaduais relacionados com o setor mineral tem levado a SGM a estabelecer convênios com diversos estados da federação para a elaboração de Diagnósticos do Setor Mineral. Em 2006, convênio desta natureza foi assinado com o Estado do Rio de Janeiro.

4.1.1.14 Plano Nacional de Agregados

A SGM tem promovido um amplo debate nacional para o fortalecimento do setor mineral de agregados, por meio da criação de uma Comissão Governamental (formada pelo MME/SGM, DNPM e CPRM). O objetivo é contribuir na formulação de uma política nacional de agregados. O Plano Nacional de Agregados está em fase de consolidação final do documento que estipula prioridades para as ações neste importante setor.

4. 1.1.15 Regularização dos Direitos Minerários da CPRM.

A SGM constituiu Grupo de Trabalho (por meio das Portarias n°s 108 e 236) para a regularização dos direitos minerários da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.

O relatório final do GT concluiu por recomendar a seleção dos direitos minerários dos projetos Caulim do Rio Capim (PA), Níquel de Morro do Engenho e Santa Fé (GO), Cobre de Bom Jardim (GO) e Carvão Mineral (RS) como prioritário para o encaminhamento de processos licitatórios de transferências de titularidades. Também foi recomendada a constituição imediata de consultoria para avaliação econômica e formulação dos respectivos editais.

Uma segunda fase de trabalho foi iniciada com a continuação do GT no âmbito da CPRM e com o objetivo específico de encaminhar as recomendações indicadas anteriormente.

4. 1.1.16 Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2003, 2004, 2005 e 2006

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia vem, desde 1995, editando o Anuário Estatístico do Setor. Fruto da participação técnica da SGM/MME e da colaboração de empresas, associações e órgãos oficiais vinculados ao setor, o Anuário tem sido colocado à disposição dos interessados em bases anuais.

Em outubro de 2006, foi publicado a 12ª edição do Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico, contendo informações e dados estatísticos e sócios-econômicos relevantes sobre a siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não-ferrosos e fundição do país, referentes ao período 2001-2005. Os dados e as informações publicados neste anuário devem servir como fonte de consulta diferenciada para a análise de tendências e tomada de decisões no setor mineiro-metalúrgico.

4.1.1.17 Anuário Estatístico de Setores de Transformação de Não-Metálicos – 2006

A SGM publicou, em dezembro de 2006, a primeira edição do Anuário Estatístico de Setores de Transformação de Não-Metálicos. Esta publicação contém dados estatísticos e sócio-econômicos relevantes sobre cimento, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, vidros e cal, referentes ao período de 2003 a 2005, com o propósito de servir como fonte de consulta para análise de tendências e instrumento balizador de tomada de decisão por técnicos e empresários ligados a esses setores. Este Anuário é resultado de um trabalho conjunto entre a equipe técnica da SGM/MME e empresas, associações e órgãos oficiais vinculados ao setor e deverá ser mantido.

4.1.1.18 Sinopse da Mineração e Transformação Mineral no Brasil 2006

A SGM lançou, em dezembro de 2006, a primeira edição de um *folder* com o resumo do desempenho da Mineração, Metalurgia e dos Não-Metálicos, contendo dados estatísticos e sócio-econômicos sobre siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não-ferrosos e fundição, cerâmica estrutural e de revestimento, cimento, vidros e cal. Esta sinopse divulgou também os desempenhos destes setores em termos de consumo de energia, indicadores ambientais e de reciclagem de produtos, dentre outros dados.

4.1.1.19 Restauração e Revitalização do Museu de Ciências da Terra

O *Museu de Ciências da Terra* caracteriza-se como um centro de pesquisa e de difusão do conhecimento da Geologia e da Mineração no país. O Museu abriga hoje a maior coleção de fósseis do Brasil (um milhão de exemplares); valioso acervo de amostras de rochas (quinze mil); minerais (sete mil); meteoritos (doze), e uma biblioteca com noventa mil volumes de publicações periódicas, o que representa um testemunho significativo da evolução histórica da mineração e da pesquisa geológica brasileiras.

Para fortalecer o Museu, a SGM busca restaurar e revitalizar este espaço privilegiado de educação científica e cultural desde 2003. No Seminário Nacional realizado em fevereiro em 2006, foi constituída Comissão da SGM/CPRM/DNPM que indicou como sua primeira tarefa a elaboração de um projeto executivo, que deverá conter os projetos Científico/Museológico, Museográfico /Expográfico /Arquitetônico/ Complementares, além de um estudo para definição do novo modelo institucional e gerencial do museu. Os custos deste projeto executivo foram orçados em cerca de R\$ 900 mil reais, e a SGM assinou, em fins de 2006, juntamente com DNPM, CPRM e IBRAM um protocolo de cooperação para viabilização destes recursos.

4.1.1.20 Projeto Séries Históricas do Setor Mineral

Contratado em 2006, este projeto visa resgatar, dos Anuários e Sumários não digitalizados, os dados de produção, consumo, exportação e importação de 50 substâncias minerais produzidas no país, atualizando-os e tornando-os disponíveis pela *internet*. A execução deste projeto está a cargo do CETEM/MCT.

4.1.1.21 Projeto Manual de Agregados

Contratado em 2006, este projeto visa dar suporte à elaboração de um Manual de Agregados, publicação ainda inexistente no país, de forma a contribuir no fortalecimento técnico deste importante segmento mineral. O Manual deverá conter diversos capítulos abordando geologia, lavra, beneficiamento, aspectos ambientais e de aplicação dos agregados. Sua execução está a cargo do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCT) e Associação Nacional dos Produtores de Agregados para a Construção Civil (ANEPAC), contando com a colaboração de especialistas no assunto.

4.1.1.22 Estudo da Economia Mineral Chinesa e sua relação com o Brasil

Com duração de 18 meses, o projeto visa nuclear um grupo de estudos para pesquisar a economia mineral chinesa, de forma a elaborar prognósticos sobre sua evolução e rebatimentos no Brasil, em termos de demanda externa para alguns bens minerais. A execução

está a cargo da Fundação Educativa Ouro Preto, contando com participação de pesquisadores da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto.

4.1.1.23 Projeto Rochas Ornamentais do Tocantins

O Estado do Tocantins tem buscado estimular a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do setor mineral do estado. Uma das principais ações do Governo Estadual foi o fortalecimento da Companhia Estadual de Mineração, a MINERATINS, após um longo período de inatividade. A elaboração do catálogo das rochas ornamentais foi uma proposição decorrente do Projeto: Diagnóstico do Setor Mineral do Estado (projeto em curso e financiado pela SGM), que reconheceu a potencialidade do setor de rochas ornamentais para o Estado do Tocantins.

4.1.1.24 Projeto Análise da Cadeia Produtiva do setor de mineração de rochas para a produção de agregados no Estado de Goiás, com vistas ao aproveitamento dos resíduos em aplicações geotécnicas

Este projeto, a ser executado pela Universidade de Brasília foi firmado no ano de 2006. Tem como foco o estudo do setor de produção de rochas ornamentais do estado de Goiás, com vistas aos seguintes objetivos finalísticos: caracterizar as jazidas do estado, propondo melhorias nos planos de lavra com vistas à diminuição de resíduos e aumento da eficiência do processo bem como avaliar o potencial de uso dos rejeitos em aplicações geotécnicas, especialmente de uso alternativo.

4.1. 2. Projetos para ampliar e disseminar o conhecimento geológico do Território

4.1.2.1 Projeto Piloto de Investimentos Públicos

Conforme o acordo estabelecido com o Fundo Monetário Internacional em 2004, o Governo Brasileiro constituiu um fundo especial para investimentos em projetos de infra-estrutura, equivalente a 0,15 % do PIB por ano, valor atualmente estimado em cerca de R\$ 10 bilhões, para o período de 2005 a 2007, sacados do superávit fiscal. Esse fundo, denominado Projeto-Piloto de Investimentos - PPI constitui uma instância orçamentária à parte do OGU, gerido por um Comitê Gestor integrado pela Casa Civil e os Ministérios do Planejamento e Fazenda.

Num esforço conjunto de planejamento da SGM e da CPRM, conseguiu-se a inclusão no PPI 2007 do Governo Federal de 22 projetos do Serviço Geológico do Brasil, no valor total de R\$ 24,6 milhões.

4.1.2.2 Acompanhamento do Programa Geologia do Brasil

Em 2003, completavam-se quase vinte anos de paralisação dos levantamentos geológicos sistemáticos do país, incluindo os levantamentos aerogeofísicos. No intuito de se reverter este quadro, foi criado o Programa Geologia do Brasil no PPA 2004-2007, que estabeleceu algumas ações, dentre elas a de Levantamentos Geológicos e Levantamentos Aerogeofísicos, para dar suporte ao processo de retomada dos levantamentos territoriais demandados pela comunidade usuária de dados geológicos.

Naquele ano, apenas cerca de 6% do território brasileiro podiam ser considerados mapeados na escala 1:100.000, ou seja, a escala adequada para a indução de

investimentos no setor mineral, orientação de políticas públicas de ordenamento territorial e apoio ao planejamento ambiental.

Para superação desta carência, o PGB estabeleceu uma meta ambiciosa de recobrir 4% do território ao ano, com mapeamentos geológicos e aerogeofísicos, meta que ainda não foi atingida, em função de limitações operacionais do Serviço Geológico do Brasil, CPRM e dos contingenciamentos orçamentários vivenciados no período.

As metas propostas compreenderam:

- a) Levantamento aerogeofísico de 3.000.000 Km², com custo estimado em R\$ 276.000.000 e previsão de 3 anos para conclusão.
- b) . Mapeamento geológico na Amazônia de 2.100.000 Km², com custo estimado de R\$ 440.000.000 e previsão de 8 anos;
- c) Mapeamento geológico no restante do país de 2.061.000 Km², com custo estimado de R\$ 344.000.000 e previsão de 8 anos.

Para o monitoramento destas ações, a SGM, através da DGPM, realiza periodicamente a avaliação do Programa Geologia do Brasil, em conjunto com a CPRM. Trata-se de uma avaliação qualitativa de produtos e processos, visando detectar imperfeições em curso e sugestão de procedimentos pertinentes. Para tanto, em 2006, foram realizadas várias reuniões e seminários específicos, que contaram com a participação de universidades, e resultaram na produção de planilhas com sugestões e de um Guia de Mapeamento Geológico (que deverá ser publicado pela CPRM).

4.1.2.3. Mapa 1:2.500.000 e SIG dos Domínios Aquíferos do Brasil

A Política Nacional de Recursos Hídricos vem abordando a questão da gestão de águas subterrâneas de uma forma cada vez mais explícita. A demanda daí gerada implica na elaboração dos limites dos sistemas aquíferos brasileiros, que na sua melhor e mais apropriada formulação deveria ser elaborada pelo Serviço Geológico do Brasil.

A gestão do conhecimento que propiciou a elaboração deste Mapa, em dez meses, foi a soma da experiência dos técnicos geólogos e hidrogeólogos da CPRM, a base de dados da geologia consistida no *Geobank* e as informações hidrogeológicas do SIAGAS.

4.1.2.4. Plataforma Continental - REMPLAC

O REMPLAC tem o objetivo de conhecer o fundo e o sub-fundo marinho da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e suas implicações para a avaliação dos seus recursos minerais, questões ambientais, manejo e gestão integrada. Ele foi instituído pela CIRM, por meio da Resolução nº 004/97/CIRM, de 03/12/97, e, para o seu gerenciamento, foi criado um Comitê Executivo.

A SGM como coordenadora do REMPLAC trabalhou nos últimos dois anos com o objetivo de resgatar o Programa, visto que desde a sua criação pouco foi executado para alcançar os seus objetivos. A estratégia traçada pela SGM/MME envolve o resgate da Divisão de Geologia Marinha da CPRM e a busca de recursos financeiros.

Até o final do ano de 2006, foram levantados mais de R\$ 7 milhões de reais para o desenvolvimento das atividades do REMPLAC (entre 2006 e 2008), dentre elas:

- a) Integração e Sistematização de Informações;
- b) Levantamentos Sistemáticos;
- c) Levantamentos Temáticos; e
- d) Estudos de Viabilidade Econômica e Técnica.

Os recursos voltados para a realização das três últimas atividades são provenientes dos Fundos Setoriais CT - Mineral e CT - Energia (R\$ 1,25 milhões) e dos recursos disponibilizados para a CPRM por meio do PPI. (R\$ 1,5 milhões). Com respeito à consolidação da infra-estrutura das embarcações necessárias para a realização dos projetos, os primeiros equipamentos estão sendo adquiridos com recursos disponibilizados pela FINEP (R\$ 2,25 milhões) por meio da “Chamada Pública MCT / FINEP / Ação Transversal Equipamentos Multiusuários 04/2006”, que envolveu mais de 110 doutores pertencentes a 32 instituições de pesquisa do país.

Em 2006, foi, igualmente, acordado um convênio entre a SGM e a ABIPTI com o objetivo de efetuar a sistematização e integração das informações geológicas e geofísicas da Plataforma Continental, através da construção de um banco de dados georeferenciados associado a um Sistema de Informações Geográficas, bem como elaboradas diretrizes normativas para o levantamento e armazenamento de informações geológicas e geofísicas.

4.1.2.5 Mapa da Geodiversidade do Brasil

Realizado na escala 1:2.500.000, o *Mapa e SIG Geodiversidade do Brasil* foi apresentado, pela CPRM, no XLIII Congresso Brasileiro de Geologia em Aracaju (2006). Este mapa foi concebido com o objetivo de oferecer aos diversos segmentos da sociedade brasileira, uma tradução do conhecimento geológico-científico, com vistas a sua aplicação ao uso adequado do território.

Como legenda expandida do Mapa Geodiversidade do Brasil, a SGM apoiou ainda a publicação de 2.000 exemplares do Atlas Ilustrado e com fotografias, acompanhado do CD com o sistema SIG e da base de dados do Geodiversidade, contendo informações sobre a geologia de processos superficiais atuais e o patrimônio geológico para geoparques, em linguagem acessível para além do universo especialista, bem como recomendações de medidas

para aproveitamento das potencialidades geológicas e orientações quanto às restrições e limites do meio físico para infra-estruturas lineares regionais, como rodovias, dutovias e linhas de transmissão.

4.1.2.6 Hidrologia

Foi contratado projeto com financiamento ESTAL que objetiva prover assistência técnica para dar suporte à implementação e desenvolvimento do novo modelo do setor elétrico nacional, mediante contratação de estudos e serviços de consultoria orientados para o fornecimento de subsídios técnicos aos formuladores de políticas públicas. Com enquadramento no *Componente Fortalecimento das Unidades do MME - Minas e Metalurgia (5.B.6), Sub-componente Metodologias de Planejamento da Expansão (4.A.1)*, o projeto proposto está em fase final de contratação. Este projeto diz respeito ao "Desenvolvimento de Sistema para Difusão de Dados e Informações Hidrogeológicas *via web*", tendo como escopo a reformulação do módulo *web* de difusão de dados do SIAGAS, denominado SIAGAS WEB e sua integração a um servidor de mapas, a partir da utilização de *software* livre.

4.1.2.5. Potencial para o aproveitamento de combustíveis fósseis sólidos como insumo energético nas regiões norte e nordeste do Brasil

Este estudo é de grande importância para o desenvolvimento desta região do país, já que é sabido que na região amazônica há um custo elevado na geração de energia elétrica devido aos custos operacionais das termelétricas movidas a óleo diesel. Por outro lado, haveria vantagem econômica na implantação da opção turfa, pois estudos preliminares apontam para a existência de um bom potencial de ocorrência de turfa na região.

Tal convênio também deverá permitir a reavaliação e aprofundamento das pesquisas geológicas de carvão na Bacia do Parnaíba, bem como a avaliação da viabilidade técnica do aproveitamento de turfa e carvão para o abastecimento elétrico das regiões norte e nordeste. A SGM assumiu a coordenação técnica deste projeto no ano de 2006.

4.1.2.7 Implantação da Rede Nacional de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais

A Rede Nacional de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais (Rede Geochronos), inaugurada oficialmente em dezembro de 2006, nasceu de uma ação da SGM com o apoio da Petrobras. A implantação e operação da Rede Geochronos é uma ação de longo prazo, que deverá ser lançada no PPA 2008-2011 como projeto da SGM. Esta rede visa garantir que o Brasil domine o ciclo completo das aplicações laboratoriais em estudos e ensaios de geocronologia e geoquímica, com aplicações em geologia, geodinâmica, petróleo e estudos ambientais.

Para a implantação da Rede, foram investidos quase R\$ 20 milhões de reais, tendo sido realizada melhoria de infra-estrutura física e implantação de novos laboratórios nas Universidades Federais do Pará (UFPA), Rio Grande do Sul (UFRGS) de Brasília (UnB) além da Universidade de São Paulo (USP).

4.1.2.8. Ordenamento Territorial/PNUD

Este Projeto, contratado em 2006, tem como objetivo construir cenários e propor indicadores que permitam estabelecer fluxos, normativas e programas de ação para subsidiar instrumentos a serem pactuados de políticas públicas de Ordenamento Territorial Geomineiro, de modo a permitir a gestão compartilhada do território nacional, que reflita demandas e soluções de competência e atribuição da SGM.

O projeto se insere como principal instrumento de política pública do Departamento de Geologia e Produção Mineral da SGM, no contexto do planejamento da produção de conhecimento em Geologia e da resolução propositiva de conflitos de base territorial, no sentido de buscar promover a produção mineral sustentável, frente às demais políticas de ordenamento territorial nacional, quando considerados os recursos naturais de interesse nacional, como o meio físico geológico e os recursos minerais.

4.1.2.9. Ações de Ordenamento Territorial: ZEE, PNOT, PNAP

A SGM atuou em 2006, nas representações das comissões coordenadoras do CCZEE (Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico), CCPNAP (Comissão Coordenadora do Plano Nacional de Áreas Protegidas) e no PNOT (Plano Nacional de Ordenamento Territorial).

Nesta atuação, A SGM apensou contribuições aos documentos do PNOT (coordenado pelo Ministério da Integração), ao Decreto do ZEE, aprovado na CCZEE (coordenada pelo MMA) em novembro de 2006 e ao PNAP, cuja Comissão Coordenadora realizou sua primeira reunião em novembro de 2006.

Do ponto de vista conceitual, a SGM, em suas contribuições, tem procurado considerar e desenvolver estratégias e metodologias para integrar escalas temporais e espaciais, articulando visões de curto, médio e longo prazo. Adicionalmente, a SGM tem procurado enfatizar a importância da amplitude e a concepção, que se espera de uma política de ordenamento territorial para o desenvolvimento sustentável do país, no sentido que a mesma deverá considerar, além do próprio processo histórico de ocupação, as especificidades regionais, as características tecnológicas dos processos e intervenções, as escalas espaciais e temporais decorrentes e as diferenças econômicas, sociais e regionais para a construção irrevogável de uma visão integrada de país

4.1.2.10 Revitalização de poços MME/Petrobras/MDS

O Serviço Geológico do Brasil, no âmbito de vários convênios, entre eles o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM), cadastrou cerca de 127 mil poços inativos de água subterrânea, 96 mil na região semi-árida nordestina. Até o final de 2006, foram reativados 481 poços em todo Brasil, distribuídos em 174 municípios, beneficiando 63.956 famílias, 90% delas no semi-árido nordestino.

4.1.3. Estudos e Projetos para a sustentabilidade na mineração

4.1.3.1. Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral (Etapa 1)

Este Programa, iniciado em 2005 e com continuidade em 2006, estuda a situação dos pequenos empreendimentos de produção mineral de ouro (em reservas garimpeiras), agregados da construção civil e minerais industriais e gemas nos seus principais pólos de concentração no país, para que, a partir de suas caracterizações, se planeje ações que viabilizem a formalização deste setor no curto e no médio prazo.

Tal objetivo geral é desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

- Fomentar e apoiar a regularização de Título Minerário, Licença Ambiental e de outros requisitos legais.
- Fomentar e apoiar a organização social e da produção mineral nas pequenas unidades produtivas, com incentivo para a formação de cooperativas;
- Fomentar e apoiar a capacitação técnica e em gestão dos empreendedores das pequenas unidades produtivas, sejam empresas e/ou cooperativas.

Desde o momento de sua implantação, o Programa tem sido executado nas seguintes áreas:

NATUREZA DO EMPREENDIMENTO	LOCAL
Reserva Garimpeira de Ouro	Tapajós – PA
Agregados: da Construção Civil (Brita e Areia)	Regiões metropolitanas de Belém, Porto Alegre, São Luiz , Recife e em 35 municípios do Rio Grande do Sul
Argila	Teresina (PI), Tenente Ananias (PI), Itaoca (SP), região metropolitana de Curitiba e em 22 municípios no norte do Paraná
Gemas e Minerais Industriais	Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Minas Gerais) e Nordeste (Paraíba e Rio Grande do Norte)
Gemas	Taquaruçu, Igrejinha e Itariri (SP): Ametista.
Rocha Ornamental	Serra da Canastra (MG): Quartzito

4.1.3.2 Programa Nacional de Cooperativismo e Outras Formas Associativas de Trabalho na Mineração

A formação de cooperativas ou outras formas de organizações associativas tem sido largamente utilizada em todo o mundo em vários setores da economia com o objetivo de otimizar a utilização de recursos financeiros e infra-estrutura física para a produção, com resultados muito positivos. Nesta linha, foram concebidos projetos de capacitação, que incluíram a realização de dois Seminários Nacionais e de uma capacitação in loco sobre cooperativismo. Esta última foi executada pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP, abrangendo sete municípios em Minas Gerais.

Os dois seminários sobre Cooperativismo e Outras Formas Associativas de Trabalho na Mineração, realizados nos anos de 2005 e 2006, contaram com a parceria da Secretaria de Economia Solidária – SDS, do Ministério do Trabalho e Emprego. Nestes eventos, foram discutidos aspectos relativos à implantação de cooperativas e de outras formas associativas, organização nacional da pequena mineração e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da pequena e média mineração. No ano de 2005, o evento realizado em Brasília contou com mais de 350 participantes (num total de 146 entidades). No ano de 2006, o evento contou com 280 participantes. As principais conclusões do I Seminário foram divulgadas através de um boletim denominado: CooperAÇÃO na MinerAÇÃO e as do II Seminário no CD dos Anais do Evento.

4.1.3.3 Implantação de Agenda 21 do Setor Mineral

A SGM tem como um dos seus principais focos o desenvolvimento sustentável da mineração. Tal atuação é necessária tendo em vista que os paradigmas da relação meio ambiente versus desenvolvimento econômico mudaram substancialmente nos últimos anos e, de forma particular, em relação às atividades minerárias.

A Agenda 21, que é um programa internacional, do qual são signatários mais de 170 países, e vem sendo conduzida no Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente, traduz exatamente o tipo de desenvolvimento que se quer reproduzir no setor mineral. Nesse sentido, a SGM/DDSM iniciou ações de mobilização e fomento à implantação de Agenda 21 do Setor Mineral em alguns municípios mineradores.

Até o momento, alguns municípios já receberam as ações iniciais de mobilização para a Agenda 21 Mineral. São eles: Paracatu (MG), Nova Lima (MG), Ouro Preto (MG), Corumbá (MT), Teófilo Otoni (MG), Araçuaí/Coronel Murta e Itinga (MG), Paraupébas (PA) e Criciúma (SC).

4.1.3.4 Implementação de Projeto Piloto de Apoio e Fomento à Implantação da Agenda 21 do Setor Mineral

Este projeto, iniciado em 2006, consiste no desenvolvimento de metodologias e procedimentos de fomento e apoio à implantação da Agenda 21 Local do Setor Mineral em localidades que mantêm a pequena e média mineração como um foco importante no processo de geração de emprego e renda. Além do porte da produção mineral, os municípios alvos do projeto foram selecionados pelo nível de mobilização demonstrado através de demandas espontâneas do poder público local, sociedade e do próprio setor, por programas de sustentabilidade da mineração.

Serão obtidos os seguintes produtos: Banco de Dados contendo as principais riquezas minerais, informações geológicas e de títulos minerários existentes na região; cartilha com os principais conteúdos do Banco de Dados; Relatório contendo o diagnóstico do setor mineral, com proposta de um cronograma de ações necessárias para solucionar os problemas encontrados; Plano de Ações para o desenvolvimento sustentável do município ou região e Capacitação do poder público local e sociedade na elaboração de projetos para solicitação de recursos para implantação da Agenda 21 e/ou consecução do plano de ação de desenvolvimento sustentável.

4.1.3.5 Regularização dos Direitos Minerários de Serra Pelada e de outras áreas

Desde o encerramento das atividades garimpeiras em Serra Pelada, ainda na década de 80, esta região continua gerando tensões sociais por conta de disputas de títulos minerários e do desejo de milhares de garimpeiros de continuarem a trabalhar no local. Para a solução definitiva destes problemas, o MME agiu de maneira conciliatória, porém firme. Como ação inicial, foi decidido que os garimpeiros ex-associados da Coogar deveriam retornar ao associativismo por meio de sua adesão à cooperativa COOMIGASP (etapa já cumprida). Em fins de 2006, a Comissão Interministerial, que discutiu a possibilidade de entrega do título minerário a esta Cooperativa desde que seja reconhecida a legalidade da atual direção, o que ocorreu no início de 1997.

4.1.3.6 Criação do Portal de Apoio ao Pequeno Produtor Mineral - PORMIN

Lançado em novembro de 2006, o PORMIN divulga pela *internet*, informações tecnológicas, gerenciais e de mercado sobre bens minerais, legislação ambiental, mineral, de saúde e segurança, para atendimento do setor mineral brasileiro. Além de apresentar casos de sucesso, o PORMIN inclui, também, *links* com o DNPM, CPRM, dentre outros órgãos ligados ao setor, contribuindo para democratizar o acesso às informações indispensáveis ao desenvolvimento da mineração no país. O portal é apresentado em linguagem simples e acessível a todos para cumprir o seu objetivo principal de contribuir no desenvolvimento dos pequenos mineradores do Brasil

4.1.3.7 Inclusão Digital do Pequeno Produtor Mineral: Implantação de Telecentros Minerais.

As informações disponibilizadas no Portal do Pequeno Produtor Mineral, bem como o acesso ao DNPM, são de extrema importância para o pequeno produtor, tanto para a sua capacitação técnica e gerencial quanto para o seu processo de formalização. Neste último caso, o novo processo de Outorga *On line*, em implantação pelo DNPM, poderá se constituir em fator de exclusão dos pequenos produtores que buscam sua formalização através da obtenção de títulos minerários, por falta de acesso à *Internet*.

O Projeto de Implantação de Telecentros Minerais, portanto, foi concebido para reduzir tais dificuldades. O desenvolvimento do projeto contou com a parceria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, através de convênio firmado entre a SGM e Secretaria de Desenvolvimento Industrial – SDI.

No global, foram disponibilizados pelo MDIC e MME 350 computadores e 35 servidores, respectivamente, totalizando a montagem de 35 (trinta e cinco) Telecentros Minerais.

4.1.3.8 Cursos de Capacitação no Setor de Agregados para Construção Civil

O Programa de Capacitação de Gestores de Empresas Mineradoras de Agregados para a Construção Civil foi desenvolvido em parceria da SGM com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC, a partir da oferta gratuita de uma série de cursos destinados à modernização da gestão do negócio. Este Programa busca estimular a sustentabilidade socioeconômica do setor produtivo de agregados por meio de melhoria tecnológica dos processos, minimização dos impactos ambientais e ampliação de mercados.

Os temas focados pelo Programa foram escolhidos através de uma ampla consulta aos produtores de agregados nas diversas regiões do país e foram abordados por uma equipe de instrutores com competência reconhecida nacionalmente.

Cada tema foi desenvolvido em um módulo com duração de quatro horas e cada curso totalizou uma carga horária de dezesseis horas. No ano de 2006, foram oferecidos cursos em 50 localidades no país, atingindo uma clientela de 1529 participantes.

4.1.3.9 Capacitação Tecnológica do Setor Oleiro Cerâmico

A SGM/MME, em convênio com a ADIMB, disponibilizou um curso para o segmento das micro e pequenas empresas do setor oleiro-cerâmico, em 14 Estados brasileiros, tendo sido selecionado o Instituto de Pesquisas do Estado de São Paulo – IPT e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial –SENAI/PI para ministrá-lo (ambas são entidades de notório saber na área).

Além da capacitação técnica, o curso teve o objetivo de mobilizar os participantes para a formação de cooperativa, agregação de valor, através da constituição de APLs e, principalmente, para a formalização do setor.

Iniciados em 2005, os cursos tiveram continuidade em 2005, sendo oferecidos em 12 localidades, atingindo um público total neste ano de 386 participantes.

4.1.3.10 Capacitação em Lavra e Beneficiamento de Gemas no Rio Grande do Sul

O projeto foi conduzido pela Fundação Vale do Taquaril – FUVATES - visando promover a capacitação tecnológica em lavra e beneficiamento de gemas – ametista, citrino e ágata - em cooperativas de garimpeiros e pequenas unidades empresariais comunitárias nos municípios de Ametista do Sul, Salto do Jacuí, São Martinho da Serra, e Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul, que formam o Arranjo Produtivo de Gemas e Jóias do Rio Grande do Sul. As ações têm como princípio norteador o desenvolvimento sustentável dos garimpos, fundamentado em processos de aprendizagem coletiva e formas associativas de atuação.

As cooperativas contempladas pelo Projeto são as seguintes (incluindo áreas de atuação): COOGAMAI (Ametista do Sul e municípios adjacentes), COOPERAGATA (Salto do Jacuí e municípios adjacentes), COOMAR (São Martinho da Serra e municípios adjacentes) e COOPERGEMA (Quaraí e municípios adjacentes).

Em fins de 2006, a SGM efetuou um convênio com a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, com o objetivo de se efetuar *in locu* as condições em se dá o processo de trabalho da COOGAMAI, identificando o perfil dos trabalhadores e causas dos problemas por eles enfrentados e apresentando ao final um modelo de autogestão sustentável.

4.1.3.11 Conselho Nacional de Recursos Hídricos

A SGM participa como membro suplente no Plenário do CNRH e como titular na Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR.

No ano de 2006, a SGM participou de duas reuniões ordinárias e duas extraordinárias. Neste período, foi aprovada a Resolução 55, que trata da documentação para a outorga de uso da água na mineração.

A Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR se reuniu 10 vezes no ano de 2006 e tratou, basicamente, da proposta da resolução de integração entre o DNPM e os órgãos outorgantes de recursos hídricos, enfocando diretamente a questão das águas minerais, sendo que seis delas foram realizadas em conjunto com a CT de Águas Subterrâneas.

Atualmente, a SGM participa do grupo de trabalho que elabora a resolução de integração entre o DNPM e os órgãos outorgante de recursos hídricos enfocando diretamente águas minerais. A SGM também acompanha a elaboração da norma que trata de proteção de águas subterrâneas cujo grupo de trabalho é vinculado à CT de Águas Subterrâneas.

4.1.3.12 Conselho Nacional de Meio Ambiente

A SGM participa como membro suplente no Plenário do CONAMA e na Câmara Técnica de Assuntos Minerários, Energéticos e de Infra-estrutura. No ano de 2006, a SGM participou de quatro reuniões ordinárias e quatro extraordinárias junto ao Plenário.

Durante 2005 e 2006, foram aprovadas algumas resoluções de interesse direto da mineração, como a Resolução 357, que trata de Classificação de Águas Superficiais, a Resolução 369, que trata de Mineração em APP, a Resolução 371, que trata de Compensação Ambiental e a Resolução 382, que trata de Emissão de Gases por Fontes Fixas. Cada uma dessas resoluções foi objeto de construção negociada em grupos de trabalho, analisada posteriormente em Câmara Técnica específica, depois na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e, finalmente, no Plenário do CONAMA.

Para a aprovação dessas normas, foram necessárias várias reuniões, como foi o caso da Resolução 369, que foi o resultado de cinco reuniões específicas para sua conclusão.

A SGM participou de outras CTs, em especial a de Assuntos Jurídicos, a de Controle e Qualidade Ambiental, Gestão Territorial e Biomas, a de Florestas e Demais Áreas de Proteção, totalizando 21 reuniões. A SGM participou também de Seminários promovidos pelo CONAMA, em especial o que tratava das atividades em APP.

Atualmente a SGM acompanha a resolução que trata da Classificação de Águas Subterrâneas que está sendo construída em um grupo de trabalho vinculado à CT de Controle e Qualidade Ambiental.

4.1.3.13 Grupo de Trabalho Serra da Canastra

O Grupo de Trabalho Interministerial Serra da Canastra foi criado por um Decreto de 24 de janeiro de 2006 para realizar estudos e propor medidas relativas à revisão dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra - PNSC, no prazo de noventa dias contados da data de instalação do Grupo. O GTI foi composto por representantes da Casa Civil da Presidência da República (na coordenação), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Após diversas reuniões internas e externas, com a presença de representantes da sociedade civil, poder público, deputados e senadores e de uma audiência pública, o relatório final do GTI decidiu pela elaboração de um PL com o redesenho do Parque, ficando o IBAMA, no prazo de 90 dias (até 31 de julho de 2006), como responsável pela sua elaboração.

4.1.3.14 Conceituação de Baixo Impacto nas Atividades Mineraias/PNUD

Projeto proposto pela SGM ao PNUD com o objetivo de conceituar e propor definições, embasadas em critérios estritamente técnico-científicos, sobre a forma de se enquadrar empreendimentos e atividades na área mineral no que tange à mensuração da magnitude dos impactos ambientais eventualmente decorrentes de sua implantação. Os resultados desta avaliação são extremamente importantes, sobretudo com relação aos licenciamentos ambientais.

O produto final da conceituação técnico-científica de baixo impacto é uma proposta de Resolução a ser apresentada à Câmara Técnica de Mineração do CONAMA. Este projeto se justifica pela necessidade de normatização conceitual, no que diz respeito à legislação ambiental, devido à ocorrência de debates e sugestão de propostas baseadas em conceitos vagos, de insignificante substrato científico, que em geral estão dificultando o fomento da atividade mineral de forma sustentável.

4.1.3.15 Pesquisa Mineral e Licenciamento Ambiental/PNUD

Projeto proposto ao PNUD pela SGM para subsidiar a discussão que aumenta nos órgãos ambientais sobre a necessidade ou não de licenciamento ambiental para a realização de atividades de pesquisa mineral. Objetivando conceituar e estabelecer critérios de impacto ambiental das diferentes modalidades de pesquisa mineral, em diferentes ambientes, este projeto foi desenvolvido para subsidiar a proposição de um *marco regulatório* no que diz respeito à dispensa de licença ambiental para atividades de Pesquisa Mineral. O projeto também prevê a proposição de instrumentos a serem utilizados para o licenciamento ambiental, no caso de comprovação da existência de impactos ambientais mensuráveis.

4.1.3.16 Conceituação de Atributos de Cavidades Naturais que Podem Ser Impeditivos Para as Atividades Mineraias/PNUD

As cavernas, cavidades naturais formadas, em sua maior parte, pela dissolução do carbonato de cálcio, costumam abrigar sítios importantes no que diz respeito ao conteúdo fossilífero, a presença de inscrições rupestres e de importante conteúdo faunístico. Entretanto, levando-se em consideração que nem toda cavidade natural tem relevância neste sentido, a sua

existência não se configuraria como um elemento impeditivo à atividade mineral, especialmente no caso da indústria cimenteira.

Este é um campo problemático para a atividade mineira. Para minimizar a ocorrência de conflitos com órgãos ambientais, passíveis de convergir para avaliações pouco científicas ou balizadas apenas pelo senso comum, e, ao mesmo tempo, contribuir para a normatização de procedimentos, a SGM propôs este projeto ao PNUD. Trata-se de contratação de serviços especializados para conceituar e definir critérios para a definição de um *ranking* de relevância de cavidades naturais, considerando-se os aspectos ecológicos, paleontológicos, arqueológicos, cênicos e culturais no sentido de se fortalecer a sustentabilidade da atividade de mineração em zonas de *karstes* e outras cavidades naturais.

O produto final da conceituação técnico-científica de relevância das cavidades naturais e de seus impedimentos para a mineração é uma proposta de Resolução a ser apresentada à Câmara Técnica de Mineração do CONAMA.

4.1.3.17 Passivo Ambiental da Mineração/PNUD

Este é um projeto elaborado e apresentado pela SGM ao PNUD para contratação de serviços especializados de consultoria. Seus objetivos envolvem: i) conceituação e proposição de definições sobre passivos ambientais provocados pela atividade; ii) proposição de um Termo de Referência que subsidie a futura contratação de serviços para avaliação de empreendimentos com passivos ambientais.

4.1.3.18 ALAP da BR 163

A SGM atuou no Sub-grupo de Trabalho, composto por vários Ministérios e órgãos vinculados que realizou diversas reuniões e chegou a apresentar uma proposta em agosto de 2005, que foi, posteriormente apresentada e discutida com o Governo do Estado do Pará e prefeitos municipais da região. Além disso, a proposta foi submetida a consultas públicas entre os dias 16 e 23 de setembro de 2006 nas cidades de Belém, Novo Progresso, Itaituba e Jacareacanga.

Após esses procedimentos, o MMA enviou ao Presidente a proposta de Decretos de criação das cinco unidades de conservação, os quais foram aprovados e publicados em 01 de dezembro de 2005.

4.1.3.19 Distrito Florestal BR 163

A criação do Distrito Florestal da BR 163 foi parte das atividades do Plano de Controle do desmatamento na Amazônia. Embora, basicamente, a legislação seja voltada para atividades de exploração sustentável da floresta, não houve conflito na inclusão das atividades minerárias no contexto do DF BR 163.

Dado o potencial metalogenético da área, referendado por levantamentos geológicos preliminares da CPRM e alguns dados de pesquisa mineral realizados por empresas, além da existência de um grande número de garimpos irregulares na área de abrangência do DF BR 163, foram apresentadas uma série de ações locais, apresentadas no Quadro a seguir.

AÇÕES	PERÍODO	INVESTIMENTO
Mapeamento, georeferenciamento e diagnóstico minero-ambiental da atividade garimpeira e de extração de areia e argila, com fins de suas regularizações	2º Semestre de 2006	R\$ 700.000,00
Mapeamento geológico e metalogenético do Distrito Mineiro do Tapajós	1º semestre de 2007	R\$ 1.000.000,00
Implantação de projeto de promoção de Boas Práticas Sócio- Ambientais para a Extração Mineral.	1º Semestre de 2007	R\$ 500.000,00
Estabelecimento de uma estratégia de promoção da sustentabilidade econômica, social e ambiental para os garimpeiros incluindo a sua inserção em outras atividades produtivas sustentáveis.	1º Semestre de 2007	R\$ 300.000,00

4.1.3.20 Arranjos Produtivos Locais – APLs

Os APLs integram hoje a Política Industrial do Governo Federal- PITCE. Neste sentido os Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral desempenham um papel importante no desenvolvimento local. Com isso a SGM/MME em parceria com o MCT-CTmineral e MDIC-Fórum de Competitividade da Cadeia de Gemas e Jóias têm formulado Políticas de apoio a agregação de valor e viabilização de projetos mineiros em torno de arranjos produtivos, com ações Integradas e Articuladas entre esses Órgãos, concentrando os esforços governamentais e a otimização dos recursos financeiros e Humanos. Através da Inovação, Cooperação e Aprendizado Interativo como fatores de Competitividade Sustentada. Nos últimos quatro anos a SGM participou da instalação, organização e viabilização de 21 APLs nas diversas regiões do país, sendo que no ano de 2006 foram implantados cinco novos APLs.

4.2. PROGRAMA GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

4.2.1. Participação nos Grupos de Estudos do Cobre, Chumbo/Zinco e Níquel

O Brasil, com a aprovação pelo Congresso Nacional em 2006, tornou-se membro do Grupo Internacional de Estudos do Níquel (GIEN). A SGM/MME vem envidando esforços para que o País, também, participe dos Grupos Internacionais de Estudos do Chumbo e Zinco (GIECZ), e do Cobre (GIEC), que já tramitam no Congresso Nacional. A participação do Brasil nesses grupos de estudos é importante do ponto de vista das relações inter-governamentais e atende aos interesses do Setor Brasileiro de Metais Não-Ferrosos.

4.2.2. Outras atividades internacionais

A SGM participou no ano de 2006 de diversos fóruns internacionais, dentre eles cabendo listar:

MERCOSUL

A SGM, como coordenadora nacional do Subgrupo de Trabalho 15 – SGT-15 Mineração, participou de duas reuniões semestrais, com destaque na reunião realizada no Brasil, durante o segundo semestre, sob a sua coordenação, quando foi decidida a elaboração do Mapa de Integração Geológica e de Recursos Minerais dos Países do Mercosul, na escala 1:1.000.000, em SIG, entre outros assuntos.

CAMMA Conferência Anual dos Ministérios de Minas das Américas

Trata-se de um mecanismo de consultas e coordenação política do Setor Mineral nas Américas e como representante do MME nesse fórum, a SGM tem participado de reuniões e de teleconferências defendendo sempre os interesses do Setor Mineral Brasileiro

FORUM INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MINERAÇÃO, MINERAIS, METAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esse fórum tem o propósito de servir de mecanismo para o cumprimento de compromissos assumidos pela comunidade mundial, funcionando como uma extensão de outros foros, promovendo um diálogo global não só intergovernamental como também com a comunidade, verificando a interligação no contexto do desenvolvimento sustentável. O Brasil, por intermédio da SGM foi um dos seus sócios fundadores e tem participado de todas as reuniões promovidas.

MISSÕES INTERNACIONAIS

Durante o ano, a SGM participou de 2 importantes missões internacionais, na Argélia e em Moçambique, com o objetivo de implementar ações a serem desenvolvidas por intermédio de cooperação técnica bilateral, como no caso da Argélia, ou promovendo a ação de empresas brasileiras privadas ou estatais do Setor Mineral no exterior, como no caso de Moçambique, além de promover a cooperação técnica em atividades geológicas dos dois países..

SCPC – Sistema de Certificação do Processo de Kimberley.

A SGM, como coordenadora geral e ponto focal do SCPC no Brasil, além de participar de todos os encontros internacionais, tem sugerido e acompanhado a política do DNPM para o Grupo de Trabalho de Produção Aluvionar de Diamantes, do SCPC, como Coordenadora Geral para a América do Sul

Acompanhamento das políticas internacionais da CPRM e DNPM

A SGM tem sugerido e acompanhado as políticas internacionais levadas a termo pela CPRM e pelo DNPM, incentivando a cooperação técnica bilateral entre esses e as instituições congêneres de outros países, principalmente da África e da América do Sul, bem como recebendo cooperação técnica de outros países em temas ainda não dominados pelas instituições brasileiras, ou capacitando os seus técnicos por intermédio de cursos “latu” e “stricto sensu” no exterior.

GRUPOS INTERNACIONAIS DE ESTUDOS

A SGM representou o MME nos seguintes grupos internacionais de estudos: Grupo Internacional de Estudo do Níquel, como associada; Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco - GIECZ e Grupo Internacional de Estudo do Cobre - GIEC, como convidada. Os processos de associação no GIECZ e no GIEC encontram-se em tramitação no Congresso Brasileiro, após a devida aprovação da Presidência da República.

PDAC- Prospectors & Developers Association of Canadá

O Brasil participou desse evento realizado anualmente em Toronto, Canadá, tratando-se de um fórum de oportunidades de negócios no Setor Mineral, cabendo às empresas e instituições participantes a apresentação de projetos específicos visando a atrair potenciais investidores, bem como, no nível macro, salientar as vantagens comparativas dos diversos países representados. A participação brasileira é liderada pelo MME, por intermédio da SGM

4.3. CONVÊNIOS FIRMADOS EM 2006

Identificação do Termo Inicial Aditivo (Nº/Processo/Termo/Data/Assinatura/Vigência)	Objeto da Avença	Data da Publicação DOU	Valor Total Pactuado (R\$ 1,00)	Valor Total Transferido no exercício (R\$ 1,00)	Contrapartida no Exercício (R\$ 1,00)	Beneficiado Razão Social/CNPJ
Portaria Nº 276 de 31/08/2006 Processo Nº 48000.002074/2006-19 Vigência – set/06 a ago/07	Séries Históricas do Setor Mineral Brasileiro (MINERALDATA)	05/09/2006	123.000	45.000	24.000	Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT 04074457/0001-00
Portaria Nº 277, de 31/08/2006 Processo Nº 48000.002082/2006-57 Vigência – set/06 a ago/07	Manual de Agregados para a Construção Civil	05/09/2006	61.000	40.000	21.000	Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT 04074457/0001-00
Convênio Nº 00002/2006-MME Processo Nº 48000.001523/2006-01 Vigência – 29/06/2006 a 28/06/2007	Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Rio de Janeiro	30/06/2006	160.000	60.000	40.000	Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – DRM – RJ 28522894/0001-07
Convênio Nº 0006/2006 Processo Nº 48000.002964/2006-12 Vigência – dez/07	Sistematização e Integração Dados Geológicos da Plataforma Continental Jurídica Brasileira	27/12/2006	330.000	280.000	50.000	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológicas ABIPIT 00631739/0001-00
Convênio Nº 0000/2006 MME Processo Nº 48000.2968/2006-09 Vigência – 22/12/06 a 21/12/07	Catálogo de Rochas Ornamentais do Estado do Tocantins	26/12/2006	172.000	143.400	28.600	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN-TO 33206723/0001-09
Convênio Nº 00013/2006 Processo Nº 48000.001644/2006-45 Vigência – dez/06 a jun/07	Inclusão Digital do Pequeno Produtor Mineral	28/12/2006	195.060	105.000	11.240	Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto – FEOP 00306770/0001-67
Convênio Simplificado Nº 0008/2006 Processo Nº 48000.002987/2006-27 Vigência dez/06 a mai/08	Análise da Cadeia Produtiva Agregados do Estado de Goiás	29/12/2006	319.800	183.800	136.000	Fundação Universidade de Brasília – FUB/UNB 00038174/0001-43
Convênio Simplicado Nº 0009/2006 Processo Nº 48000.002061/2006-31 Vigência 27/12/06 a 20/06/07	Implantação de Telecentros Minerais	28/12/2006	177.200	136.000	16.000	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FUB/UNB 00038174/0001-43

Identificação do Termo Inicial Aditivo (Nº/Processo/Termo/Data/Assinatura/Vigência)	Objeto da Avença	Data da Publicação DOU	Valor Total Pactuado (R\$ 1,00)	Valor Total Transferido no exercício (R\$ 1,00)	Contrapartida no Exercício (R\$ 1,00)	Beneficiado Razão Social/CNPJ
Convênio Simplificado Nº 0010/2006 Processo Nº 48000.003023/2006-04 Vigência – 22/12/06 a 30/06/07	Economia Mineral da China e sua Relação com o Brasil	26/12/2006	45.100	40.100	5.000	Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto – FEOP 00306770/0001-67
Convênio Simplificado Nº 00011/2006 Processo Nº 48000.003014/2006-13 Vigência – 22/12/06 a 31/05/07	Diagnóstico da Cooperativa de Garimpeiros do Alto Médio Uruguai – RS	28/12/2006	69.300	63.000	6.300	Associação Nacional Trabalhadores Empresas Alto Gestão e Participação Acionária – ANTEAG 00.532.332/0001-17

4.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2006							R\$1,00
UNIDADE / PROGRAMA / AÇÃO / GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	LIMITE FINAL (B)	EMPENHADO 31/12/2006 (C)	LIQUIDADO 31/12/2006 (D)	SALDO (B-D)	% (D/B)	
0681-GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	270.000	53.312	53.312	53.312	0	100,00%	
Contribuição ao Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco - GIECZ	90.000	0	0	0	0		
Outras Despesas Correntes (Anexo I)	90.000	0	0	0	0		
Contribuição ao Grupo Internacional de Estudos do Cobre - GIEC	90.000	0	0	0	0		
Outras Despesas Correntes (Anexo I)	90.000	0	0	0	0		
Contribuição ao Grupo Internacional de Estudo do Níquel - GIEN	90.000	53.312	53.312	53.312	0	100,00%	
Outras Despesas Correntes (Anexo I)	90.000	53.312	53.312	53.312	0	100,00%	
1069-GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL	4.430.000	3.713.770	3.012.244	3.012.244	701.526	81,11%	
Capacitação para a Mineração Sustentável	500.000	483.770	412.770	412.770	71.000	85,32%	
Outras Despesas Correntes (Anexo I)	500.000	483.770	412.770	412.770	71.000	85,32%	
Estudos para o Planejamento do Setor Mineral	3.930.000	3.230.000	2.599.474	2.599.474	630.526	80,48%	
Outras Despesas Correntes (Anexo I)	2.730.000	2.730.000	2.382.928	2.382.928	347.072	87,29%	
Outras Despesas Correntes - BIRD (Ingresso e Contrapartida)	700.000	0	0	0	0		
Investimentos - (Anexo I)	500.000	500.000	216.546	216.546	283.454	43,31%	
TOTAL SGM	4.700.000	3.767.082	3.065.556	3.065.556	70,15%	81,38%	

(Anexo I) - Se refere ao anexo à portaria interministerial que definiu os limites para o exercício de 2006.

SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

O Decreto 5.267, de 9 de novembro de 2004, aprovou a estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia - MME, criando a Secretaria de Energia Elétrica – SEE.

Compete a SEE, resumidamente: monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos visando assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda; acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos; participar na formulação de política tarifária e no acompanhamento da sua implementação, tendo como referência à modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais; coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no território nacional e nas relações com os países vizinhos; coordenar as ações de políticas sociais e de acesso e uso da energia elétrica; prestar assistência técnica ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

No exercício de 2006, a Secretaria de Energia Elétrica atuou no sentido de consolidar a implementação das macro-funções que compõem sua estrutura regimental, com os seguintes destaques:

Geração de Energia Elétrica

A potência instalada das usinas geradoras de energia elétrica totalizou, ao final de 2006, 96.294 MW. Neste último ano foram acrescentados 3.936 MW de novas fontes de geração. A matriz de energia elétrica cresceu de 3.428 MW (ANEEL, 31/12/2006), aumento de 3,7 % em relação a 2005.

As principais realizações na expansão da geração foram à implantação de mais uma unidade geradora de 375 MW da segunda etapa da UHE Tucuruí, a UHE Peixe Angical, com 483 MW, a conclusão da UHE Barra Grande, com instalação das duas unidades geradoras restantes, com 465 MW, a UHE Irapé, com 360 MW, a UHE Capim Branco I, com 240 MW, a instalação de mais uma unidade geradora de 123 MW da UTE Termorio, movida a gás natural, a implantação de 208 MW em geração eólica, do PROINFA e a ampliação do parque gerador térmico de Manaus, com 423 MW.

Transmissão de Energia Elétrica

A extensão total do sistema de transmissão de energia elétrica alcançou, no final de 2006, a marca de 86.205 km. Neste ano foram construídos 3.370 km de linhas de transmissão, um incremento de 4,1% em relação a 2005, e implantados 10.079 MVA de potência de transformação, em 29 subestações distribuídas em todo o território brasileiro. Este crescimento proporcionou maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento da diversidade hidrológica do país, garantindo as condições necessárias para o suprimento de energia com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Nas regiões Norte e Nordeste, destaque para a LT Colinas/Ribeiro Gonçalves/São João do Piauí/Sobradinho, em 500 kV, com 934 km, que ampliou a capacidade de recebimento da região Nordeste em 1.200 MW médios, garantindo o suprimento para os próximos anos. Na região Centro Oeste, destaque para a LT Cuiabá/Rio Verde/Itumbiara, em 500 kV, com 811 km, que aumentou a confiabilidade do sistema Mato Grosso, permitindo uma maior transferência de energia com o SIN e a redução da geração térmica do Estado. Outro destaque foi a conclusão da LT Porto Primavera/Dourados e LT Porto Primavera/Imbirussu, ambas em 230 kV, com 504 km de extensão, com aumento da confiabilidade no suprimento ao Estado de Mato Grosso do Sul e redução da geração térmica local.

Na região Sul, a região metropolitana de Porto Alegre passou a contar com um novo ponto de suprimento em 525/230 kV, com a implantação da subestação Santa Rita (1.344 MVA), diminuindo a dependência do suprimento exclusivo pela SE Gravataí, reduzindo o risco de desabastecimento quando de contingências nos sistema de 525 kV

Tarifas, Comercialização e Regulamentação

Atuação em três ações específicas: Gestão da Política Tarifária; Gestão da Política da Comercialização de Energia e Gestão de Programas e Regulamentação, com os seguintes destaques:

Tarifa Social para Consumidores da Subclasse Residencial de Baixa Renda, trabalho realizado com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC, no estabelecimento da análise e sugestões de elaboração da Portaria Interministerial nº 238, de 31/08/06, estabelecimento do perfil Sócio-Econômico dos Consumidores Residenciais de Energia Elétrica no Brasil, avaliação da atual política de subsídios tarifários de energia elétrica aos consumidores de baixa renda, e a identificação de forte correlação positiva entre consumo de eletricidade e renda.

Acompanhamento dos processos de contratação e de comercialização de energia elétrica:

- 2º Leilão de Ajuste, realizado em 01/06/2006.
- 3º Leilão de Ajuste, realizado em 29/09/2006.
- 2º Leilão de Energia Nova, realizado em 29/06/2006.
- 3º Leilão de Energia Nova, realizado em 10/10/2006.
- 5º Leilão de Energia Existente, realizado em 14/12/2006.

Realização de estudos com a finalidade de assessorar as negociações de comercialização de energia elétrica com os países vizinhos Uruguai, Argentina e Bolívia.

Acompanhamento da utilização dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, quanto às aplicações no Programa Luz Para Todos, Baixa Renda, Gasoduto e Carvão Mineral Nacional.

Acompanhamento da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e Reserva Global de Reversão – RGR.

CONSIDERAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA 2004 - 2007

Programa 0294 - Energia na Região Nordeste

Tem por objetivo atender às necessidades de energia elétrica da região Nordeste. É composto por 23 ações, apresentando projetos nas áreas de geração, transmissão e distribuição, com promoção da ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica.

Durante 2006, vários projetos foram desenvolvidos, com destaque para as seguintes ações:

- Expansão da Transmissão no Maranhão, com a construção das interligações das subestações Peritoró e Teresina à de Coelho Neto, numa extensão de 79 km, ampliação da SE Coelho Neto e implantação em andamento de compensador estático (-100, +150) MVAR na subestação de São Luis II.
- Construção em andamento da LT Milagres/Taua, em 230kV, com 200 km, para atendimento elétrico à região Centro Oeste do Estado do Ceará.
- Implantação da LT Delmiro Gouveia/Inhapi, com 36 km, e da subestação de Inhapi.
- Seccionamento da LT Recife II/Bongi, na SE Joairam, ampliação da subestação de Fortaleza II 500/230kV com mais um banco de transformadores de 600MVA, aumento de capacidade de transformação de várias subestações de toda região a exemplo de Goianinha, Russas e Banabuiú e conclusão da ampliação da subestação Joairam 230/69/kV, com 300MVA.

A expansão da capacidade instalada na Região aumentou a oferta de energia elétrica e ampliou a capacidade de intercâmbio de energia entre com as outras regiões.

Para o horizonte do Plano Plurianual - PPA 2004 - 2007, o conjunto de ações proposto, assegura pleno atendimento ao mercado.

Programa 0297 – Energia na Região Norte

Tem por objetivo atender às necessidades de energia elétrica da região, em particular aquela associada ao Sistema Interligado Nacional. O programa apresenta projetos nas áreas de geração e transmissão, promovendo ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica aos consumidores finais.

Durante 2006, vários projetos foram desenvolvidos, com destaque para as seguintes ações:

- Continuação da segunda etapa da UHE Tucuruí, no Pará, com a implantação de mais uma turbina de 375 MW.
- Conclusão da UHE Peixe Angical, com 483 MW, no Pará.
- Na transmissão, conclusão da LT Colinas/Ribeiro Gonçalves/São João do Piauí/Sobradinho, em 500 kV, com 934 km, interligando as regiões norte e nordeste.
- Conclusão da LT Tucuruí/Vila do Conde, em 500 kV, com 328 km, com a finalidade de escoar a energia gerada na segunda etapa da UHE Tucuruí.
- Desenvolvimento dos estudos de viabilidade para as usinas hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antonio, e Jirau. Obtenção, em dezembro de 2006, da Licença Ambiental de instalação da UHE Estreito, com 1.087 MW, no Tocantins, habilitando o empreendimento para início das obras em 2007.

Para o horizonte do Plano Plurianual - PPA 2004 - 2007, o conjunto de ações proposto, assegura pleno atendimento ao mercado.

Programa 0296 – Energia na Região Sudeste/Centro-Oeste

Tem por objetivo atender às necessidades de energia elétrica das regiões. São 48 ações que, retratam projetos nas áreas de geração e transmissão, promovendo ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica aos consumidores.

Durante 2006, vários projetos foram desenvolvidos na Região, totalizando um acréscimo de 770 MW à capacidade de geração regional instalada e 1.300 km de novas linhas de transmissão. Na geração de energia, destaca-se a conclusão da UHE Irapé, com 360 MW, e da UHE Capim Branco I, com 240 MW, ambas localizadas em Minas Gerais, que darão importante suporte no atendimento à região nordeste do Estado.

No segmento transmissão, foram instaladas mais três linhas de transmissão, com destaque para a LT Cuiabá/Itumbiara, em 500 kV, com 811 km, em operação desde dezembro de 2006. de importância fundamental para dar sustentação à interligação dos estados do Acre e Rondônia ao sistema interligado nacional. Conclusão também de duas linhas de transmissão em Mato Grosso do Sul, interligando Campo Grande e Dourados, à UHE Porto Primavera, num total de 490 km de extensão, na tensão de 230 kV, evitando um possível colapso no suprimento ao Estado.

Para o horizonte do Plano Plurianual - PPA 2004 - 2007, o conjunto de ações proposto, assegura pleno atendimento ao mercado.

Programa 0295 – Energia na Região Sul

Tem por objetivo atender às necessidades de energia elétrica da região sul do país. As ações retratam projetos nas áreas de geração e transmissão, promovendo ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica aos consumidores.

Em geração foi concluída a UHE Campos Novos (880 MW). Estão sendo viabilizadas as Usinas Termelétricas de Jacui I e Candiota III, com 350 MW cada, no estado do Rio Grande do Sul.

Em transmissão, a região metropolitana de Porto Alegre recebeu novo ponto de suprimento em 525/230 kV, com a implantação da subestação Santa Rita (1.344 MVA), reduzindo a dependência do suprimento exclusivo pela SE Gravataí.

No segmento geração, novos projetos estão em desenvolvimento, como as Usinas Hidrelétricas de Foz do Chapecó, Mauá, Salto Pilão, Santa Clara e Fundão, todas com licenciamento ambiental aprovado.

Para o horizonte do Plano Plurianual - PPA 2004 - 2007, o conjunto de ações proposto, assegura pleno atendimento ao mercado.

Programa 1042 – Energia nos Sistemas Isolados

Tem por objetivo atender às necessidades de energia elétrica nos sistemas isolados ainda existentes no país. São 36 ações que retratam projetos nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, promovendo a ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica aos consumidores.

Durante o ano de 2006, vários projetos foram desenvolvidos, em especial destacamos as seguintes ações:

- Expansão do Sistema de Transmissão Acre-Rondônia: conjunto de obras compreendendo 602 km de linhas de transmissão e 1.174 MVA de potência de transformação; em fase inicial de implantação as linhas de transmissão entre os municípios de Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena – no estado de Rondônia – e Rio Branco e Epiaciolândia - no estado do Acre; os projetos, quando concluídos, permitirão desativar usinas termelétricas, resultando em otimização energética, redução dos custos de produção e melhoria de atendimento.
- Expansão do Sistema de Transmissão: na cidade de Manaus, várias obras de subtransmissão estão sendo implementadas, o que permita melhorar o escoamento da energia elétrica produzida pelo parque gerador existente e pelas novas termelétricas implantadas; também em Macapá estão sendo implementados projetos de subtransmissão.
- Ampliação do parque térmico de geração de Manaus em 423 MW.
- Ampliação da Rede Urbana e Rural: projetos de ampliação das linhas e redes de distribuição em todos os estados do Norte que têm sistemas isolados.

As ações empreendidas para expansão e manutenção dos sistemas isolados, no ano de 2006, foram suficientes para atender toda a região, apesar da existência de mercados reprimidos, não atendidos. Indiscutivelmente, os sistemas isolados, quando comparados ao sistema interligado nacional, apresentam piores indicadores de continuidade, porém, pelas peculiaridades da região, são aceitáveis, mesmo porque estão dentro dos padrões estabelecidos pela ANEEL.

Programa 0273 – Luz para Todos

Antes do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, 10 milhões de brasileiros viviam no meio rural, sem acesso à energia elétrica. Para acelerar o processo de inclusão social deste contingente de brasileiros, o Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia - MME e com a participação da Eletrobrás e suas empresas controladas, vem desenvolvendo, desde 2004, o Programa Luz para Todos que tem como meta levar energia elétrica a todas essas pessoas até 2008, antecipando em sete anos o cronograma de universalização do atendimento que, antes dele, estava previsto para ser concluído em 2015.

Criado em novembro de 2003, o Programa prevê investimentos da ordem de R\$ 12,7 bilhões. Deste total, R\$ 9,1 bilhões serão recursos do Governo Federal, e o restante será partilhado entre os governos estaduais, as concessionárias de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural. A ligação da energia elétrica é gratuita para todos os consumidores.

Em dezembro de 2006, metade da meta do Programa foi atingida. 5,2 milhões de pessoas puderam comemorar a chegada da energia elétrica em suas casas e isto está promovendo uma verdadeira revolução social no campo.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

A chegada da energia elétrica facilita a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Durante o ano de 2006, vários projetos foram desenvolvidos, em especial destacamos as seguintes ações:

- Realizadas, no ano, 590 mil novas ligações pelo Programa Luz para Todos beneficiando 2,9 milhões de pessoas em todo o País, e que somadas às realizadas nos anos de 2004 e 2005 totalizaram 5,2 milhões de brasileiros, com energia elétrica nas suas casas, fazendo com que o Programa fechasse o ano de 2006 com a superação de 50% da meta;
- Implementados cursos de formação profissional, centros de beneficiamento e comercialização de caju e mel, núcleos de corte e costura, apicultura, piscicultura, beneficiamento de café, poupa de tomate e frutas, produção de doces, açúcar mascavo, rapadura e aguardente e artesanato em diversas comunidades; e
- Substituídos geradores e motores que utilizavam óleo diesel para a geração de energia elétrica, permitindo a melhoria dos processos produtivos, como o sistema mecanizado de irrigação, a aquisição de resfriadores para leite e freezers para conservação de pescados.

Como parte integrante do Programa Luz para Todos está o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios – PRODEEM, que tem como objetivo atender comunidades carentes isoladas, não supridas de energia elétrica pela rede convencional, utilizando fontes renováveis locais em base auto-sustentável, de modo a promover o desenvolvimento social e econômico dessas localidades. O Programa foi implementado principalmente com sistemas fotovoltaicos, adquiridos por licitações pelo CEPEL e MME em momentos diferenciados denominados Fases I, II, III, IV e V, além de uma fase emergencial em função de um período de seca prolongado na região Nordeste.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CONVÊNIOS FIRMADOS CONVÊNIOS EM ANDAMENTO

Convênio nº 00002/2005-MME / SENAI/DR/RJ – Capacitação de multiplicadores.

Celebrado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Rio de Janeiro – SENAI/DR/RJ, tem por objetivo o desenvolvimento e a implementação da capacitação de multiplicadores em “Gestão de Ações Integradas do Programa Luz para Todos”.

Inicialmente, com validade até maio de 2006, foi prorrogado até dezembro de 2006 para complementação das revisões técnicas do material didático e, posteriormente prorrogado para maio de 2007, tendo em vista a necessidade de adaptação do material pedagógico de acordo com as necessidades e critérios de atendimento do Programa Luz para Todos.

O valor total do convênio é de R\$ 622.284,00, sendo parte dessa importância, no valor de R\$ 152.890,00 como contrapartida do SENAI/DR-RJ, e R\$ 469.394,00 custeada pela União, por intermédio do MME, já repassados ao SENAI/DR/RJ. A execução física é monitorada pela área de ações integradas e se encontra na fase de implementação da capacitação dos multiplicadores.

Convênio nº 009/2004/ELETROSUL – Revitalização de 320 sistemas fotovoltaicos.

Celebrado com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A, tem o objetivo de revitalizar 320 sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica instalados na área de atuação da ELETROSUL e capacitar seus usuários.

O valor total do convênio é de R\$ 1.516.500,00, sendo R\$ 1.262.500,00 custeado pela União, por intermédio do MME, e R\$ 253.500,00 como contrapartida da ELETROSUL.

A validade do convênio foi prorrogada para outubro de 2007 e o valor total já foi repassado à ELETROSUL. A execução física encontra-se em fase de conclusão do Plano de Revitalização e Capacitação dos sistemas instalados em sua área de atuação.

Convênio nº 10/2004-MME/ELETRONORTE – Revitalização de 2.043 sistemas fotovoltaicos.

Celebrado com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletronorte, tem o objetivo de revitalizar 2.043 sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica, que se encontram instalados nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e capacitar seus usuários.

O valor total inicial foi de R\$ 6.500.000,00, sendo R\$ 5.000.000,00 custeado pela União, por intermédio do MME, já repassados à Eletronorte, e R\$ 1.500.000,00, como contrapartida da Eletronorte.

Por intermédio de Termo Aditivo ao Convênio iniciado em 06 de outubro de 2004 e com previsão para término previsto para 05 de outubro de 2007, foi adicionado o valor de R\$ 947.887,00 ao valor original, que será utilizado para aquisição de materiais e equipamentos necessários à revitalização dos sistemas da fase V.

A execução física encontra-se em andamento, de acordo com o cronograma de execução.

Convênio nº 11/2004-MME/ELETRONORTE - Instalação de 581 sistemas fotovoltaicos e demais procedimentos operacionais e administrativos.

Celebrado com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletronorte, tem por objetivo a instalação, capacitação em operação e manutenção, tombamento, regularização patrimonial e cadastramento de sistemas de geração de energia elétrica, com fontes renováveis e auto-sustentáveis, de 581 sistemas da fase V no estado do Maranhão.

O Convênio envolve recursos da ordem de R\$ 2.000.000,00, sendo a participação da ELETRONORTE no valor de R\$ 328.000,00 e a participação de MME no valor de R\$ 1.672.000,00, já repassados à Eletronorte.

A validade é até outubro de 2007. A execução física atingiu até dezembro de 2006 o percentual de 54,4% atendendo o cronograma de execução.

Convênio nº 12/2004 / FURNAS – Revitalização de 448 sistemas fotovoltaicos.

Celebrado com Furnas Centrais Elétricas S/A, com validade até dezembro de 2007, tem como objeto a revitalização de 448 sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica e a capacitação dos seus usuários e mantenedores.

O Convênio envolve recursos da ordem de R\$ 3.826.947,00 sendo a participação de FURNAS no valor de R\$ 1.556.150,00 e a participação de MME no valor de R\$ 2.270.797,00, já repassados à Furnas.

A execução física encontra-se em andamento com previsão de encerramento parcial até abril de 2007, ficando pendente de revitalização, apenas os sistemas instalados na área de cobertura da CEMIG que deverá ser objeto de Termo de Acordo entre Furnas e CEMIG.

Convênio nº 14/2004-MME/CHESF – Revitalização de 1.049 sistemas fotovoltaicos.

Celebrado com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, com validade até novembro de 2006, tem como objeto a revitalização de 1.049 sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica, que se encontram instalados em sua área de atuação, e capacitação dos seus usuários.

O Convênio envolve recursos da ordem de R\$ 5.152.725,98, sendo a participação da CHESF no valor de R\$ 468.432,00 e a participação de MME no valor de R\$ 4.684.293,98, já repassados em sua totalidade.

Por intermédio de Termo Aditivo ao Convênio iniciado em 22 de dezembro de 2004 e com previsão de término para 21 de dezembro de 2007, foi adicionado ao valor original o total de R\$ 1.232.138,00, correspondente a revitalização de 1.529 sistemas fotovoltaicos relativos à fase V.

A execução física encontra-se em andamento, porém abaixo do previsto, mas em processo de aceleração, com previsão de término para agosto de 2007.

Convênio 18/2004 – MME/CEPEL – Assistência técnica e difusão de informações de programas do MME.

Celebrado com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, tem como objeto dar assistência técnica e difusão de informações de programas do MME, com validade até novembro de 2007.

O valor total do convênio é de R\$ 5.309.700,00, sendo R\$ 1.152.000,00 a participação do CEPEL e de R\$ 4.157.700,00 a participação do MME. Deste total já foram liberadas duas parcelas de R\$ 1.379.500,00 e 1.908.200,00, nos exercícios de 2004 e 2005, respectivamente, restando a liberação da terceira parcela, no valor de R\$ 870.000,00.

O desenvolvimento físico apresentado no convênio está de acordo com o cronograma de execução.

Convênio nº 021/2005-MME/FSAD/UFMA – Instalação de sistema híbrido de geração elétrica, e outros.

Celebrado com a Fundação Soudrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, com validade até novembro de 2008, tem como meta principal levar eletricidade, melhorar a qualidade de vida e agregar renda à comunidade de pescadores moradora da Ilha dos Lençóis, município de Cururupu – Maranhão, de forma sustentada e a mínimo custo ambiental, considerando o acesso à energia elétrica como um vetor de desenvolvimento local.

Assim, será instalado um sistema híbrido de geração de eletricidade de boa qualidade, sem interrupções e a partir dos recursos energéticos eólico, solar, diesel (ou biodiesel). Este projeto servirá de modelo no âmbito do Programa Luz para Todos, para a eletrificação de outras localidades isoladas maranhenses e de outros estados, ainda carentes do acesso à energia e, adicionalmente, capacitará técnicos, professores, ONG's e estudantes universitários para a implementação e acompanhamento de um sistema renovável de eletricidade.

O convênio envolveu, inicialmente, o valor de R\$ 2.055.447,44, sendo de R\$ 343.000,00 a contrapartida da Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA – FSADU e de R\$ 1.712.447,44, custeado pela União, por intermédio do MME.

Por intermédio de Termo Aditivo foi acrescentado o valor de R\$ 252.000,00 para fazer face ao pagamento de bolsas de pesquisa, tendo em vista, tratar-se de projeto de longa duração sendo necessário, nesse caso, que a equipe seja constituída por competências que formem uma massa crítica estável, aspecto este, que não foi considerado no plano de aplicação original.

Os recursos foram liberados em sua totalidade e o andamento físico, encontra-se de acordo com o cronograma de execução física do Plano de Trabalho.

Convênio nº 023/2004-MME / FUNARBE – Aquisição e montagem de equipamentos de pequenas unidades de agroindústrias

Celebrado com a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, tem por objetivo a implementação de projetos, aquisição e montagem de equipamentos de pequenas unidades de agroindústrias em municípios do interior de Minas Gerais.

O Convênio envolve recursos da ordem de R\$ 4.665.057,00 sendo a participação da FUNARBE no valor de R\$ 425.000,00 e a participação de MME no valor de R\$ 4.240.057,00, já repassados à FUNARBE.

A validade do convênio iniciada em dezembro de 2004 foi prorrogada para junho de 2007, para o cumprimento das metas 2 e 3 do cronograma de execução, tendo em vista as dificuldades orçamentárias de algumas prefeituras em cumprirem seu acordo de contrapartida, correspondente à construção dos galpões que abrigam os equipamentos.

Descentralização de Crédito para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com o objetivo de promover a demonstração de tecnologias de geração de energia elétrica em sistemas isolados na Amazônia Legal.

O MME numa ação conjunta com o CNPq publicou o Edital CNPq/MME/CT-Energ/003/2003, chamando propostas visando promover a implantação de projetos demonstrativos inovadores de sistemas de geração de energia elétrica, com potência de até 200KW, a partir de fontes renováveis, para atendimento de demanda de localidades isoladas da Amazônia Legal Brasileira.

O valor total da descentralização é de R\$ 9.402.503,22 autorizados por intermédio das Portarias de nº 374, de 16/12/2004, nº 385, de 24/08/2005 e nº 306, de 19/12/2006.

A validade do projeto, de acordo com o Plano de Trabalho é dezembro de 2007, devendo ocorrer, em 2007 a descentralização complementar no valor de R\$ 233.624,03.

Atenderam ao chamado do Edital quarenta e quatro projetos, tendo sido aprovados vinte projetos, dos quais três foram, posteriormente, cancelados, os demais se encontram em andamento.

Descentralização de Crédito ao Comando Militar da Amazônia - CMA, para implementação de obras de revitalização e repotencialização das Micro Usinas existentes na Região Amazônica.

A abrangência do projeto, envolve a revitalização e repotencialização de micro usinas existentes, e construção de novas usinas para assegurar o atendimento de energia elétrica dos pelotões especiais de fronteira, comunidades indígenas e as demais comunidades do entorno, contemplando as usinas situadas nas localidades de Querari-AM, São Joaquim-AM, Maturacá-AM, Pari-Cachoeira-AM, Surucucu-RR e Auaris-RR.

A descentralização de crédito no valor de R\$ 8.416.430,00 foi autorizada por intermédio da Portaria nº 545, de 2/12/2005 e foi repassado no exercício de 2005, o valor de R\$ 3.110.000,00 para aquisição de equipamentos.

A validade do projeto, de acordo com o Plano de Trabalho é 02/2007.

CONVÊNIOS INICIADOS EM 2006

Convênio nº 015/2006-MME / FUNARBE – Apoio à implementação de projetos de Centros Comunitários de Produção nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Este convênio, celebrado com a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, tem por objetivo a implementação de projetos, de Centros Comunitários de Produção, de gestão coletiva em comunidades rurais, em municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde o uso produtivo e eficiente da energia elétrica seja instrumento para promover o aumento da renda, trabalho e melhoria da qualidade de vida.

O valor total do convênio, para um prazo de vinte e quatro meses, iniciados em dezembro de 2006, é de R\$ 2.910.000,00, sendo parte dessa importância no valor de R\$ 2.610.000,00 custeada pela União, por intermédio do MME, já repassados à Instituição, e R\$ 300.000,00 como contrapartida da Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE.

A execução física está sendo executada de acordo com o cronograma de execução do Plano de Trabalho.

Convênio nº 0004/2006-MME / CTC – Centro de Treinamento, Organização e Ação Social do Cidadã – Desenvolvimento sócio-econômico com o uso da energia elétrica na Aldeia Indígena Porquinhos.

Este convênio visa o desenvolvimento sócio-econômico da Comunidade Indígena Porquinhos, através do uso produtivo e eficiente da energia elétrica, formando agentes multiplicadores do Plano de Ações Integradas do Programa Luz para Todos, voltados para a questão indígena, proporcionando condições para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida do povo Kanela.

O valor total do convênio, para um prazo de trinta meses, iniciados após sua publicação, em outubro de 2006, é de R\$ 867.854,00, sendo parte dessa importância no valor de R\$ 723.214,00, custeada pela União, por intermédio do MME, e R\$ 144.640,00 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais) como contrapartida do CTC, tendo sido liberada a primeira

parcela no valor de R\$ 260.710,00. As demais parcelas deverão ser liberadas em 2007, de acordo com as condições estabelecidas no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho.

Convênio 026/2004 MME/CEPEL – Campos Eletromagnéticos em LTs

Celebrado com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, teve como objetivo a elaboração de estudos de campos eletromagnéticos em linhas de transmissão da rede básica nacional, para a identificação dos efeitos das baixas frequências emitidas sobre as pessoas e animais e, também, a formalização de recomendações e padrões de comportamentos a serem adotados nos casos em que esses efeitos possam causar qualquer alteração no funcionamento normal da saúde das pessoas e animais.

Na primeira parte do trabalho foi realizada uma ampla pesquisa envolvendo dados e informações sobre medições realizadas na Rede Básica nacional, para possibilitar a avaliação da interação entre os campos eletromagnéticos e as pessoas e animais, na ótica dos profissionais de engenharia elétrica. Esse levantamento de dados e informações foi realizado pelo CEPEL, com o apoio de técnicos de várias empresas do Setor Elétrico, que compõem um grupo técnico de discussão no âmbito setorial, o GT-CEM.

No contexto das pesquisas científicas internacionais sobre o assunto, o levantamento realizado pelo CEPEL demonstrou que a melhor referência atual é o Projeto campos eletromagnéticos (em inglês “electromagnetic fields - EMF”) em desenvolvimento pela Organização Mundial da Saúde, que completou em junho de 2005, dez anos em investigações sobre o assunto. Os pesquisadores capitaneados por este Projeto reuniram-se em outubro de 2005, em Genebra, para elaborar relatórios sobre os resultados dos dez anos de pesquisas, reunião da qual o CEPEL também participou, apoiado pelo Convênio 026/2004. O Relatório específico sobre a baixa tensão (energia elétrica), apesar de já estar concluído desde a reunião do International Advisory Committee – IAC, do WHO/EMF, de 2006, deve ser distribuído aos membros do IAC na próxima reunião do Comitê, em junho de 2007. Deve-se ressaltar que uma ação muito importante, e concretizada também graças ao Convênio 026, foi a inserção do Setor Elétrico Brasileiro nas reuniões do IAC, comitê executivo do Projeto EMF da OMS, com a participação ativa do CEPEL e MME em 2005 e 2006.

Também merecem destaques os seminários realizados no Brasil sobre o tema, envolvendo os principais especialistas internacionais (foram três seminários), o que permitiu um maior nivelamento dos técnicos, acadêmicos e gestores de decisão em relação ao assunto no nosso País. Por outro lado, a participação de técnicos brasileiros, do Setor Elétrico, nos principais eventos ocorridos no mundo em 2005 e 2006, que foi possível com o apoio do Convênio, reforçou a integração do País no mundo científico que pesquisa e orienta os gestores nacionais nas decisões sobre o assunto.

No plano nacional, o Convênio possibilitou uma ação efetiva na elaboração e publicação de uma norma técnica nacional sobre este tema, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, voltada para energia elétrica, trabalho que foi concluído em agosto, com a publicação da Norma (NBR 15415) em 15 de outubro de 2006.

Por último, o Convênio auxiliou também no desenvolvimento do ferramental de cálculo e medição de campos elétricos e magnéticos emitidos por sistemas de energia elétrica disponível no CEPEL, com o apoio de universidade e outros centros de pesquisa.

O Convênio se encerrou em setembro de 2006 e, numa avaliação final, pode-se afirmar que os ganhos alcançados foram bastante expressivos, tanto para o Ministério de Minas e Energia, que obteve um panorama bem mais amplo sobre o assunto para auxiliar na sua tomada de

decisões, no contexto inter-setorial, como para o Setor Elétrico, que obteve ao final dos trabalhos uma ampliação da bagagem técnica sobre o assunto, o que permite uma discussão e exposição muito mais madura com a sociedade, do que aquela possível antes da sua celebração. Pode-se afirmar também que o Convênio 026/2004 atingiu plenamente seus objetivos, justificando os esforços técnicos e financeiros envolvidos na sua execução.

Convênio nº 029/2004 – MME/CEPEL – Análise das Perdas de Potência

Celebrado com o CEPEL, tem como objetivo a elaboração de estudos para análise das perdas de potência nos sistemas de transmissão da rede básica, com identificação dos fatores causadores, identificação e custeio de técnicas, procedimentos e dispositivos para a sua redução, além da formalização de recomendações e padrões operacionais a serem adotados no Sistema Interligado Nacional.

No ano de 2005, os trabalhos tiveram início com o levantamento de todas as informações disponíveis a respeito do assunto e com os estudos de quantificação dos diferentes mecanismos de perdas em linhas de transmissão. A COPPETEC/UFRJ também está participando do projeto.

Para melhor encaminhamento dos estudos, foi assinado termo aditivo ao convênio, prorrogando o seu prazo e transferindo recursos de investimento para aquisição de equipamentos de medição e monitoramento de linhas de transmissão. Esta atividade permitiu melhor avaliação do potencial de redução de perdas decorrentes da aplicação de uma metodologia de otimização que integre as informações climáticas e modelos técnicos de condutores.

O Convênio se encerrou em dezembro de 2006. A avaliação final é de ganhos expressivos para o Ministério de Minas e Energia, que obteve um panorama bem mais amplo sobre o assunto para auxiliar na sua tomada de decisões para redução de perdas nos sistemas elétricos. Outro benefício foi a aquisição de equipamentos de medição de perdas, principalmente em cadeias de isoladores, acompanhados dos softwares operacionais, com transferência de tecnologia, para técnicos nacionais, para uso e interpretação dos dados coletados. O Convênio 029/2004 atingiu plenamente seus objetivos, justificando os esforços técnicos e financeiros envolvidos na sua execução.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - SPDE

6.1. Balanço Energético Nacional

Em 2006, foram cumpridas as diversas etapas de disponibilidade gradativa dos dados do BEN ao público, mídias eletrônicas (Internet) e impressas. Em 08/03, foram disponibilizadas as Matrizes Preliminares de 2005, de Oferta Interna de Energia e da Oferta Interna de Energia Elétrica; em 24/05, foi divulgado documento parcial e preliminar do BEN2006, com análise das principais variáveis de oferta das Matrizes Energética e Elétrica Brasileiras de 2005 vis-à-vis o desempenho da economia; em 26/10, foram disponibilizados as tabelas e gráficos dos capítulos 1 ao 7 do BEN2006, contendo estatísticas de oferta e demanda de energia, por forma de energia e por setor econômico, para o período de 1970 a 2005; em 05/12, foi divulgado o documento completo do BEN 2006, contendo metodologia, textos analíticos, estatísticas de oferta e demanda de energia para o período de 1970 a 2005, capacidade instalada de processos energéticos, recursos energéticos, dados estaduais, dados econômicos, dados mundiais e unidades de medida e; em 12/02/2007, foi iniciada a distribuição dos documentos impressos do BEN 2006 – ano base 2005.

Além dos eventos mencionados, foram realizados estudos voltados para o aperfeiçoamento dos processos de coleta e tratamento dos dados do BEN, com destaque para desenvolvimento de sistemas de informações, identificação de metodologias de pesquisa de campo de usos de energéticos não administrados e revisão de algumas estatísticas do BEN julgadas com algum grau de imprecisão.

Destaque-se, ainda, a continuidade do intercâmbio de informações energéticas com organismos internacionais e nacionais, como a Organização Latinoamericana de Energia (OLADE), a Agência Internacional de Energia (IEA), as Nações Unidas (ONU) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2. Elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica

O Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica tem o objetivo de fornecer alternativas para expansão da geração e transmissão de energia elétrica no horizonte de 10 anos, compreendendo o sistema interligado nacional, bem como, os sistemas isolados.

O Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006/2015, foi concluído pela Empresa de Pesquisa Energética, com divulgação de seu relatório final em maio/2006, e seus principais produtos são:

- ✓ Estudos de Mercado de Energia Elétrica
- ✓ Estudos da Expansão da Geração de Energia Elétrica;
- ✓ Estudos da Expansão da Transmissão;
- ✓ Análise Socioambientais;
- ✓ Indicadores da Expansão do Sistema Elétrico;
- ✓ Relatório Executivo

O Plano Decenal de Energia 2007-2016, que teve seu enfoque ampliado para o setor energético, encontra-se em elaboração pela EPE, com gerenciamento da Secretaria de Planejamento

e Desenvolvimento Energético-SPE, e tem sua previsão de conclusão em abril/2007. Os estudos em desenvolvimento são os seguintes:

- ✓ Mercado de energia elétrica;
- ✓ Sistema de Transmissão;
- ✓ Expansão da Geração;
- ✓ Estudos Sócio-Ambientais
- ✓ Expansão da Infra-Estrutura de Produção de Combustíveis e Produtos petroquímicos;
- ✓ Expansão da Infra-Estrutura de Produção e Transporte de Gás Natural;
- ✓ Expansão da oferta de Biocombustíveis;

6.3. Planejamento de Médio e Longo Prazos (Matriz Energética Nacional e Plano Nacional de Energia 2030)

No ano de 2006, o trabalho de planejamento consistiu do Plano Nacional de Energia 2030, contratado junto a EPE, e da Matriz Energética Nacional 2030, com natural superposição. Assim foi realizado um esforço de coordenação e crítica no sentido de ao mesmo tempo colimar os resultados de ambos mantendo as peculiaridades das duas publicações.

O Plano Nacional de Energia 2030 é um instrumento de planejamento de longo prazo do setor energético do país, que orienta tendências e estratégias, balizando as alternativas de expansão das próximas décadas.

O Plano Nacional de Energia 2030-PNE 2030 encontra-se em elaboração pela EPE, com gerenciamento da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE e tem sua previsão de conclusão em abril/2007. Os principais estudos em desenvolvimento são os seguintes:

- ✓ Análise Retrospectiva;
- ✓ Cenários Econômicos Nacionais
- ✓ Evolução do Mercado de Energia de Longo Prazo
- ✓ Estratégias para Expansão da Oferta : geração hidrelétrica, geração termelétrica a partir de petróleo e derivados, gás natural, carvão mineral, term nuclear, biomassa e outras fontes;
- ✓ Estudos de Conservação e Eficiência Energética;
- ✓ Combustíveis líquidos: petróleo e biocombustíveis;
- ✓ Transmissão de Energia Elétrica;
- ✓ Análise das condicionantes sócio-ambientais e de sustentabilidade do setor energético;
- ✓ Matriz de Energia e de Energia Elétrica;

A Matriz Energética Nacional – MEN projeta a demanda e oferta de energia num horizonte de 25 anos, com o objetivo de fornecer diretrizes aos estudos setoriais de curto e médio prazos, além de servir como ferramenta de avaliação de políticas públicas existentes, assim como identificar a necessidade de novas. Em meados deste ano foi entregue a Matriz Energética 2023 e publicada no site do MME o seu relatório executivo.

Foram várias as tarefas realizadas para coordenar esses dois trabalhos:

- ✓ no âmbito da simulação da MEN e do PNE, foi realizado o fechamento de todas as cadeias de energias, bem como feitas várias simulações com os dados coletados;
- ✓ no âmbito dos indicadores sócio-ambientais, foi realizada a conclusão da metodologia de cálculo utilizada e está sendo verificada, de acordo com a simulação da Matriz entregue,

sua compatibilidade com a realidade social brasileira, bem como suas projeções. Também foram aplicados aos resultados obtidos pelo PNE e MEN.

- ✓ Os resultados foram alinhados com o PNE 2030 sendo realizados testes de consistências. Os óbices levantados foram entregues à Empresa de Planejamento Energético e estão sendo retificados.
- ✓ Ambos os documentos estão sendo redigidos e preparados para impressão e liberação.
- ✓ Atualmente os documentos, afora as consistências que estão sendo checadas pelo corpo técnico, estão prontos para a revisão e publicação.

6.4. Levantamento de Potenciais Hidrelétricos das Bacias Hidrográficas

Com base nos convênios 022 a 035/2005-MME, celebrados com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE em dezembro de 2005, para a execução de estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas e de viabilidades de aproveitamentos hidrelétricos, o MME deu andamento a sua tarefa institucional de oferecer ao mercado alternativas de empreendimentos hidrelétricos capazes de suprir a demanda de energia elétrica indicada pelos estudos de planejamento do setor.

No âmbito desses convênios, a EPE realizou licitação e contratou os serviços necessários à elaboração dos estudos de inventário hidrelétrico das bacias dos rios Juruena, no Estado do Mato Grosso, Aripuanã, no Estado do Amazonas, e Trombetas, no Estado do Pará, num total de aproximadamente 11.000 MW instalados.

Foram iniciados os procedimentos para a contratação dos serviços necessários aos estudos de inventário hidrelétrico das bacias do rio Jarí, nos Estados do Pará e Amapá, Sucundurí, no Estado do Amazonas, e Branco, no Estado de Roraima, num total de aproximadamente 3.750 MW instalados. Da mesma forma, foram iniciados os procedimentos para a contratação dos serviços necessários aos estudos de viabilidade de 6 locais de aproveitamentos hidrelétricos na bacia do rio Teles Pires, no Estado do Mato Grosso, num total de 3.697 MW instalados. O início efetivo desses serviços está previsto para os primeiros meses de 2007.

OUTORGAS E CONCESSÕES

1. Leilões de Energia Elétrica de Novos Empreendimentos e de Linhas de Transmissão

Na geração de energia elétrica de Novos Empreendimentos foram realizados em 2006, 2 (dois) leilões previstos no Modelo Institucional do Setor Elétrico.

No primeiro leilão denominado A-3, para entrega da energia em 2009, foram comercializadas 356,3 milhões de MWh, com preço de venda médio de R\$ 126,77 a 132,29 por MWh, para contratos de 15 a 30 anos, totalizando R\$ 45,6 bilhões em negócios. Foi contratada energia de 18 empreendimentos, sendo 11 usinas termelétricas e 7 pequenas centrais hidrelétricas.

No segundo leilão de energia elétrica de novos empreendimentos de geração (A-5), o resultado garantiu o atendimento de 99,6% da demanda do mercado de energia elétrica para o ano de 2011, declarada pelas distribuidoras. Foram contratados 1.104 MW médios e o volume de negócios foi de R\$ 27,7 bilhões. O preço médio negociado ao final da disputa ficou em R\$ 128,90 por MWh, sendo R\$ 120,86 por MWh o preço médio das usinas hidrelétricas e R\$ 137,44 por MWh para usinas termelétricas. O Consórcio Cruzeiro do Sul (Copel Geração S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A.) arrematou a usina hidrelétrica paranaense de Mauá (361 MW) e o Consórcio Aripuanã (Neenergia, Odebrecht, Eletronorte e Chesf) arrematou a hidrelétrica de Dardanelos (261MW), localizada no Mato Grosso.

Quanto à transmissão de energia elétrica foram realizados também 2 leilões em 2006.

O primeiro leilão acrescentou à Rede Básica um total de 2.261 km de novas linhas de transmissão em 230 e 500 kV, compreendendo ainda, a implantação e ampliação das subestações associadas.

O lote A deste leilão contemplou a interligação Acre-Rondônia-Mato Grosso, em 230 kV e fará com que o Sistema de Transmissão do Acre e de Rondônia, atualmente em operação, passe a operar integrado ao Sistema Interligado Nacional – SIN, reduzindo desta forma a despesa relativa à Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, para a produção de energia elétrica.

De um valor máximo previsto de R\$203,3 milhões para a Receita Anual Permitida – RAP deste leilão, foi efetivado R\$99,3 milhões caracterizando um deságio médio de 51%.

O 2º leilão acrescentou à rede Básica um total de 1.014 km de novas linhas de transmissão em 230 e 500 kV, compreendendo da mesma forma, a implantação e ampliação das subestações associadas.

De um valor máximo previsto de R\$122,4 milhões para a Receita Anual Permitida – RAP deste leilão, foi efetivado R\$60,5 milhões caracterizando também um deságio médio de 51%.

Estas obras asseguram o atendimento adequado ao mercado de energia elétrica das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste, além de permitir o acesso ao Sistema de Transmissão a todos os agentes, geradores, distribuidores e consumidores que atuam no setor elétrico interligado brasileiro.

Departamento de Desenvolvimento Tecnológico – DDE

Estas informações estão divididas em três áreas distintas: Eficiência Energética, Fontes Alternativas de Energia Elétrica e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia. Cabe ressaltar que dentre as atividades executadas em 2006, abaixo descritas, aquelas que envolvem recursos orçamentários, Programas de Governo 1044, 1046 e 0476, do PPA 2004–2007 estão detalhadas na tabela em anexo.

1. Eficiência Energética

Em 17 de outubro de 2001 foi sancionada a Lei no 10.295 que estabelece a obrigatoriedade do Poder Executivo definir níveis máximos de consumo específico de energia, ou mínimos de eficiência energética, de máquinas e aparelhos consumidores de energia fabricados e comercializados no país.

Para regulamentar a Lei, foi assinado o Decreto no 4.059/2001, que define os procedimentos e as responsabilidades para o estabelecimento dos indicadores e dos níveis de eficiência energética.

O Decreto instituiu o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética – CGIEE, composto pelo MME, que o preside, o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior – MDIC, a Agência Nacional de Petróleo – ANP, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, um representante da universidade e um cidadão brasileiro, ambos especialistas em energia. Este Comitê tem, dentre outras, as atribuições de elaborar as regulamentações específicas estabelecendo os níveis máximos de consumo específico de energia para cada aparelho consumidor de energia e o Programa de Metas com a indicação da evolução destes níveis ao longo do tempo.

Em 11 de dezembro de 2002 foi publicado o Decreto no 4.508 regulamentando os motores elétricos trifásicos, com economia estimada de 1,58 TWh/ano).

▪ Resultados alcançados em 2006

- ✓ Minuta da Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia
- ✓ Lei nº 9.991/00 – PL nº 6.165/06: manutenção do percentual mínimo de 0,5% para aplicação em Eficiência Energética pelas distribuidoras até 2010
- ✓ Lei de Eficiência Energética (nº 10.295/01): elaboração das regulamentações de desempenho mínimo obrigatório para:
 - Lâmpadas fluorescentes compactas – LFC
 - Refrigeradores e congeladores
 - Condicionadores de ar
 - Fogões e fornos a gás
 - Edificações
- ✓ Etiquetagem dos veículos automotores leves
- ✓ Elaboração dos termos de referência para:
 - Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf
 - Programa de incentivo ao uso de aquecimento solar
- ✓ Decretos:
 - Redução do IPI de refrigeradores para consumidores de baixa renda adquiridos no âmbito dos programas de Eficiência Energética das concessionárias distribuidoras
 - Instituição de compras governamentais de produtos eficientes (Selo)

- ✓ Inserção da Eficiência Energética no Plano Decenal de Energia Elétrica (2006-2015)
- ✓ Conpet – Estabelecimento do Planejamento Estratégico
- ✓ Cooperação Brasil-Uruguai para promoção da Eficiência Energética naquele país
- ✓ Inserção da Eficiência Energética no Plano Nacional de Energia -2030

▪ **Avaliação**

Um dos marcos mais significativos de 2006 para a eficiência energética foi a sua consideração no Plano Nacional de Energia - PNE2030. No horizonte do PNE2030, a eficiência energética será responsável pela redução de 10% da energia economizada, por meio de ações autônomas e induzidas. Merece especial destaque a elaboração da minuta da Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia. Esse documento estabelecerá a diretriz para a promoção da eficiência energética no país. Não menos importantes, enumeram-se os demais resultados obtidos em 2006 na área de eficiência energética.

2. Fontes Alternativas de Energia Elétrica

▪ **Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA**

Instituído pela Lei nº 10.438, 2002, o Programa tem como objetivos aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos de Energia Elétrica - PIAs, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas - PCHs e biomassa, no Sistema Interligado Nacional SIN, e reduzir a emissão de gases que contribuem com o efeito estufa, nos termos do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Como objetivo estratégico, destaca-se a diversificação da matriz de energia elétrica, aumentando a segurança energética brasileira.

O Programa é coordenado pelo MME e operacionalizado pela Eletrobrás. Tem como principais agentes financiadores: Os bancos BNDES, BNB, BB, CEF, BASA e as Agências ADA e ADENE através dos Fundos FDN e FDNE.

▪ **Resultados alcançados em 2006**

- ✓ De um total de 144 empreendimentos, quatro da fonte biomassa solicitaram rescisão (79,4 MW) e um da fonte eólica está *sub judice* (70MW). Dos 139 empreendimentos do PROINFA:
 - 28 empreendimentos entraram em operação comercial em 2006 (755,08 MW) e 01 empreendimento (30 MW) concluiu suas obras e está aguardando autorização para entrada em operação comercial;
 - Outros 73 projetos celebraram seus contratos de EPC (50 de PCH; 7 de biomassa e 16 de eólica);
 - 46 empreendimentos estão em construção, sendo 31 com previsão para dezembro de 2007 (627,7 MW) e 15 com previsão para dezembro de 2008 (302,8 MW);
- ✓ No ano de 2006, dos 3.300 MW contratados no Programa, 1.687,98 MW estão com obras concluídas ou em andamento, correspondendo a 51,16% do PROINFA.

Fonte		Operação comercial e obra concluída		Em construção		EPC contratado, não iniciada construção		Obra paralisada / sub-juice / em rescisão contratual / não iniciadas sem EPC		TOTAL
PCH	n°	8	12,7%	42	66,7%	9	14,3%	4	6,3%	63
	MW	132,34	11,1%	833	69,9%	177,2	14,9%	48,7	4,1%	1191,24
EÓLICA	n°	5	9,3%	0	0%	16	29,6%	33	61,1%	54
	MW	208,3	14,6%	0	0%	438,46	30,8%	776,16	54,5%	1422,92
BIOMASSA	n°	15	55,6%	5	18,5%	2	7%	5	18,5%	27
	MW	414,44	60,5%	99,9	14,6%	66,5	9,7%	104,4	15,2%	685,24
TOTAL	n°	28	19,44%	47	32,64%	27	18,75%	42	29,17%	144
	MW	755,08	22,89%	932,9	28,27%	682,16	20,68%	929,26	28,16%	3299,4

- ✓ Decreto nº 5.882 de 31 de Agosto de 2006 que esclarece sobre a competência da Eletrobrás de desenvolver direta e indiretamente os processos de preparação e validação dos DCP's, registro, monitoramento e certificação das Reduções de Emissões, além da comercialização dos créditos de carbono obtidos no âmbito do PROINFA;
- ✓ Ofício MME nº 658, de 02 maio de 2006, que prorroga a data limite de entrega do Seguro-Fiança à Eletrobrás para 30 de novembro de 2006;
- ✓ Portaria MME nº 296, de 29 de novembro de 2006, que altera a data limite para aditamento contratual com a Eletrobrás para 30 de março de 2007.
- ✓ BASA em conjunto com o BNDES financiou 1 PCH, totalizando 5,94 MW, no valor de R\$ 21,664 milhões.
- ✓ Banco do Brasil financiou 1 PCH, totalizando 4,2 MW, no valor de R\$ 14,243 milhões.
- ✓ BNB financiou 1 Usina a Biomassa, totalizando 33,2 MW, no valor de R\$ 30 milhões.
- ✓ KWS financiou 1 Usina a Biomassa, totalizando 7,0 MW, sem valor informado.
- ✓ Com financiamentos próprios foram efetuadas 2 Usinas a Biomassa, totalizando 28 MW, no valor de R\$ 59,760 milhões.
- ✓ BNDES financiou 22 empreendimentos, totalizando 676,74 MW, no valor de R\$ 2.020,74 milhões. Dentre eles:
 - 11 Usinas a Biomassa, totalizando 346,24 MW, no valor de R\$ 696,293 milhões;
 - 5 Usinas eólicas, totalizando 208,3 MW, no valor de R\$ 899,418 milhões; e
 - 6 PCHs, totalizando 122,2 MW, no valor de R\$ 425,029 milhões.
- ✓ Definição do Plano Anual do PROINFA - Para o ano de 2007 está previsto a inicialização de 27 empreendimentos, totalizando 513,33 MW.

▪ Avaliação

Face ao ineditismo do Programa, perfis diferenciados dos agentes produtores de energia, muitos com recursos próprios insuficientes, e capacidade da indústria nacional incompatível para atender a toda a demanda até 2006, o Programa sofreu atraso na sua implementação, necessitando de ajuste nos contratos celebrados pela ELETROBRÁS com os empreendedores, observando as características e peculiaridades de cada um dos contratos, fixando novas datas para início de funcionamento das instalações, sem prejuízo de outros ajustes e novas obrigações contratuais que a critério da ELETROBRÁS se fizerem necessários.

Essa medida dará novas perspectivas ao empreendedor que poderá rever a SPE, visando sua capitalização, dará conforto aos bancos e à indústria nacional no tocante ao prazo e mitigará o impacto tarifário, uma vez que essas fontes são incentivadas. Permitirá, ainda, que a

Eletrobrás identifique quais os empreendimentos terão êxito na sua implementação e quais deverão sofrer rescisão contratual.

3. Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

▪ Programa de Desenvolvimento de Tecnologias da Energia

Este Programa desenvolve ações que visam à introdução de novas tecnologias no setor energético nacional, para que este setor possa, além de prover serviços de qualidade a custos razoáveis e com garantia de suprimento, aumentar a capacitação do parque energético brasileiro de maneira que atenda às necessidades do setor. O planejamento e implementação das ações decorrentes são conseqüências de uma forte articulação do MME com o MCT e com outros agentes do Governo, dos setores produtivos e de pesquisa, em nível nacional e internacional. Promove-se, portanto, a modernização e competitividade do setor produtivo nacional na área energética com a inserção de tecnologias inovadoras nacionais ou desenvolvidas em parcerias com outros países.

▪ Resultados alcançados em 2006

No total o DDE já efetuou 25 convênios e uma descentralização de recursos. Dois convênios foram encerrados, 23 convênios e a descentralização de recursos estão ativos.

Foram efetuados 4 convênios em 2002, 7 convênios em 2004, 13 convênios em 2005 e um convênio e uma descentralização de recursos em 2006. Todos os projetos possuem previsão de término entre 2007, 2008 ou 2009.

Em 2006 foram analisadas 26 novas propostas de projetos, e pré-selecionados 09 projetos (melhores e mais adequados). Foram efetuadas a abertura e estruturação dos processos destes 09 projetos.

Dos projetos iniciados em 2002, no exercício de 2006, dois foram encerrados com êxito, trazendo progressos no desenvolvimento tecnológico no setor de energias alternativas que aproveitam as potencialidades regionais, gerando emprego, melhor distribuição de renda e inclusão social nas comunidades envolvidas. Os outros dois projetos já estão com suas atividades concluídas. O valor dos recursos destinados aos dois projetos encerrados totalizam R\$ 430.047,00.

Dos projetos iniciados em 2004, um já foi encerrado, no exercício de 2006, dois tiveram suas atividades concluídas e 4 seguem suas atividades como projetos em andamento normal.

Dos projetos iniciados em 2005, no exercício de 2006, um foi encerrado e os outros 12 seguem suas atividades como projetos em andamento normal.

Em 2006 foram iniciados um convênio e uma descentralização de recursos que encontram-se em fase inicial.

A tabela em anexo apresenta com maiores detalhes os dados dos 25 convênios citados, assim como da descentralização de recursos. Nesta tabela também se encontram os valores executados / repassados no exercício de 2006.

- **Avaliação**

Em função das particularidades das tecnologias envolvidas nestes projetos, e dos desafios do atendimento com energia elétrica a comunidades isoladas, alguns projetos tiveram os prazos de tempo para o desenvolvimento físico aditados. Contudo, tais atrasos não comprometeram os objetivos das ações e nem seu resultado.

Relação de Convênios

Código Siafi	Processo nº 48000.00	Convênio nº	Data de Assinatura	Vigência	Objeto da avença	Data Public. DOU	Valor total pactuado	MME	Contrapartida	Valor total recebido / transferido no exercício	Beneficiário Razão Social e CNPJ	Situação da Avença
436323	2506/2001-79	005/2002-MME	22/08/2002	18/09/2006	Identificação de modelos de gestão e concessão de sistemas energéticos, adequados para à Amazônia	18/09/2002	340.200,00	230.200,00	110.000,00	-	UNI-SOL/AM	Projeto concluído
466728	2493/2001-38	006/2002-MME	25/10/2002	04/03/2005	Desenvolvimento de uma bomba de calor água-água,acionada a bio-gás.	05/10/2002	211.516,00	171.516,00	40.000,00	-	FUNCAMP/SP	Atividades concluídas
466729	2500/2001-00	007/2002-MME	25/10/2002	04/07/2005	Desenvolver tecnologia para produção bio-óleo combustível por pirólise de biomassa.	30/10/2002	447.900,00	407.900,00	40.000,00	-	FUNCAMP/SP	Atividades concluídas
466547	2503/2001-35	011/2002-MME	22/10/2002	27/04/2005	Geração de energia elétrica utilizando óleos vegetais e valorização sustentável do potencial das oleaginosas.	28/10/2002	271.847,00	199.847,00	72.000,00	-	IDSMA/AM	Projeto concluído
501745	0217/2003-05	002/2004-MME	24/06/2004	27/06/2006	Dessalinização da água do mar a partir de calor de rejeito e geração de energia elétrica.	28/06/2004	1.369.851,67	1.045.311,67	324.540,00	-	SCIENTEC/PB	Projeto encerrado
510853	2502/2001-91	007/2004-MME	24/09/2004	04/12/2005	Desenvolver estudo técnico e econômico para implantação de usinas de co-geração de energia elétrica.	05/10/2004	286.304,00	230.000,00	56.304,00	-	UFPA	Atividades concluídas
510852	2510/2001-37	008/2004-MME	24/09/2004	04/10/2006	Implantação de uma mini-central hidroelétrica de baixa queda na Amazônia.	05/10/2004	222.864,00	150.000,00	72.864,00	-	UFPA	Projeto em andamento normal
514859	2726/2004-45	015/2004-MME	21/12/2004	20/12/2006	Fortalecimento institucional do Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas.	22/12/2004	2.296.340,00	1.881.800,00	414.540,00	518.700,00	FAPEPE/MG	Projeto em andamento normal
514864	2725/2004-09	016/2004-MME	21/12/2004	20/06/2006	Desenvolvimento e implantação de banco de dados de ventos,visando o aproveitamento de energia eólica.	22/12/2004	277.844,00	259.844,00	18.000,00	-	FAPEPE/MG	Atividades concluídas

Código Siafi	Processo nº 48000.00	Convênio nº	Data de Assinatura	Vigência	Objeto da avença	Data Public. DOU	Valor total pactuado	MME	Contrapartida	Valor total recebido / transferido no exercício	Beneficiário Razão Social e CNPJ	Situação da Avença
514869	2727/2004-90	017/2004-MME	21/12/2004	21/06/2006	Gestão ambiental de resíduos da suinocultura e produção de energia elétrica (bio-gas)	22/12/2004	520.000,00	400.000,00	120.000,00	-	LACTEC/PR	Projeto em andamento normal
515021	2992/2004-78	030/2004-MME	22/12/2004	23/06/2006	Desenvolvimento e implantação de sistemas de geração de energia elétrica com tecnologias renováveis no semi-árido do Nordeste.	23/12/2004	1.168.000,00	968.000,00	200.000,00	-	INST. XINGÓ/SE	Projeto em andamento normal
537268	2769/2005-10	004/2005-MME	26/12/2005	26/03/2009	Aplicação da tecnologia de gaseificação de biomassa e posterior queima do gás em motores de combustão interna para geração de eletricidade em pequena escala.	26/12/2005	1.461.500,00	576.500,00	885.000,00	-	UnB	Projeto em andamento normal
538466	2484/2005-71	005/2005-MME	26/12/2005	27/06/2008	Implantação de uma unidade piloto de uma MCH em uma comunidade isolada no estado de Rondônia, com operação e manutenção auto-sustentada.	27/12/2005	969.000,00	927.000,00	42.000,00	179.000,00	CERPCH	Projeto em andamento normal
537269	3077/2005-87	006/2005-MME	26/12/2005	26/12/2007	Produzir conhecimento, implementar, monitorar e avaliar um processo de produção de energia (eletricidade, calor e potência) com utilização de óleos vegetais como combustível.	26/12/2005	1.038.550,00	792.750,00	245.800,00	354.250,00	UNIR	Projeto em andamento normal
538468	3078/2005-25	007/2005-MME	26/12/2005	27/12/2007	Fortalecimento institucional do CENBIO para a realização de coleta, catalogação e difusão de informações relativas à biomassa como fonte de energia	27/12/2005	1.942.895,00	1.583.375,00	359.520,00	-	CENBIO (FORT)	Projeto em andamento normal
538471	2456/2005/53	008/2005-MME	26/12/2005	27/06/2008	Implementar duas unidades geradoras de energia elétrica com módulos fotovoltaicos.	27/12/2005	311.975,00	250.415,00	61.560,00	125.207,50	PUC - RS	Projeto em andamento normal
538472	2356/2005-27	009/2005-MME	26/12/2005	27/03/2007	Promover o link entre instituições governamentais e não governamentais, empresas universidades, entidades de pesquisa, na área de biomassa para energia.	27/12/2005	433.600,00	359.800,00	73.800,00	152.525,00	RENABIO	Projeto em andamento normal

Código Siafi	Processo nº 48000.00	Convênio nº	Data de Assinatura	Vigência	Objeto da avença	Data Public. DOU	Valor total pactuado	MME	Contrapartida	Valor total recebido / transferido no exercício	Beneficiário Razão Social e CNPJ	Situação da Avença
538473	2357/2005-71	010/2005-MME	26/12/2005	27/12/2007	Implementar um sistema de geração de energia elétrica a partir de biogás proveniente do tratamento de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário.	27/12/2005	1.251.250,00	948.850,00	302.400,00	184.700,00	CENBIO	Projeto em andamento normal
538474	2358/2005-16	011/2005-MME	26/12/2005	27/06/2007	Compra e instalação de um Túnel de Vento na cidade de Fortaleza para apoiar a nascente indústria de energia eólica que ora se estabelece na Região Nordeste.	27/12/2005	1.080.000,00	900.000,00	180.000,00	-	CENEA	Projeto em andamento normal
538475	2455/2005-17	012/2005-MME	26/12/2005	27/12/2007	Instalação de uma microcentral hidrelétrica, utilizando uma bomba funcionando como turbina acoplada a um gerador de indução.	27/12/2005	1.013.000,00	946.000,00	67.000,00	354.000,00	UNIFEI	Projeto em andamento normal
538476	2355/2005-82	013/2005-MME	26/12/2005	27/12/2007	Implementar o Núcleo de Referência Tecnológica em Energias Alternativas da UFAC, para utilização de fontes alternativas de energia.	27/12/2005	361.300,00	294.300,00	67.000,00	-	FUNDAPE (UFAC)	Projeto em andamento normal
538479	3580/2005-36	014/2005-MME	26/12/2005	27/12/2006	Utilização de resíduos da agricultura baiana, ligada à produção de biodiesel, para a geração de energia elétrica através da tecnologia de gaseificação.	27/12/2005	521.000,00	493.500,00	27.500,00	-	UNIFACS	Projeto encerrado
538480	3563/2005-07	015/2005-MME	26/12/2005	27/01/2007	Implantação de um processo de gerenciamento e tratamento dos rejeitos de equinos no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, de Brasília, visando à produção do biogás para aproveitamento energético.	27/12/2005	393.000,00	393.000,00	120.000,00	327.000,00	LACTEC-RCG	Projeto em andamento normal
538481	3570/2005-09	016/2005-MME	26/12/2005	27/06/2007	Estudo e instalação, nas dependências da UFPE, de um sistema integrado de produção de energia elétrica, constituído por um gaseificador e um motogerador e posterior instalação numa comunidade.	27/12/2005	842.000,00	700.000,00	142.000,00	175.000,00	CHESF	Projeto em andamento normal

Código SIAFI	Processo nº 48000.00	Convênio nº	Data de Assinatura	Vigência	Objeto da avença	Data Public. DOU	Valor total pactuado	MME	Contrapartida	Valor total recebido / transferido no exercício	Beneficiário Razão Social e CNPJ	Situação da Avença
579365	3012/2006-16	014/2006-MME	28/12/2006	28/12/2007	Implantação de Sistemas de Eficiência Energética do Mercado Municipal de Patos de Minas	29/12/2006	313.517,00	295.517,00	18.000,00	295.517,00	FAPEPE/MG	Projeto em Fase Inicial
-	2483/2005-26	Port SPE/MME nº 31	29/06/2006	28/05/2008	Implantação de uma Micro Usina Termelétrica a Biomassa em Plataforma Flutuante na Ilha de Marajó/PA	-	2.240.000,00	800.000,00	1.440.000,00	462.100,00	UFPA	Projeto em Fase Inicial
514821	2496/2004-14	013/2004-MME	21/12/2004	20/06/2006	Promover a Avaliação Ambiental dos aproveitamentos de geração hidrelétrica nas bacias do Rio Uruguai, Tocantins, Paraíba do Sul, Rio Doce, Araguaia, Formadores do Rio Tocantins, Sudoeste de Goiás (parte), Parnaíba e Tapajós	22/12/2004	16.104.000,00	15.000.000,00	1.104.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538760	3582/2005-25	022/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico Teles Pires TPR 329 e de sistemas de transmissão associados indicados p setor elétrico do MME.	27/12/2005	31.110.000,00	30.500.000,00	610.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538696	3583/2005-70	023/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico Teles Pires TPR 775 e de sistemas de transmissão associados indicados p setor elétrico do MME.	27/12/2005	8.364.000,00	8.200.000,00	164.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538697	3584/2005-14	024/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico Teles Pires TPR 680 e de sistemas de transmissão associados indicados p setor elétrico do MME.	27/12/2005	6.936.000,00	6.800.000,00	136.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538700	3585/2005-69	025/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos de viabilidade do aproveitamento Hidrelétrico Teles Pires TPR 287 e de sistemas de transmissão associados indicados p setor elétrico do MME.	27/12/2005	12.138.000,00	11.900.000,00	238.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal

Código Siafi	Processo nº 48000.00	Convênio nº	Data de Assinatura	Vigência	Objeto da avença	Data Public. DOU	Valor total pactuado	MME	Contrapartida	Valor total recebido / transferido no exercício	Beneficiário Razão Social e CNPJ	Situação da Avença
538732	3587/2005-58	026/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico Apiacas API 006 e de sistemas de transmissão associados indicados p setor elétrico do MME.	27/12/2005	5.610.000,00	5.500.000,00	110.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538745	3586/2005-11	027/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico Teles Pires TPR 1230 e de sistemas de transmissão associados indicados p setor elétrico do MME.	27/12/2005	1.122.000,00	1.100.000,00	22.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538746	3581/2005-81	028/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos e serviços de revisão das viabilidade existentes de aproveitamentos hidrelétricos a implantar e dos sistemas de transmissão associados, indicados p/ MME.	27/12/2005	10.200.000,00	10.000.000,00	200.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538748	3589/2005-47	029/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos e serviços de inventários de potenciais hidrelétricos da bacia hidrográfica do Rio juruena indicado pelo planejamento da expansão do Setor elétrico MME.	27/12/2005	15.300.000,00	15.000.000,00	300.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538749	3590/2005-71	030/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos e serviços de inventários de potenciais hidrelétricos da bacia hidrográfica do Rio Aripuanã indicado pelo planejamento da expansão do Setor Elétrico MME.	27/12/2005	10.200.000,00	10.000.000,00	200.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538751	3591/2005-16	031/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos e serviços de inventários de potenciais hidrelétricos da bacia hidrográfica do Rio Sucunduri indicado pelo planejamento da expansão do S. Elétrico MME.	27/12/2005	2.652.000,00	2.600.000,00	52.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538761	3592/2005-61	032/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos e serviços de inventários de potenci-ais hidrelétricos da bacia hidrográfica do Rio Trombetas indicado pelo planejamento da expansão do Setor Elétrico MME.	27/12/2005	10.200.000,00	10.000.000,00	200.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal

Código Siafi	Processo nº 48000.00	Convênio nº	Data de Assinatura	Vigência	Objeto da avença	Data Public. DOU	Valor total pactuado	MME	Contrapartida	Valor total recebido / transferido no exercício	Beneficiário Razão Social e CNPJ	Situação da Avença
538766	3593/2005-13	033/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos e serviços de inventários de potenciais hidrelétricos da bacia hidrográfica do Rio Jari indicado pelo planejamento da expansão do Setor Elétrico MME.	27/12/2005	4.488.000,00	4.400.000,00	88.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538768	3594/2005-50	034/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos e serviços de inventários de potenciais hidrelétricos da bacia hidrográfica do Rio Branco indicado pelo planejamento da expansão do Setor Elétrico MME.	27/12/2005	7.140.000,00	7.000.000,00	140.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538770	3588/2005-01	035/2005-MME	23/12/2005	26/12/2008	Execução de estudos e serviços de revisão dos inventários existentes dos potenciais hidrelétricos das bacias hidrográficas indicados pelo planejamento da expansão Setor Elétrico MME	27/12/2005	10.200.000,00	10.000.000,00	200.000,00	-	EPE	Projeto em andamento normal
538774	3604/2205-57	036/2005-MME	23/12/2005	23/12/2007	Estudo do potencial de aproveitamento de combustíveis fósseis sólidos como insumo energético nas Regiões Norte e Nordeste	27/12/2005	5.250.000,00	5.000.000,00	250.000,00	3.000.000,00	EPE	Projeto em andamento
538509	3599/2005-82	037/2205-MME	23/12/2005	26/12/2007	Desenvolvimento de metodologia e protótipo computacional para aprimorar a representação e interação do modelo de oferta de energia elétrica com os demais setores.	27/12/2005	935.000,00	850.000,00	85.000,00	442.000,00	CEPEL	Projeto em andamento normal
485530	2606/2003-67	01/2003-MME	28/11/2003	31/03/2007	Elaboração de estudos energéticos e de monitoramento do planejamento da expansão de prazos e equilíbrios entre a oferta e a demanda de energia do sistema elétrico brasileiro.	09/12/2003	8.885.000,00	6.885.000,00	2.000.000,00	3.785.000,00	ELN	Projeto em andamento normal

Código Siafi	Processo nº 48000.00	Convênio nº	Data de Assinatura	Vigência	Objeto da avença	Data Public. DOU	Valor total pactuado	MME	Contrapartida	Valor total recebido / transferido no exercício	Beneficiário Razão Social e CNPJ	Situação da Avença
516893	2984/2004-21	025/2004-MME	21/12/2004	31/12/2006	Elaboração de estudos e o desenvolvimento de modelos de previsões de vazões médias diárias.	23/12/2004	547.800,00	498.000,00	49.800,00	0,00	CEPEL	Projeto em andamento normal
516901	2982/2004-32	027/2004-MME	21/12/2004	31/12/2006	Elaboração de estudos de avaliação das condições decarregamento de sistema de transmissão da Região Sul do Brasil.	23/12/2004	693.000,00	630.000,00	63.000,00	0,00	CEPEL	Projeto em andamento normal
516903	2985/2004-76	028/2004-MME	21/12/2004	31/03/2007	Elaboração de sistema de informação geográfica, para acompanhamento dos setores de produção de petróleo e gás natural no Brasil.	23/12/2004	846.600,00	774.000,00	72.600,00	0,00	CEPEL	Projeto em andamento normal
485530	1230/2006-16	01/2006-MME	28/06/2006	27/06/2009	Elaboração de estudos e projetos que envolvem as atividades de planejamento e de monitoramento da operação e expansão do sistema elétrico brasileiro.	28/06/2003	15.500.000,00	13.500.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00	ELN	Projeto em andamento normal

SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - SPG

O Decreto 5.267, de 9 de novembro de 2004, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia, criando a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG.

Dentre as competências da SPG, destacam-se: propor diretrizes para a realização das licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, monitorar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas; visando garantir a adequada participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis, na matriz energética nacional; interagir com a ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais; e assistir tecnicamente o CNPE, em assuntos de sua área de atuação.

No PPA, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, no âmbito do Programa 0276 – Gestão da Política de Energia (objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia), responsabilizou-se pela ação 4892 - Planejamento dos Setores de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis em 2006:

Tipo da Ação: Atividade

Orçamento LOA : R\$ 4.650.000,00

Meta Física: 5 (estudos)

Objetivo: o planejamento dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis faz parte das atribuições da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, segundo o Decreto 5.267/2004 de 09 de novembro de 2004.

A seguir são descritas as principais atividades realizadas pela SPG para atingir os objetivos descritos no Decreto 5.267 e no PPA.

Na área de **Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural**, foi realizada a 8ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios, que ocorreu nos dias 28 e 29 de novembro de 2006. Nesta Rodada esperava-se licitar 284 Blocos Exploratórios, no entanto duas ações judiciais culminaram em liminares responsáveis pela suspensão da Rodada, ambas questionando o critério de restrição de ofertas vitoriosas por operador. Dos 284 blocos selecionados para a Rodada 58 foram licitados e, desses blocos, 38 foram arrematados, resultando na potencial arrecadação de 587 milhões de reais a título de Bônus de Assinatura, além da execução de Programa Exploratório Mínimo estimado em 604 milhões de reais, a depender de decisão judicial sobre a Rodada autorizando a ANP a assinar os contratos de concessão.

Habilitaram-se para a 8ª Rodada 43 empresas, enquanto 46 empresas foram habilitadas para a 7ª Rodada, que foi a recordista. A Petrobras foi a grande vencedora, arrematando sozinha sete blocos, e mais quatorze blocos em consórcio, totalizando 21 blocos exploratórios. Destaque para a participação de empresas estrangeiras com representantes de Índia, Austrália, Japão, Canadá, Espanha, Noruega, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e Colômbia.

O Conteúdo Local médio das ofertas vitoriosas para Fase de Exploração da 8ª Rodada foi de 80% para blocos em terra e 52% para blocos localizados em águas profundas, em

cota batimétrica acima de 400 metros. Para a Etapa de Desenvolvimento os valores foram 85% para blocos em terra e 64,5% para blocos em águas acima de 100 metros.

O **PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural** foi estabelecido por meio do Decreto Nº 4.925, de 19/12/2003, e tem como participantes o Governo Federal (MME,MDIC), Petrobras, IBP, ONIP, BNDES, ABCE, ABDIB, ABEMI, ABIMAQ, ABINEE, ABITAM, CNI e SINAVAL, cujo objetivo é “Maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de óleo e gás no Brasil e no exterior”, além de fomentar a indústria nacional com a fixação de requisitos de conteúdo local mínimos nos projetos de investimento da Petrobras e nos contratos de concessão de blocos exploratórios da ANP.

A seguir, os valores dos investimentos realizados pelo PROMINP em qualificação de pessoal em 2006:

Realizações PNQP	Realizado Acumulado 2006 (R\$)
<i>Pagamento às Entidades de Ensino pela Execução de Cursos</i>	205.258,93
<i>Pagamento às Entidades de Ensino pela Estruturação de Cursos</i>	171.825,00
<i>Pagamentos às Prestadoras de Serviço (Divulgação e Publicação de edital)</i>	548.481,52
<i>Outros Pagamentos (Tarifas bancárias, CPMF, correios e despesas menores)</i>	61.104,07
<i>Pagamento de Bolsas-auxílio aos alunos do PNQP</i>	60.300,00
Total Realizado (Bolsas e Contratos)	1.046.969,52
Total Realizado (Gestão Convênio ABEMI/Petrobras)	5.385.506,00
Total Geral	6.432.475,52

Outros dados importantes:

✓ Número de pessoas capacitadas: 630 de nível superior e 2.106 pessoas em cursos de níveis básico e médio.

✓ Número e tipo de cursos realizados em 2006: 13 cursos de nível superior (Engenheiro de Segurança, Gerente de Empreendimento/ Contrato, Engenheiro de Campo – Construção e Montagem, Gerente de Planejamento, Gerente de Qualidade, Gerente de SMS, Engenheiro de Segurança (Processo), Engenheiro Civil – Fundações, Engenheiro de Máquinas, Profissional de Sistemas de Informação, Engenheiro de Tubulação, Engenheiro de Processo Downstream, Gerente de Projeto de Engenharia); 3 cursos de níveis básico para construção civil industrial (Pedreiro, Armador e Carpinteiro) e 2 cursos de nível médio (Centro de Excelência em Projetos 3D – PDS, para área de Exploração & Produção e Centro de Excelência em Projetos 3D - PDMS para área de Abastecimento).

Os demais gastos da Petrobras (Engenharia) no âmbito do PROMIMP, em 2006, foram estimados na ordem de R\$ 4,6 milhões. Houve incremento do Conteúdo Local, de **57,03% em 2003 para 74,01% em 2006**, representando um acréscimo de **US\$ 3,7 bilhão**, injetados na economia nacional, acarretando a geração de empregos e renda.

As atividades desenvolvidas no âmbito do Planejamento do **Setor de Combustíveis Renováveis** objetivaram estabelecer políticas de expansão da produção de etanol e atuação nas atividades relacionadas ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB.

✓ **Etanol**

Em abril de 2006, a SPG apoiou iniciativa da Organização Latino-Americana de Energia - OLADE na elaboração do Plano Regional de Biocombustíveis, participando da organização da Oficina de Bioetanol e do I Seminário Internacional de Biocombustíveis, que contou com a participação de 20 países da América Latina e Caribe e se constituiu no início de um projeto de cooperação regional na área de biodiesel e álcool, importantes para o desenvolvimento do mercado internacional de biocombustíveis, onde o Brasil se apresenta como importante produtor mundial.

No segundo semestre de 2006 foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República proposta de Projeto de Lei, com o objetivo de aperfeiçoar a legislação referente ao mercado de álcool combustível. Essa proposta se encontra em análise pela CC.

Ao longo do ano, as atividades sistemáticas de monitoramento da produção, comercialização e dos estoques de álcool combustível forneceram subsídios técnicos para a atuação do Ministro de Minas e Energia junto ao Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool - CIMA, nas tomadas de decisão daquele Conselho quanto ao percentual de mistura do álcool anidro à gasolina, que em março de 2006 foi alterado de 25% para 20% e a partir de novembro de 2006 passou a ser de 23%.

✓ **Biodiesel**

Em continuidade ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao PNPB, durante o ano de 2006 foram realizados os 2º, 3º e 4º leilões públicos, nos quais se totalizou a aquisição de 770 milhões de litros de biodiesel com Selo Combustível Social, com valor médio de R\$ 1,77/litro, correspondendo ao deságio médio de 7% em relação aos preços de abertura dos leilões. As entregas referentes a esses leilões iniciaram-se ainda em 2006 e se estenderão ao longo do ano de 2007.

Como resultado dos leilões realizados no âmbito do PNPB, até o final de 2006 os levantamentos indicavam a participação efetiva de 205 mil famílias de pequenos agricultores beneficiadas diretamente com a produção de matérias-primas para o biodiesel, conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Ao final do ano de 2006, o monitoramento da expansão das unidades produtoras de biodiesel indicava a seguinte estimativa:

Capacidade de Produção de Biodiesel estimada:

Categoria	Quant.	Cap. (milhões L/ano)
=====	=====	=====
Autorizados pela ANP	19	664
Em processo de autorização na ANP	22	1.137
-----	-----	-----
Total	41	1.801

Na área de **Combustíveis Derivados de Petróleo**, o MME acompanhou, mensalmente, o mercado de petróleo e seus derivados, monitorando preços, importações, exportações, volumes produzidos e consumidos, bem como a qualidade desses produtos, por meio de seu Relatório de Acompanhamento de Mercado Mensal. Esse monitoramento visa acompanhar de perto o adequado funcionamento do mercado de combustíveis.

A SPG participou das reuniões do Grupo de Trabalho de acompanhamento permanente da Resolução CONAMA 362/2005, para discussão dos indicadores do mercado de óleo lubrificante no país. O objetivo dessas reuniões é subsidiar a decisão de governo, por meio do

Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Minas Energia, quanto à definição do percentual mínimo obrigatório de volume de óleo lubrificante usado/contaminado a ser coletado no país. Também fez parte do Grupo de Monitoramento dos Sistemas Isolados, promovidas pelo Departamento de Monitoramento do Setor Elétrico - DMSE. O objetivo é garantir a otimização da logística de abastecimento de óleo pra geração de energia elétrica (OPGE) para a Manaus Energia, bem como acompanhar a especificação de um outro óleo que substitua o OPGE, em face do declínio de sua produção (exclusiva) pela refinaria REMAN.

As Audiências Públicas promovidas pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer ao PL. nº 2.671, de 1989, que dispõe sobre o exercício das atividades de posto revendedor de derivados de petróleo e álcool etílico hidratado combustível, também conhecido por “Código Brasileiro de Combustíveis” também tiveram participação do Ministério. Com o encerramento das audiências, o MME deverá se posicionar sobre o relatório final da comissão.

Em relação ao **Planejamento do Setor de Gás Natural**, destaca-se o monitoramento da ampliação da Infra-estrutura da malha de gás natural. Os indicadores utilizados para o monitoramento foram: número de licenças ambientais, autorizações, início de obra e quilômetros construído da obra.

A tabela abaixo resume os principais projetos da expansão da infra-estrutura de transporte de gás natural:

Gasoduto	Extensão Total	Realizado Dez/05	Realizado Em 2006	Realizado Acumulado
Malha Nordeste	715,10	129,58	170,66	300,24
Dow – Aratu - Camaçari	27,00	26,61	0,39	27,00
Catu – Carmópolis	263,70	0,00	67,24	67,24
Atalaia – Itaporanga	29,00	28,46	0,54	29,00
Carmópolis – Pilar	177,00	74,51	102,50	177,00
Pilar - Ipojuca	187,00	0,00	0,00	0,00
Açu - Serra do Mel	31,40	0,00	0,00	0,00
Malha Sudeste	1.243,00	207,57	214,56	422,13
Campinas - Rio	448,00	207,57	214,56	422,13
Caraguatatuba - Taubaté	101,50	0,00	0,00	0,00
GASDUC III	182,00	0,00	0,00	0,00
GASBEL II	291,50	0,00	0,00	0,00
Paulínia - Jacutinga	80,00	0,00	0,00	0,00
GASPAL II	100,00	0,00	0,00	0,00
Japeri - Reduc	40,00	0,00	0,00	0,00
GASENE	1.410,00	52,24	118,25	170,49
Cabiúnas – Vitória	300,00	0,00	43,49	43,49
Cacimbas – Vitória	130,00	52,24	74,76	127,00
Cacimbas – Catu	980,00	0,00	0,00	0,00
Malha Norte	1.183,00	0,00	0,74	0,74

Urucu - Porto Velho	520,00	0,00	0,00	0,00
Coari - Manaus	383,00	0,00	0,74	0,74
GLP DUTO Urucu - Coari	280,00	0,00	0,00	0,00

Total (Km)	4.551,10	389,39	504,21	893,60
-------------------	-----------------	---------------	---------------	---------------

Etapas do processo	Número de documentos gerados em 2006
Entrega de Estudos ambientais	03
Licença Prévia	02
Licença de Instalação	01
Autorização de Construção	01
Licença de Operação	02
Autorização de Operação	01
Início de Construção e Montagem	04
Conclusão das obras de Construção e Montagem	02
Início de Operação	01

CONSIDERAÇÕES SOBRE CONVÊNIOS E CONTRATOS EM ANDAMENTO EM 2006

Convênio nº 028/2004-MME / CEPEL

Em 2004, o MME firmou um convênio com o CEPEL- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, visando o desenvolvimento de um sistema georreferenciado para auxiliar na definição do traçado de gasodutos, denominado GIS-SPG. O Convênio é gerenciado pela Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Energético - SPE e a SPG fiscaliza os produtos que sejam relacionados à área de Petróleo e Gás. São três os produtos desse convênio: Sistema de Informação Geográfica, aplicativo para auxiliar na definição de traçado de novos gasodutos e o desenvolvimento de metodologia para integração do despacho de usinas termelétricas a gás natural, do Sistema Interligado Nacional – SIN ao Despacho Eletroenergético. Foi empenhado pelo MME o montante de R\$726.000,00, em dezembro de 2004. O CEPEL entregou, como resultados parciais do projeto, em abril de 2006, a base de dados e um protótipo do sistema, assim como um relatório contendo a metodologia a ser aplicada no estabelecimento do traçado dos gasodutos.

Convênio N.º 039/2005-MME/ EPE

Foi firmado com a EPE o Convênio N.º 039/2005-MME, para desenvolver “estudos para subsidiar o planejamento dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis”, que será realizado ao longo de 2006 e 2007. Os projetos a serem executados são: zoneamento nacional de recursos de óleo e gás; construção de um modelo para planejamento da evolução do parque nacional de refino; desenvolvimento de um banco de dados computacional para o setor de abastecimento de petróleo, derivados, biocombustíveis e gás natural no Brasil; estudos de planejamento para a ampliação da infra-estrutura de transporte de gás; e estudo do emprego de créditos de carbono em projetos de produção e uso de biocombustíveis no Brasil com base no Tratado de Quioto. Foram repassados R\$ 5.000.000,00 à EPE em 2005 referente a este Convênio.

Em 28/12/2006, no âmbito do Convênio nº 039/2005-MME foi firmado o 1º Termo Aditivo ao referido Convênio, por meio do qual, sem modificar o escopo dos trabalhos, foram alterados o Plano de Trabalho e o cronograma de execução dos produtos, que passaram a ter a data prevista de junho de 2007 para a respectiva conclusão. Não houve repasse de recursos referente a esse Convênio em 2006. A EPE entregou os seguintes relatórios ao longo do ano:

- ✓ Construção de um modelo para planejamento da evolução do parque nacional de refino

Foram recebidos e aprovados os relatórios da 1ª e 2ª partes do trabalho (“Levantamento das metodologias existentes e dos softwares disponíveis para modelagem de refino e abastecimento, e definição da metodologia” e “Escolha e aquisição do “software” para elaboração do modelo”).

✓ Projeto Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás

Este projeto tem como objetivo geral preparar uma base atualizada de informações, com representações de zonas na forma de mapas, sobre a importância relativa das diversas áreas do País para o desenvolvimento econômico nacional do setor de petróleo e gás natural. O zoneamento permitirá a elaboração de métodos para avaliação quantitativa sistemática dos recursos de petróleo e gás natural no País, provendo suporte para o estabelecimento e revisão de políticas de E&P em nível ministerial, além de disponibilizar um instrumento indicativo de áreas ótimas para atividades de E&P que compatibilize o zoneamento de recursos de óleo e gás com o zoneamento socioambiental.

O Projeto Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás está dividido em seis etapas, tendo sido encaminhado pela EPE e aprovado pela SPG no ano de 2006, o Relatório referente à etapa 1, intitulado: “Relatório sobre o Estabelecimento de Metodologia e Sistema Computacional”.

Contrato 085/2004 – MME/EPE

Em 2004, o MME firmou contrato com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que previa a realização de 11 estudos para subsidiar o planejamento nas áreas de atuação do MME. O Contrato foi gerenciado pela Secretaria Executiva e a SPG fiscalizou os 3 projetos relacionados à área de Petróleo e Gás: Estudos Específicos Sobre o Mercado de Gás Natural, Estudos Específicos Sobre a Inserção e Uso de Biocombustíveis e Estudos Específicos Sobre o Abastecimento de Petróleo, Gás e Derivados. O valor dos 3 projetos foi de R\$ 4.229.640,00. A EPE finalizou os estudos em julho de 2006 e entregou os seguintes relatórios:

1 - Estudos Específicos Sobre o Mercado de Gás Natural :

- ✓ Modelo de Avaliação da Termelétricidade a Gás Natural no Brasil;
- ✓ Projeção do Consumo de Gás Natural nos Mercados Primário e Secundário;
- ✓ Avaliação do Impacto das Novas Descobertas de Gás Natural;
- ✓ Avaliação das Alternativas Tecnológicas de Movimentação de Gás Natural; e
- ✓ Avaliação de Competitividade do Gás Natural Frente a Outros Energéticos.

2 - Estudos Específicos Sobre a Inserção e Uso de Biocombustíveis:

- ✓ Avaliação da Oportunidade de Inserção de Combustíveis Renováveis
- ✓ Estudos Sobre a Competitividade do Biodiesel na Termelétricidade
- ✓ Estudos Sobre o Uso do Biodiesel Como Alternativa Térmica na Região Norte

3 - Estudos Específicos Sobre o Abastecimento de Petróleo, Gás e Derivados:

- ✓ Pesquisa, Levantamento e Compilação dos Dados Básicos
- ✓ Modelagem das variações das demandas de derivados e álcool em relação ao PIB, por regiões geográficas e por setores da economia
- ✓ Implementação e Aplicação do Modelo
- ✓ Estudo de Impacto das Variações de Preço do Diesel em Setores Produtivos da Economia

Tabela 1 - Transferência de Recursos Mediante Convênios

Código SIAFI	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Data de Assinatura	Objeto da avença	Publicação DOU	Valor Total	Valor transferido no exercício	Contra partida	Beneficiário (razão Social e CNPJ)	Situação da avença
SIAFI nº 538489	Processo MME Nº 48000.003613/2005-48 Convênio Nº 039/2005 -MME	27 de dezembro de 2005	Elaboração de Estudos para Subsidiar o Planejamento dos Setores de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis	27 de Dezembro de 2005	RS 5.500.000	R\$ 0	R\$ 500.000	Empresa de Pesquisa Energética – EPE CNPJ nº 0.977.747/0001-80	O Convênio tem duração de 18 meses, com objetivos e metas monitorados de acordo com o plano de trabalho que consta no Convênio
SIAFI nº 538489	Processo MME Nº 48000.003613/2005-48 Termo Aditivo nº 001/2007 ao Convênio Nº 039/2005 -MME	28 de dezembro de 2006	Reformular o Plano de Trabalho e dar nova redação á Clasula 5ª	28 de Dezembro de 2006	RS 5.500.000	R\$ 0	R\$ 500.000	Empresa de Pesquisa Energética – EPE CNPJ nº 0.977.747/0001-80	-

Tabela 2 – Resumo do Relatório de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno/SFC/CGU

PLANO DE PROVIDÊNCIAS	
Unidade Gestora: 320017 – SPG MME	
Tipo de Auditoria: Avaliação de Gestão	
Período Examinado: 01jan2005 a 31dez2005	
Relatório nº 175841	

Constatação	Recomendação	Posicionamento do Gestor	Providências a serem Implementadas	Prazo Limite de Implementação
001 – Atrasos verificados na execução do Plano de Trabalho dos Convênio número 024 e 028/2004	Que nos próximos Convênios proceda-se o exame rigoroso do plano de trabalho, planta inicial do produto ou serviço almejado, e que deve trazer em seu bojo as variáveis do contexto só para assim, tornar-se factível conforme estimado. A Unidade deve atentar para uma melhor formalização e acompanhamento dos convênios celebrados, alocando pessoal especializado para essa área e treinando-os.	Concordo.	Em relação ao Convênio 024/2004, Os atrasos verificados no Plano de Trabalho deveram-se, principalmente, à execução de pesquisas de campo. foram necessários, em função da complexidade de logística na execução das pesquisas de campo, ajustes no cronograma de execução no plano de trabalho, bem como ampliação do período de treinamento e nivelamento dos pesquisadores Os atrasos incorridos na entrega das prestações de contas parciais deveram-se a: ajustes nos documentos de prestação de contas, conforme orientação da área de Orçamento de Finanças do MME, Mudanças nos Ordenadores de Despesas, no âmbito do CTGÁS. No caso do Convênio 028/2004, o CEPEL informa que “até o terceiro quadrimestre não havia registro de atrasos dentro da nova programação, após o primeiro aditivo ao Convênio - Período Dez/04 a Ago/05, necessário em comum acordo entre o Cepel e o MME pelas justificativas contidas no Relatório de Andamento do Convênio - Período Dez/04 a Ago/05, parte integrante do processo de aditamento.	05.05.2006
002 – Ausência, no processo do convênio, de justificativa do conveniente para a prorrogação.	Que a Unidade adote sistema de controle mais efetivo e sistematizado dos prazos e procedimentos necessários ao acompanhamento e controle dos convênios sobre sua alçada, orientando-se pela norma interna em vigor e pelos demais preceitos.	Concordo	A justificativa para a prorrogação do convênio, encaminhada pelo conveniente, de conformidade com o art. 15 da IN/STN/MF nº01/97, foi enviada por meio da Carta nº 198/2005_DT/CTGÁS, conforme Anexo 2.	21.07.2006

003 – Ausência, no processo nº 48000.002986/2004-11, de parecer técnico da SPG antecedendo o aditamento do convênio.	Treinamento urgente, sendo o plano de curso discutido entre os prováveis treinandos e suas gerências e a área de recursos humanos, visando sanar as necessidades de conhecimento e dúvidas dos servidores responsáveis pela elaboração, acompanhamento e controle dos convênios do Ministério. Que a unidade observe as normas que regem a matéria, em especial a IN/STN 01/97 e a Portaria MME nº 375/2004	Concordo	O parecer técnico correspondente à manifestação técnica desta SPG quanto à solicitação de prorrogação ao Convênio nº 024 – MME/CTGÁS, encontra-se estabelecido por meio da Nota Técnica nº 006/2006 – DGN, conforme Anexo 3.	21.07.2006
004 – Ausência, no processo do Convênio nº 48000.002985/2004-76 MME/CEPEL, da Prestação de Contas referente ao primeiro, terceiro e quarto quadrimestres	Que a unidade inclua os documentos pertinentes ao processo, tempestivamente, e que observe as normas que regem a matéria, em especial a IN/STN 01/97 e a Portaria MME nº 375/2004.	Concordo	Em relação à ausência da Prestação de Contas do primeiro, terceiro e quarto quadrimestre, no Processo referente ao Convênio 028/2004 MME-CEPEL, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE, gestora deste Convênio, concorda com a constatação, já tendo incluído no Processo todas as Prestações de Contas apontadas.	21.07.2006
005 – Ausência, no processo nº 48000.002986/2004-11, convênio 028/2004 MME/CTGAS, de autorização para a realização do Convênio, conforme Portaria SE/MME nº 375/2004 e IN/STN 01/97.	Que seja inserido ao processo de convênio em causa a autorização para a sua realização. Frise-se que a documentação que pertine a um dado processo deve nele ser inserido tempestivamente.	Concordo Parcialmente.	Destacamos que faz-se necessário um ajuste no texto da Constatação 005, haja vista que o Processo nº 48000.002986/2004-11 refere-se ao Convênio nº 024/2004-MME/CTGAS. De outro lado, o Processo de nº 48000.002982/2004-32 refere-se ao Convênio nº 028/2004-MME/CEPEL. Com referência ao atendimento da recomendação da CGU, informamos que: i) Processo de nº 48000.002982/2004-32 - Convênio nº 028/2004-MME/CEPEL: a SPE, gestora do Convênio, providenciou a ratificação deste instrumento de cooperação técnica, conforme Anexo 1. ii) Processo nº 48000.002986/2004-11 - Convênio nº 024/2004-MME/CTGAS: a SPG, gestora do Convênio, está providenciando, à luz da solução adotada para o Convênio 028/2004, ratificação semelhante.	25.10.2006
006 – Ausência de portaria designando fiscais para os convênios 024/2004 (MME/CTGAS) e 028/2004 (MME/CEPEL)	Que sejam adequados os expedientes às suas finalidades, isto é, que se utilize a Portaria para a nomeação de fiscais e seja dada a publicização do ato. Que a unidade inclua os documentos pertinentes tempestivamente	Concordo	Foi publicada, no Boletim de Pessoal do MME, portaria de nº 01, de 29 de agosto de 2006 (cópia em anexo), que designa Servidores desta SPG para exercerem função de Fiscal, Titular e Suplente, do Convênio nº 024/2004-MME/CTGÁS. Em relação ao Convênio 028/2004-MME/CEPEL, a SPE, gestora desse Convênio, concorda com a constatação, visto que, a designação dos representantes do MME para monitorar o seu andamento não foi feita por meio de publicação de Portaria, e sim pelos ofícios nº 056/05 - SEE/SPD, de 10 de março de 2005 e nº 069/2006/SPE/MME, de 16 de maio de 2006, ambos apensados ao Processo (folhas 155 a 158), o que, no entendimento do gestor e ratificado pela Nota CONJUR nº 201/2006, de 28 de setembro de 2006, eram documentos hábeis. Em atendimento à recomendação da CGU, porém, a SPE está providenciando a Portaria para atestar os gestores, titulares e suplentes do Convênio com o CEPEL.	30.10.2006